

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL MESTRADO**

ADALENE OLIVIA SILVESTRE

**RODÍZIO DE AUDITORIA E A QUALIDADE DOS LUCROS: UMA ANÁLISE A
PARTIR DOS ACCRUALS RESIDUAIS**

SÃO LEOPOLDO

2016

Adalene Olivia Silvestre

RODÍZIO DE AUDITORIA E A QUALIDADE DOS LUCROS: UMA ANÁLISE A
PARTIR DOS ACCRUALS RESIDUAIS

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em Ciências Contábeis, pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências Contábeis da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Machado Costa
Coorientador: Prof. Dr. Clóvis Antônio Kronbauer

São Leopoldo
2016

S587r Silvestre, Adalene Olivia.
Rodízio de auditoria e a qualidade dos lucros: uma
análise a partir dos accruals residuais / Adalene Olivia
Silvestre. – 2016.
114 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do
Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis, 2016.

“Orientador: Prof. Dr. Cristiano Machado Costa ;
Coorientador: Clóvis Antônio Kronbauer”.

1. Auditoria. 2. Lucros. 3. Empresas – Brasil. 4. Teoria
dos erros. I. Título.

CDU 657.6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252)

Adalene Olivia Silvestre

RODÍZIO DE AUDITORIA E A QUALIDADE DOS LUCROS: UMA ANÁLISE A
PARTIR DOS ACCRUALS RESIDUAIS

Dissertação apresentada como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Ciências Contábeis pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências Contábeis da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Aprovado em 20 de dezembro de 2016

BANCA EXAMINADORA

Fábio Moraes da Costa – Fucape Business School

Jairo Laser Procianoy – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Tiago Wickstrom Alves – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

A minha amada família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de cursar o mestrado e por sempre guiar meu caminho com muita sabedoria.

Agradeço a minha família pelo apoio incessante. Aos meus pais, Agustinho e Maria Oliva, que desde cedo me ensinaram o valor dos estudos e sempre sonharam meus sonhos comigo, inclusive este, de ser mestre em contabilidade. Aos meus queridos irmãos, Adalton e Amilton, meus companheiros de vida, que ao longo do mestrado trouxeram mais leveza aos meus dias. A minha cunhada, Bruna, pela troca de experiências sobre as nossas vidas acadêmicas. Em especial, ao meu noivo, Evandro, pelo amor, companheirismo e sua infinita compreensão ao longo de todo período.

Agradeço ao professor Ms. Fernando Andrade Pereira, pelo incentivo em ingressar no mestrado acadêmico e por sempre acreditar no meu potencial.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis pelos valiosos conhecimentos compartilhados. Especialmente, aos professores Dr. Ernani Ott, pelo exemplo de sabedoria e de humildade, sempre inspirador; Dr. Clóvis Antônio Kronbauer, pelas oportunidades e pela parceria em inúmeros projetos ao longo de todo o mestrado; e Dr. Jairo Laser Procianoy, pelas importantes contribuições na banca de qualificação. Ao meu orientador, professor Dr. Cristiano Machado Costa, reservo minha mais profunda gratidão, pela confiança depositada em mim, pelos importantes ensinamentos e pelas incontáveis horas dedicadas a contribuir com essa pesquisa.

Agradeço a todos os meus colegas de mestrado, em especial aqueles que participaram diretamente da minha trajetória, discutindo ideias, compartilhando aprendizados e tornando-se verdadeiros amigos: Adriana Matte, Daniel Wartchow, Rodrigo Vargas Laureano e Victorino Piccinini Rosso, presenças muito importantes nessa caminhada. Agradeço também a Kélim Bernardes Sprenger, certamente uma das melhores surpresas do mestrado, minha companheira de estudos e de projetos acadêmicos e de vida. Meus sinceros agradecimentos por tornar essa caminhada mais branda.

Por fim, agradeço a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos pela excelente estrutura disponibilizada, contribuindo com o meu aprendizado e, juntamente com a Capes, pelo apoio financeiro.

“A dúvida é o princípio da sabedoria.”

(Aristóteles)

RESUMO

A auditoria independente exerce um importante papel na relação entre a empresa e os usuários externos à entidade, devendo o auditor ser independente em relação à empresa auditada. No Brasil, o rodízio obrigatório de firma de auditoria é regulamentado pela Instrução CVM 308/99 na tentativa de contribuir com a manutenção da independência do auditor e, conseqüentemente, com a qualidade dos lucros divulgados pelas empresas. Diante disto, o presente estudo tem por objetivo analisar o efeito do rodízio da firma de auditoria sobre a qualidade dos lucros das empresas de capital aberto brasileiras listadas na BM&FBOVESPA no período de 2008 a 2015. Como medida de qualidade dos lucros foram utilizados os *accruals* residuais, que identificam a parcela discricionária dos *accruals*, medida inversa à qualidade dos lucros. Os *accruals* residuais foram abordados a partir de duas diferentes perspectivas: o gerenciamento de resultados, medido pelos modelos de Jones (1991) e Jones Modificado por Dechow, Sloan e Sweeney (1995) e os erros de estimativas, medidos pelos modelos de Dechow e Dichev (2002) e Dechow e Dichev modificado por McNichols (2002). Os resultados demonstram que o rodízio de firma de auditoria reduz o volume de *accruals* residuais e, assim, aumenta a qualidade dos lucros, quando esses são mensurados a partir da perspectiva do gerenciamento de resultados, através dos modelos de Jones e Jones modificado. Entretanto, o efeito do rodízio de firma de auditoria sobre a qualidade dos lucros não é observado quando os *accruals* residuais são mensurados a partir da perspectiva dos erros de estimativas contábeis, através dos modelos de Dechow e Dichev e McNichols. Por outro lado, os resultados demonstram que as empresas que realizam rodízio voluntário de firma de auditoria apresentam maiores *accruals* residuais e, conseqüentemente, menor qualidade dos lucros.

Palavras-chave: Rodízio de auditoria. Qualidade dos lucros. *Accruals* residuais. Gerenciamento de resultados. Erros de estimativas.

ABSTRACT

Independent audit plays an important role in the relationship between the company and external users, and the auditor must be independent of the audited company. In Brazil, the mandatory audit firm rotation is regulated by CVM Instruction 308/99, in an attempt to contribute to the maintenance of auditor independence and, consequently, with the quality of earnings disclosed by the companies. Therefore, the present study has the objective of analyzing the effect of the audit firm rotation on the earnings quality of Brazilian public companies listed on BM&FBOVESPA in the period from 2008 to 2015. Residuals accruals were used as a measure of earnings quality, which identify a discretionary portion of the accruals, inverse measure of earnings quality. The residuals accruals were approached from two different perspectives: earnings management, measured by Jones model (1991) and Jones modified by Dechow, Sloan and Sweeney model (1995) and the estimation errors, measured by the Dechow and Dichev model (2002) and Dechow and Dichev modified by McNichols model (2002). The results show that audit firm rotation reduced the volume of residuals accruals and, thus, increases the earnings quality, when these are measured from the perspective of earnings management through the Jones and Jones modified models. However, the effect of audit firm rotation on the earnings quality is not observed when the residuals accruals are measured from the perspective of accounting estimation errors, through the Dechow and Dichev and McNichols models. On the other hand, the results demonstrate that the companies that perform the voluntary audit firm rotation have greater residuals accruals and, consequently, lower earnings quality.

Key-words: Audit rotation. Earnings quality. Residuals accruals. Earnings management. Estimation errors.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rodízio de firma de auditoria no Brasil	52
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Visão geral da Teoria da Agência	26
Quadro 2 - Resumo das <i>proxies</i> de qualidade dos lucros.....	38
Quadro 3 - Síntese dos estudos internacionais.....	48
Quadro 4 - Síntese dos estudos nacionais.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - <i>Dummies</i> de setor	69
Tabela 2 - Sinal esperado das variáveis de controle.....	69
Tabela 3 - Estatística descritiva.....	75
Tabela 4 - Período contemporâneo: modelos Jones e Jones modificado	77
Tabela 5 - Período contemporâneo: modelos Dechow e Dichev e McNichols	81
Tabela 6 - Período subsequente: modelos Jones e Jones modificado	85
Tabela 7 - Período subsequente: modelos Dechow e Dichev e McNichols	89
Tabela 8 - Sentido da troca de firma de auditoria.....	92
Tabela 9 - Segregação das firmas de auditoria.....	94
Tabela 10 – Percentis	96
Tabela 11 – Desvios-padrão <i>clusterizado</i>	100

LISTA DE SIGLAS

CAE	Comitê de Auditoria Estatutário
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
PCAOB	<i>Public Company Accounting Oversight Board</i>
PWC	PricewaterhouseCoopers
ROA	<i>Return on Assets</i>
SOX	<i>Sarbanes-Oxley Act</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	14
1.2 DELIMITAÇÃO DO TRABALHO	18
1.3 OBJETIVOS	19
1.3.1 Objetivo Geral	19
1.3.2 Objetivos Específicos	19
1.4 JUSTIFICATIVA	20
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	22
2 REVISÃO DA LITERATURA	23
2.1 TEORIA DA AGÊNCIA	23
2.2 AUDITORIA INDEPENDENTE E O RODÍZIO DE AUDITORIA	28
2.2.1 Argumentos Favoráveis ao Rodízio Obrigatório de Firma de Auditoria ...	30
2.2.2 Argumentos Contrários ao Rodízio Obrigatório de Firma de Auditoria	30
2.2.3 Rodízio de Auditoria no Cenário Internacional	32
2.3 QUALIDADE DOS LUCROS.....	36
2.3.1 Medidas de Qualidade dos Lucros	38
2.4 ESTUDOS SOBRE RODÍZIO DE AUDITORIA E QUALIDADE DOS LUCROS..	43
2.5 O CENÁRIO BRASILEIRO.....	50
2.6 DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES.....	54
3 METODOLOGIA	56
3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA	56
3.2 MODELOS DE CÁLCULOS DOS ACCRUALS	57
3.2.1 Modelo Jones (1991)	58
3.2.2 Modelo Jones Modificado (Dechow; Sloan; Sweeney, 1995)	59
3.2.3 Modelo Dechow e Dichev (2002)	60
3.2.4 Modelo Dechow e Dichev Modificado (McNichols, 2002)	62
3.3 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	63
3.3.1 Variável Dependente	63
3.3.2 Variáveis Independentes	63
3.3.3 Variáveis de Controle	64
3.4 MODELO DE REGRESSÃO	70
3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	74

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	75
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	75
4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PERÍODO CONTEMPORÂNEO	77
4.2.1 Conclusões do Período Contemporâneo	84
4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PERÍODO SUBSEQUENTE	85
4.3.1 Conclusões do Período Subsequente	91
4.4 TESTES DE ROBUSTEZ.....	92
4.4.1 Sentido da Troca de Firma de Auditoria.....	92
4.4.2 Segregação das Firmas de Auditoria	94
4.4.3 Percentis	96
4.4.4 Desvios-Padrão <i>Clusterizado</i>.....	100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS.....	106
APÊNDICE A - CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	111

1 INTRODUÇÃO

No capítulo um, apresenta-se a contextualização do tema, o problema de pesquisa, os objetivos, a delimitação e a justificativa do estudo.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

As demonstrações contábeis representam a principal fonte de informação sobre a situação patrimonial, econômica e financeira de uma empresa para aqueles que se encontram fora da empresa (JOHNSON; KHURANA; REYNOLD, 2002), proporcionando base para o processo decisório. Dentre os diversos *stakeholders* externos a entidade, encontram-se clientes, fornecedores, instituições financeiras, governo e investidores. Cada *stakeholder* possui diferentes interesses em relação às informações divulgadas pela empresa, mas a necessidade de divulgação de dados de qualidade para a tomada de decisão é comum a todos eles. Por exemplo, investidores fornecem recursos às empresas para serem geridos adequadamente na expectativa de obtenção de lucros sobre os investimentos realizados. Para esses investidores, as demonstrações contábeis são úteis para identificar se a empresa está gerindo adequadamente esses recursos, bem como para auxiliar na decisão de novos investimentos.

Os resultados divulgados pelas empresas dependem do seu desempenho em gerir os recursos, mas também dependem da forma como o sistema contábil mede esse desempenho. (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). A formação dos resultados de acordo com as normas contábeis vigentes contém provisões para que os resultados demonstrem o real desempenho da empresa (JOHNSON; KHURANA; REYNOLD, 2002) permitindo, assim, que a competência dos fatos seja respeitada independente da efetiva movimentação dos fluxos de caixa. Se, por um lado, as provisões permitem que a empresa comunique o seu real desempenho, por outro, as provisões aumentam a possibilidade de ocorrência de erros de estimação, sejam eles intencionais ou não. (KRISHNAN, 2003).

Nesse contexto, o auditor independente surge para reduzir a assimetria de informação entre a empresa e aqueles que se encontram externos a ela. Ao auditor independente cabe a função de assegurar que as informações divulgadas representam a realidade dos fatos ocorridos na empresa. Por meio da emissão do

relatório de auditoria independente, produto final de seu trabalho, o auditor emite uma opinião sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis e a sua adequação às normas vigentes. Ou seja, o relatório emitido pelo auditor independente concede maior credibilidade às demonstrações contábeis.

Para que o auditor independente cumpra com a sua função, o seu trabalho está condicionado à sua independência em relação à empresa auditada, devendo ser imparcial na opinião emitida. A percepção de que o trabalho do auditor é revestido de independência aumenta a confiabilidade das demonstrações contábeis, uma vez que auditores de fato independentes são mais propensos a prevenir e a detectar distorções relevantes e a garantir que as demonstrações estão de acordo com as normas vigentes. (CARMICHAEL, 1999 apud GOSH; MOON, 2005). A independência do auditor é um importante fator para a divulgação de demonstrações contábeis de qualidade. (CHEN; LIN; LIN, 2008).

A ocorrência de escândalos financeiros envolvendo grandes corporações e suas auditorias, como o caso da Enron e de sua auditoria Arthur Andersen, levaram a sociedade e os órgãos reguladores a questionarem sobre a independência da auditoria. (AZEVEDO; COSTA, 2012). Nesse cenário, o rodízio de firma de auditoria passou a ser debatido como uma alternativa para contribuir com a manutenção da independência do auditor. Argumentos favoráveis são apresentados pelos reguladores, enquanto, em geral, os auditores independentes e os gestores das empresas se opõem a proposta.

A proposta se baseia na noção de que o longo relacionamento entre o auditor e a empresa reduz a independência do auditor, comprometendo a qualidade da auditoria e a qualidade das demonstrações contábeis. De acordo com os proponentes do rodízio de firma de auditoria, o longo relacionamento pode resultar na complacência e, possivelmente, cumplicidade dos auditores nas decisões tomadas pela administração da empresa a respeito da apresentação dos resultados financeiros. (MYERS, J.; MYERS, L.; OMER, 2003). Como consequência da excessiva familiaridade entre o auditor e os gestores da empresa, os auditores ficam mais propensos a se comprometerem com as escolhas contábeis dos clientes. (CHEN; LIN; LIN, 2008). Assim, o estreitamento no relacionamento entre o auditor e o cliente pode resultar em falhas para detectar distorções materiais relevantes. (BALL; TYLER; WELLS, 2015).

Os proponentes do rodízio obrigatório argumentam que a independência do auditor pode ser melhorada pelo aumento do ceticismo profissional proporcionado por uma nova perspectiva de um novo auditor. (KWON; LIM; SIMNETT, 2014). Em síntese, os proponentes do rodízio acreditam que limitar o tempo de relacionamento entre auditor e empresa reduz as preocupações sobre a deterioração da independência do auditor e da qualidade da auditoria. (MYERS, J.; MYERS, L.; OMER, 2003).

Em contrapartida, os oponentes do rodízio obrigatório de auditoria argumentam que relacionamentos curtos entre a auditoria e a empresa podem acarretar na redução da qualidade da auditoria, considerando que o novo auditor não possui amplo conhecimento específico sobre as operações do cliente auditado. (GUL; FUNG; JAGGI, 2009). Essa falta de experiência e de conhecimento detalhado das atividades e das situações particulares da empresa pode resultar em falhas de auditoria e, também, em aumento de custos iniciais de auditoria. (KWON; LIM; SIMNETT, 2014). Davis, Soon e Trompeter (2009) destacam que, para os opositores da proposta, existem outros fatores que contribuem para a manutenção da independência do auditor, como as regulamentações atuais, o risco de litígio e os incentivos econômicos, tornando o rodízio obrigatório desnecessário.

Embora o foco da discussão sobre o rodízio de auditoria encontre-se na manutenção da independência do auditor, Myers, J., Myers, L. e Omer (2003) sugerem que o ponto central a ser considerado sobre a duração do relacionamento do auditor com o cliente é a qualidade dos lucros divulgados pela empresa. Nesse sentido, a independência do auditor é entendida como um elemento que afeta a qualidade dos lucros divulgados. Schipper e Vincent (2003) definem qualidade dos lucros como a representação fiel da mudança na riqueza total da empresa e afirmam que a qualidade dos lucros se relaciona com a utilidade da informação para a tomada de decisão.

A elevada qualidade dos lucros fornece mais características do desempenho financeiro da empresa, informação importante para a tomada de decisão. (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). Schipper e Vincent (2003) acrescentam que lucros de qualidade são de especial interesse para aqueles que usam as demonstrações contábeis para fins de contratação e para a tomada de decisão sobre investimentos.

A medida de qualidade dos lucros não possui um conceito unívoco na literatura, podendo ser utilizadas diferentes *proxies* para sua mensuração. Dentre as possíveis

proxies, os *accruals* residuais destinam-se a captar distorções induzidas pela aplicação das normas de contabilidade e o gerenciamento de resultados. (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). Os *accruals* residuais revelam o gerenciamento de resultados e erros de estimativas, sendo que ambos reduzem a utilidade da informação para tomada de decisão. (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010).

De acordo com Myers, J., Myers, L. e Omer (2003, p.780) “os proponentes do rodízio obrigatório expressam a crença de que lucros de baixa qualidade estão associados com um mandato mais longo do auditor”. Os autores acrescentam que lucros de baixa qualidade podem iludir os investidores e, por consequência, resultar em recursos mal alocados. Os auditores, bem como os gestores das empresas, se opõem ao rodízio argumentando que o rodízio obrigatório aumenta os custos iniciais da auditoria e aumenta o risco de falha da auditoria. (MYERS, J.; MYERS, L.; OMER, 2003).

Os argumentos favoráveis e contrários à regulamentação do rodízio de firma de auditoria ensejaram inúmeras discussões em diferentes países, sendo que esse debate permanece ativo. Entretanto, até o momento, a maioria dos países não adotou o rodízio obrigatório da firma de auditoria, cabendo à empresa, a qualquer tempo, optar pela manutenção ou troca da auditoria independente. Por outro lado, países como Brasil, Espanha, Itália, Singapura e Coréia do Sul constam na lista de países que adotaram o rodízio obrigatório de firma de auditoria.

No Brasil, a Instrução CVM nº 308 de 1999 estabelece que o auditor não pode prestar serviços para uma mesma empresa por prazo superior a cinco anos, sendo permitida a recondução após decorrido um intervalo de três anos. Em 2008, a Deliberação CVM nº. 549 suspendeu a obrigatoriedade do rodízio de auditoria no período de convergência aos padrões internacionais de contabilidade, por entender que, naquele momento, o rodízio poderia representar instabilidade para as empresas e para os auditores. (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM), 2008). Assim, no período de 2009 a 2011, a substituição dos auditores independentes foi facultada pela CVM e, atualmente, encontra-se vigente.

Considerando que o cenário brasileiro representa uma excelente oportunidade de investigar o rodízio de auditoria, considerando os argumentos favoráveis e contrários a regulamentação, bem como reconhecendo a relevância da divulgação de lucros de qualidade, o presente estudo busca responder a seguinte questão: **qual o**

efeito do rodízio da firma de auditoria sobre a qualidade dos lucros divulgados pelas empresas?

1.2 DELIMITAÇÃO DO TRABALHO

O Brasil possui características peculiares em relação ao tema, uma vez que é um dos poucos países a tornar obrigatório o rodízio da firma de auditoria. A normativa que instituiu o rodízio de auditoria independente, instrução CVM nº 308 de 1999, determina que a firma de auditoria não pode prestar serviços para um mesmo cliente por prazo superior a cinco anos, devendo aguardar um intervalo de três anos para a recondução.

A normativa teve seus efeitos suspensos no período de convergência das normas de contabilidade aos padrões internacionais. Em 2008, a deliberação CVM nº 549 facultou as empresas a não substituição dos auditores independentes até a data da emissão do relatório de auditoria para as demonstrações relativas ao exercício social a se encerrar em 2011 (para empresas com o exercício social em data coincidente com o ano calendário); e a se encerrar em 2012 para as demais empresas.

Portanto, quanto à delimitação no espaço, a presente pesquisa foi realizada com base nas empresas de capital aberto listadas na bolsa de valores brasileira - BM&FBOVESPA, por compreender que o cenário brasileiro, descrito anteriormente, cria um terreno fértil para a pesquisa sobre o rodízio de auditoria. Essas empresas, além de estarem submetidas à regulamentação do rodízio de firma de auditoria, disponibilizam os dados das suas demonstrações contábeis para acesso público, viabilizando a pesquisa.

Em relação à delimitação temporal, foram objeto desse estudo as empresas brasileiras de capital aberto listadas em bolsa no período de 2008 a 2015. O período de análise foi definido levando em consideração a vigência da obrigatoriedade da realização do rodízio de firma de auditoria, bem como a vigência da suspensão da obrigatoriedade. Assim, para os fins da pesquisa foram considerados tanto o rodízio de auditoria voluntário quanto os casos em que o rodízio ocorreu em decorrência de obrigação legal.

Adicionalmente, a escolha do período deve-se a disponibilidade dos dados para o cálculo dos *accruals* de acordo com os modelos propostos. Foram necessárias informações referentes ao fluxo de caixa, que passaram a ser amplamente

disponibilizadas apenas a partir do exercício de 2008, com a inclusão da demonstração dos fluxos de caixa ao conjunto de demonstrações contábeis obrigatórias, pela Lei 11.638/07.

Além da delimitação no tempo e no espaço, a presente pesquisa se delimita pela análise proposta em relação à qualidade dos lucros. A literatura apresenta uma diversidade de medidas para capturar a qualidade dos lucros, sendo que cada uma aborda diferentes aspectos da qualidade dos lucros. Nesse trabalho a qualidade dos lucros foi medida a partir dos *accruals* residuais, sendo que as demais medidas não foram trabalhadas nesse estudo.

Dentro da abordagem dos *accruals* residuais, foram utilizados quatro diferentes modelos de cálculo que permitiram identificar duas diferentes perspectivas dos resíduos dos *accruals*: o gerenciamento de resultados e os erros de estimativas. Embora complementares, os dois conceitos apresentam diferenças. Enquanto os resíduos relacionados ao gerenciamento de resultados capturam as ações intencionais da gestão da empresa para manipular os resultados divulgados, os erros de estimativas capturam tanto os erros intencionais, quanto os erros não intencionais, por considerar que ambos reduzem a qualidade dos lucros. (BAXTER; COTTER, 2009).

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o efeito do rodízio da firma de auditoria sobre a qualidade dos lucros das empresas de capital aberto brasileiras.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) verificar se o efeito do rodízio da firma de auditoria sobre a qualidade dos lucros foi diferente quando realizado de forma obrigatória em comparação à troca voluntária;
- b) verificar se os resultados encontrados são robustos a diferentes modelos de cálculo dos *accruals* residuais.

1.4 JUSTIFICATIVA

O rodízio da firma de auditoria e seus efeitos sobre as demonstrações contábeis movimentam discussões ao redor do mundo. Após escândalos financeiros envolvendo grandes corporações e suas auditorias as discussões foram intensificadas e continuam fortemente ativas, mantendo a demanda por pesquisas sobre o tema.

O *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), órgão regulador americano, levantou a discussão em diversas oportunidades. Em 2011, por exemplo, o órgão emitiu documento conceitual sobre o assunto e solicitou comentários sobre o rodízio de firma de auditoria e outras possíveis formas de aumentar a independência do auditor. (INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL (IBRACON), 2014). Nos Estados Unidos, o rodízio de firma de auditoria não é obrigatório e, como medida para aumentar a independência do auditor, a legislação americana (*Sarbanes-Oxley Act - SOX*) determina que o sócio responsável pela auditoria deve ser substituído a cada cinco anos.

Recentemente, a União Europeia aprovou novas regras de auditoria, que, dentre outras determinações, regulamenta o rodízio obrigatório de firma de auditoria em uma das maiores regiões econômicas do mundo. A regra geral determina que entidades de interesse público devem trocar seus auditores a cada dez anos. A entrada em vigor do rodízio obrigatório de auditoria será gradual, de acordo com as determinações da lei, iniciando em junho deste ano. Os países membros da União Europeia terão a opção de adotar o rodízio a cada dez anos, estender o prazo para no máximo quatorze anos ou implementar um período de rotação mais curto, respeitando as disposições da lei para que isso ocorra. (DELOITTE, 2014; PRICEWATERHOUSECOOPERS (PWC), 2015).

O exemplo dos Estados Unidos e, principalmente, da União Europeia demonstram que as discussões permanecem ativas e que pesquisas sobre o tema se fazem necessárias. A presente pesquisa pode trazer contribuições para o mercado internacional ao evidenciar os efeitos do rodízio de auditoria na experiência brasileira. A realização de pesquisa com uma amostra de empresas brasileiras permite que sejam evidenciados resultados com base em um cenário de rodízio de firma de auditoria regulamentado, enquanto a maioria das pesquisas internacionais sobre o tema é desenvolvida com amostras de países que não possuem o rodízio

regulamentado. A experiência brasileira pode ser de interesse das inúmeras nações que se mantêm discutindo a proposta, demonstrando na prática os efeitos do rodízio.

Assim, a conjuntura brasileira cria condições para que o presente estudo acrescente novas perspectivas a outros importantes trabalhos internacionais realizados sobre o tema, como, por exemplo, os realizados por Carey e Simnett (2006); Chen, Lin e Lin (2008); Davis, Soo e Trompeter (2009); Ghosh e Moon (2005); Gul, Fung e Jaggi (2009); Jenkins e Velury (2012); Johson, Khurana e Reynolds (2002); Kim, Lee e Lee (2015); Myers, J., Myers, L. e Omer (2003).

O presente estudo também pretende complementar outras pesquisas já publicadas no Brasil por Azevedo e Costa (2012), Martinez e Reis (2011), Silva e Bezerra (2010). A presente pesquisa estende as anteriores em diversos aspectos. Primeiro, a qualidade dos lucros foi capturada utilizando tanto medidas de erros de estimativas dos *accruals*, quanto medidas de gerenciamento de resultados. Os estudos anteriormente publicados abordaram exclusivamente o efeito do rodízio de auditoria sobre o gerenciamento de resultados, utilizando, em conjunto, os modelos propostos por DeFond e Park (2001), Kang e Sivaramakrishnan (1995), Jones (1991), Jones modificado por Dechow, Sloan e Sweeney (1995), além de cinco métricas desenvolvidas por Leuz, Nanda e Wysocki (2003) e Pincus e Rajgopal (2002). Não se tem conhecimento de nenhuma pesquisa anterior sobre rodízio de auditoria e qualidade dos lucros, no Brasil, que tenha utilizado medidas de erros de estimativas baseadas em Dechow e Dichev (2002) e McNichols (2002). Uma comparação entre os resultados das diferentes medidas de qualidade dos lucros, gerenciamento de resultados e erros de estimativas, permite analisar o impacto do rodízio de firma de auditoria em diferentes aspectos da qualidade dos lucros.

Segundo, o teste principal da presente pesquisa foi realizado através da estimação de modelo de regressão que incluiu diversas variáveis de controle, diferenciando-se das abordagens propostas nas demais pesquisas. Terceiro, o período de análise da amostra foi estendido para os exercícios de 2008 e posteriores. As pesquisas precedentes, em conjunto, analisaram apenas até o exercício de 2008 e não compreendem o período de suspensão da obrigatoriedade do rodízio.

Além disso, os resultados da presente pesquisa são de interesse dos órgãos reguladores brasileiros, fornecendo informações para enriquecer a discussão sobre a manutenção do rodízio obrigatório de firma de auditoria. Sabe-se que, apesar de o rodízio ser regulamentado no Brasil, as opiniões sobre a sua efetividade não são

unânicos. Com a suspensão temporária da obrigatoriedade do rodízio de auditoria por meio da Deliberação CVM nº 549/08 ficou evidente a necessidade de discutir a manutenção da obrigatoriedade. Se, por um lado, a CVM reconhece os aspectos negativos do longo relacionamento entre auditor e empresa, através da regulamentação da obrigatoriedade de realização de rodízio; por outro lado, a CVM reconhece os aspectos positivos da manutenção do relacionamento entre auditor e empresa, ao suspender a obrigatoriedade de realização do rodízio no período de convergência aos padrões internacionais de contabilidade.

Com o foco na utilidade da informação, os resultados apresentados também são de interesse daqueles que utilizam as demonstrações contábeis, sejam eles investidores ou demais partes interessadas. Os resultados da pesquisa evidenciam fatores associados à qualidade dos lucros, informação de interesse para o processo decisório. Por exemplo, decisões de investimentos com base em lucros de pouca qualidade podem levar a uma má alocação de recursos para os investidores; lucros de baixa qualidade também podem mascarar a deterioração da solvência, levando os credores erroneamente a continuar emprestando recursos para a empresa. (SCHIPPER; VINCENT, 2003). Assim, justifica-se mensurar o efeito do rodízio de firma de auditoria sobre a qualidade dos lucros, pois permitirá verificar se a ocorrência do rodízio afeta a qualidade dos lucros e, conseqüentemente, a qualidade e utilidade das demonstrações contábeis para a tomada de decisão.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo é abordada a contextualização do tema e apresentado o problema de pesquisa, bem como são apresentados os objetivos do estudo, a delimitação do tema e a justificativa da pesquisa. O segundo capítulo trata da revisão de literatura, teórica e empírica, e apresenta as hipóteses da pesquisa.

No terceiro capítulo são abordados os procedimentos metodológicos utilizados para a consecução deste estudo. No quarto capítulo é apresentada a análise dos resultados, bem como os testes de robustez realizados. Por fim, o quinto capítulo traz as considerações finais, apresentando as principais conclusões da pesquisa e sugestões para pesquisas futuras.

2 REVISÃO DA LITERATURA

No capítulo dois, são abordados aspectos a cerca da teoria da agência, da auditoria independente e rodízio de auditoria, da qualidade dos lucros e do cenário nacional, bem como são apresentados estudos precedentes e o desenvolvimento das hipóteses.

2.1 TEORIA DA AGÊNCIA

A relação de agência é um dos modos mais antigos e mais comuns de interação social entre duas ou mais pessoas. (ROSS, 1973). Uma relação de agência surge quando uma das partes, denominada agente, atua representando a outra parte, denominada principal, tomando decisões em nome do principal. (ROSS, 1973). O autor acrescenta que exemplos da relação de agência são encontrados facilmente, por exemplo, na relação entre empregado e empregador e, na relação entre acionistas e administradores. A relação de agência se faz presente em todas as organizações, sejam empresas públicas, privadas, mistas, cooperativas e em qualquer nível de administração das empresas. (JENSEN; MECKLING, 1976).

Jensen e Meckling (1976) definem a relação de agência como um contrato sob o qual o principal emprega o agente para executar em seu nome um serviço. Esse serviço concede ao agente poder de decisão. Nesse cenário, a empresa é considerada um ponto de conexão para um conjunto de relações contratuais entre indivíduos. (JENSEN; MECKLING, 1976). A teoria da agência descreve a empresa como umnexo de contratos entre o principal, proprietário de recursos econômicos, e o agente, responsável por usar e controlar esses recursos. (ADAMS, 1994). Em síntese, as relações contratuais compõem a essência da empresa, sejam elas com empregados, fornecedores, clientes, credores, governo, acionistas ou outros. (JENSEN; MECKLING, 1976).

A teoria da agência assume que todos os envolvidos nas relações contratuais tendem a apresentar um comportamento que maximize os seus interesses individuais. “Se ambas as partes da relação forem maximizadores de utilidade, existem boas razões para acreditar que o agente nem sempre agirá de acordo com os interesses do principal”. (JENSEN; MECKLING, 1976, p. 308). Pressupõe-se que os agentes possuem interesses pessoais e que são suscetíveis de aproveitar as oportunidades

para agir em defesa de seus interesses e contra os interesses do principal. (ADAMS, 1994).

Três aspectos principais geram assimetria na relação entre o principal e o agente: diferente aversão ao risco, assimetria de informação e conflito de interesses. (SAAM, 2007).

Em geral, o principal e o agente têm diferentes atitudes em relação ao risco e o agente tende a ser mais avesso ao risco. (SAAM, 2007). Eisenhardt (1989) explica que o agente não pode diversificar seus investimentos e por isso é mais avesso ao risco, enquanto o principal pode diversificar os seus investimentos e por isso é considerado como sendo de risco neutro. Nesse caso, apesar das diferentes preferências em relação ao risco, o principal sabe como o agente está se comportando. Essa assimetria pode ser minimizada através de contratos baseados em desempenho, que transferem ao agente parcela dos riscos das decisões. (EISENHARDT, 1989).

O conflito de interesses e a assimetria de informação, por outro lado, não permitem que o principal saiba como, de fato, o agente está se comportando em relação aos interesses do principal. (EISENHARDT, 1989). De acordo com o mesmo autor, o problema de agência surge quando o principal e o agente possuem objetivos diferentes e, quando o principal não consegue determinar ou não consegue observar se as decisões tomadas pelo agente foram adequadas.

A teoria da agência assume que o agente tem mais informação do que o principal e que essa assimetria da informação afeta negativamente a capacidade do principal em monitorar se seus interesses estão sendo efetivamente atendidos pelo agente. (ADAMS, 1994). A assimetria da informação surge porque o principal não consegue monitorar as competências, as intenções, os conhecimentos e as ações do agente e, quando consegue, os custos envolvidos são muito elevados. (SAAM, 2007). Adams (1994) acrescenta que outro problema surge quando o principal não tem acesso a todas as informações disponíveis no momento em que uma decisão é tomada pelo agente. De acordo com mesmo autor, o principal é incapaz de determinar se o agente está tomando as melhores decisões para atender aos interesses da empresa.

O conflito de interesses surge quando o principal e o agente possuem objetivos diferentes e buscam maximizar sua utilidade para atingir seus objetivos. O agente

busca maximizar a sua renda com o menor esforço possível, enquanto o principal busca maximizar o seu retorno com o máximo de esforço do agente. (SAAM, 2007).

Eisenhardt (1989) destaca dois aspectos do problema de agência: o risco moral e a seleção adversa. O risco moral se refere à possível falta de esforço por parte do agente, que pode simplesmente não colocar o esforço esperado para a realização da atividade. (EISENHARDT, 1989). De fato, o risco moral surge porque as ações do agente não são facilmente observáveis e assim o agente pode escolher perseguir seus interesses pessoais em detrimento dos interesses do principal. (MILGROM; ROBERTS, 1992). Por exemplo, o risco moral ocorre quando um empregado utiliza o tempo de trabalho na empresa para desenvolver um projeto pessoal complexo, de modo que a empresa não consegue detectar a ação do empregado.

A seleção adversa, por sua vez, se refere a informações distorcidas sobre as habilidades do agente. (EISENHARDT, 1989). A seleção adversa é um problema relacionado ao oportunismo pré-contratual que surge porque os agentes possuem informação privada sobre sua situação pessoal que não são observáveis e que poderão garantir ao agente benefícios superiores àqueles devidos. (MILGROM; ROBERTS, 1992). Por exemplo, a seleção adversa ocorre quando no momento da contratação um empregado afirma ter experiência em certa área de atuação e o empregador não consegue verificar se de fato o empregado possui habilidade e experiência na área.

Jensen e Meckling (1976) afirmam que na relação de agência, o principal e o agente incorrerão em custos para assegurar que o agente tomará decisões que atendam aos interesses do principal. “O principal pode limitar as divergências referentes aos seus interesses por meio da aplicação de incentivos adequados ao agente e incorrendo em custos de monitoramento visando limitar as atividades irregulares do agente”. (JENSEN; MECKLING, 1976, p. 308). Os autores definem o custo de agência como a soma: I) das despesas de monitoramento, incorridas pelo principal a fim de avaliar e acompanhar o comportamento do agente e identificar se o agente atua visando os interesses do principal; II) das despesas com concessão de garantias, visando assegurar o principal contra ações oportunistas por parte do agente; III) do custo residual, que são os demais custos não relacionados anteriormente e que se referem à redução do bem-estar do principal.

Destaca-se que a relação entre acionistas e administradores de grandes corporações se encaixa claramente na definição de relação de agência. (JENSEN;

MECKLING, 1976). Ainda de acordo com os autores, as organizações onde os agentes tomadores de decisão não são os principais afetados pelas consequências dessas decisões, ou seja, as organizações onde a propriedade e o controle são exercidos por indivíduos distintos, estão intimamente relacionadas com os problemas de agência. Fama e Jensen (1983) afirmam que a separação entre as funções de decisão e de suportar os custos dos riscos sobrevive nessas organizações em parte por causa dos benefícios da gestão especializada, mas também por causa do efetivo controle dos problemas de agência.

Eisenhardt (1989) apresenta uma visão geral da teoria da agência reproduzida no Quadro 1:

Quadro 1 - Visão geral da Teoria da Agência

Ideia Principal	As relações entre Principal-Agente devem refletir uma organização eficiente de informações e de riscos que implicam custos
Unidade de Análise	Contrato entre o principal e o agente
Hipóteses Humanas	Interesse pessoal Racionalidade limitada Aversão ao risco
Hipóteses Informacionais	Informação como uma mercadoria comprável
Problemas Contratuais	Agência (risco moral e seleção adversa) Compartilhamento de riscos
Problema Dominante	Relacionamento onde o principal e o agente possuem objetivos e preferências de risco parcialmente diferentes

Fonte: Adaptado pela autora com base em Eisenhardt (1989).

A teoria de agência criou mecanismos para minimizar os problemas de agência, tais como: sistemas de incentivos e compensações, sistemas de monitoramento, integração vertical, auto seleção, dentre outros. (SAAM, 2007). Especificamente, os sistemas de monitoramento servem para acompanhar e controlar o comportamento do agente. Os sistemas de monitoramento permitem ao principal recolher informações sobre as atividades do agente e acompanhar as ações que de fato estão sendo realizadas, freando ações oportunistas por parte do agente. (EISENHARDT, 1989). Em síntese, os sistemas de monitoramento permitem que o principal acompanhe o comportamento do agente e identifique se seus interesses estão sendo adequadamente atendidos.

No clássico caso “*Market for Lemons*”, Akerlof (1970) evidencia a assimetria de informação nos mercados, através do exemplo do mercado de venda de carros. Nele, distinguem-se dois tipos de revendedores de carros: I) aqueles honestos e que vende bons carros e II) aqueles desonestos que vendem carros ruins, chamados de *lemons*. O problema surge porque os compradores não têm como distinguir entre um bom carro e um *lemon*. Assim, supondo que um bom carro deveria custar 80 e um *lemon* deveria custar 30, o comprador não pagará mais que 55, o valor médio entre o que custaria um bom carro e um *lemon*. Dessa forma, apenas *lemons* seriam vendidos e os revendedores honestos seriam empurrados para fora do mercado. Uma solução para esse problema pode ser encontrada na inserção de uma terceira parte externa ao relacionamento, capaz de reduzir a assimetria de informação. Nesse exemplo, o cliente poderia contratar um especialista externo para avaliar o carro, ou o revendedor honesto poderia certificar os bons carros contratando uma agência externa para auditar e certificar os carros. De acordo com Akerlof (1970) inúmeras instituições surgiram para minimizar o efeito da incerteza da qualidade. O exemplo do “*Market for Lemons*” pode ser estendido à relação entre agente e principal nas empresas, assim, o monitoramento por uma terceira parte externa a relação entre o principal e o agente pode contribuir para reduzir a assimetria de informação entre as partes.

Nesse cenário, a auditoria independente é considerada um importante mecanismo de monitoramento. O auditor independente surge para reduzir a assimetria de informação entre o agente e o principal, monitorando o comportamento do agente. O auditor independente é reconhecido como um dos principais mecanismos de monitoramento para regular os conflitos de interesse e reduzir os custos de agência. (PIOT, 2001). O autor acrescenta que o papel da auditoria é reduzir a assimetria da informação sobre os números contábeis e minimizar as perdas decorrentes do oportunismo dos agentes.

O controle dos problemas de agência é especialmente importante quando os agentes tomadores de decisão não são os principais favorecidos com os resultados da decisão, ou seja, não suportam uma parcela importante dos efeitos das suas decisões. (FAMA; JENSEN, 1983). Nessas organizações cabe ao agente gerir os recursos da empresa e demonstrar ao principal como esses recursos foram utilizados para a criação dos resultados. É pertinente levar em consideração que a formação e a divulgação dos resultados da empresa envolvem, em parte, julgamento e discricionariedade e, por consequência, a utilização de *accruals* por parte do agente.

Essas características concedem ao agente a oportunidade de distorcer os resultados da empresa. (DEFOND, 1992).

Por um lado, a utilização de *accruals* leva o agente a comunicar suas informações internas e, assim, aumentar a habilidade dos lucros em refletir o valor econômico da empresa. (KRISHNAN, 2003). Por outro lado, complementa o autor, o agente pode abusar da flexibilidade das normas contábeis e utilizar-se de forma agressiva dos *accruals*, prejudicando a qualidade dos lucros divulgados. Essa situação pode elevar o custo do capital, por incertezas dos investidores e credores. Krishnan (2003, p.109) afirma que “Os auditores independentes exercem um importante papel em mitigar esses custos de agência ao reprimir a utilização oportunista dos *accruals*”.

2.2 AUDITORIA INDEPENDENTE E O RODÍZIO DE AUDITORIA

As demonstrações contábeis são uma importante ferramenta de comunicação entre a empresa e as partes interessadas, útil para reduzir a assimetria de informação entre o principal e o agente. (BALL; TYLER; WELLS, 2015). Johnson, Khurana e Reynolds (2002) acrescentam que as demonstrações contábeis são o principal meio de comunicação de informações patrimoniais, financeiras e econômicas para aqueles que se encontram de fora de uma entidade. A eficácia dessa comunicação será afetada pela qualidade da auditoria independente. (BALL; TYLER; WELLS, 2015).

A auditoria independente contribui para minimizar os problemas de agência sob dois aspectos principais. Primeiro, ao constranger ações oportunistas, já que o auditor deve formar uma opinião, com base nas conclusões atingidas pelas evidências de auditoria, sobre se as demonstrações contábeis tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. (CFC), 2016). Segundo, ao avaliar e opinar se as demonstrações contábeis estão de acordo com as normas vigentes, ou seja, foram elaboradas de acordo com os requisitos da estrutura de relatório financeiro aplicável. (CFC, 2016). De acordo com DeFound e Subramanyam (1998, p. 40) “O papel da auditoria independente é atestar que os gestores aplicam de forma apropriada às normas contábeis”.

O auditor independente comunica ao público externo as conclusões do seu trabalho por meio do relatório de auditoria independente, produto final do seu trabalho.

(GEIGER; RAGHUNANDAN, 2002). A opinião contida no relatório pode ser modificada ou não modificada, baseada nas conclusões do auditor. De acordo com Geiger e Raghunandan (2002) o tipo de opinião que será emitida envolve uma parcela substancial de julgamento profissional e de negociação com o cliente.

Através da emissão do seu relatório, o auditor atesta a confiabilidade e a veracidade das informações divulgadas pela empresa. Entretanto, para que a auditoria cumpra com seu papel é essencial que o trabalho do auditor esteja revestido de credibilidade, integridade, objetividade e independência. A independência é considerada um dos principais fatores para aumentar a qualidade das demonstrações contábeis auditadas (KIM; LEE; LEE, 2015), posto que influencia a qualidade da auditoria realizada.

A independência do auditor é descrita como a “Postura que permite a apresentação de conclusão que não sofra efeitos de influências que comprometam o julgamento profissional, permitindo que a pessoa atue com integridade, objetividade e ceticismo profissional”. (CFC, 2014, p. 3). Além da independência de pensamento, é fundamental que o auditor tenha aparência de independência, ou seja, evite fatos e circunstâncias que possam colocar terceiros em dúvida sobre a sua independência. (CFC, 2014).

Os escândalos financeiros envolvendo grandes empresas e suas auditorias reforçaram a atenção sobre o trabalho realizado pelo auditor e a sua eficácia em proteger os interesses públicos. (KWON; LIM; SIMNETT, 2014). Esses escândalos afetaram a credibilidade das auditorias, levantando dúvidas sobre a qualidade das auditorias e sobre a independência dos auditores. Nesse cenário, o rodízio obrigatório de firma de auditoria foi proposto como meio para melhorar a qualidade da auditoria e, conseqüentemente, a qualidade das demonstrações contábeis. (CAREY; SIMNETT, 2006).

A preocupação com o possível impacto do longo relacionamento da auditoria sobre a independência do auditor e sobre a qualidade da auditoria ensejou a discussão sobre a regulamentação do rodízio de auditoria. (BALL; TYLER; WELLS, 2015). Entretanto, destaca-se que a proposta é controversa e vem sendo discutida em inúmeros países ao redor do mundo. Muitos são os argumentos favoráveis à proposta, bem como muitos são os argumentos contrários.

2.2.1 Argumentos Favoráveis ao Rodízio Obrigatório de Firma de Auditoria

De um lado, argumenta-se que a qualidade da auditoria será prejudicada com o longo relacionamento com o auditor, principalmente em função da ameaça a independência e objetividade do auditor. (CARCELLO; NAGY, 2004). Se os usuários das demonstrações contábeis perceberem o longo relacionamento como uma ameaça a independência do auditor, tais demonstrações deixam de ser confiáveis para tomar decisões sobre investimentos. (GOSH; MOON, 2005).

Myers, J., Myers, L. e Omer (2003) destacam que os proponentes do rodízio de auditoria acreditam que a diminuição da independência pode levar o auditor a apoiar escolhas contábeis mais agressivas e resultar em falhas para detectar distorções materiais relevantes.

Lim e Tan (2010) acrescentam que a realização da auditoria por uma mesma firma ao longo de vários anos pode tornar o auditor excessivamente familiar com o cliente, levando-o a agir de forma complacente e desenvolvendo pontos cegos na auditoria. Essa familiaridade excessiva pode comprometer a qualidade da auditoria, uma vez que os auditores ficam mais propensos a se comprometer com as escolhas contábeis dos seus clientes e porque os auditores buscam reter os seus clientes. (CHEN; LIN; LIN, 2008).

Além disso, o longo relacionamento pode fazer com que o auditor se torne menos preocupado com o risco de litígio do cliente e, por consequência, reduza seus esforços na realização da auditoria. (JOHSON; KHURANA; REYNOLDS, 2012).

Assim, o rodízio da firma de auditoria pode trazer novas perspectivas para a realização do trabalho do auditor. Limitar o tempo de relacionamento pode minimizar a capacidade da administração em influenciar as decisões do auditor, evitando a emissão de um relatório tendencioso. (RUIZ-BARBADILLO; GOMEZ-AGUILAR; CARRERA, 2009). O rodízio de firma de auditoria pode prevenir colapsos empresariais (JACKCON; MOLDRICH; ROEBUCK, 2008) e contribuir para a manutenção da credibilidade dos órgãos reguladores.

2.2.2 Argumentos Contrários ao Rodízio Obrigatório de Firma de Auditoria

De outro lado, argumenta-se que a qualidade da auditoria é menor nos anos iniciais e aumenta com o passar dos anos, com base no conhecimento adquirido pelo

auditor sobre os negócios da empresa. (CARCELLO; NAGY, 2004). Com um relacionamento mais longo, o auditor desenvolve maior conhecimento sobre o cliente e sobre o setor em que a companhia atua (LIM; TAN, 2010), possibilitando a execução de auditoria de melhor qualidade. Acredita-se que o auditor que conduz a auditoria para um mesmo cliente por anos consecutivos aprende sobre os pontos críticos da empresa que podem exigir uma atenção especial. (GUL; FUNG; JAGGI, 2009).

A capacidade da auditoria em melhorar a qualidade das demonstrações contábeis esta atrelada a sua capacidade em detectar distorções e ao comportamento do auditor após essa detecção. (JOHSON; KHURANA; REYNOLDS, 2002). Nesse contexto, o conhecimento específico é uma habilidade importante para que o auditor perceba essas distorções relevantes.

De acordo com Ruiz-Barbadillo, Gomez-Aguilar e Carrera (2009, p.117) “Os opositores do rodízio obrigatório argumentam que o mercado de auditoria fornece fortes incentivos econômicos e institucionais para a independência do auditor, tornando o rodízio obrigatório desnecessário”. A reputação da firma de auditoria é considerada um importante incentivo para a manutenção da independência do auditor. Falhas de auditoria decorrentes da perda de independência podem prejudicar a reputação da firma no mercado, gerando potenciais perdas de negócios. Esse risco é suficientemente forte para que o auditor evite a perda de independência. (RUIZ-BARBADILLO; GOMEZ-AGUILAR; CARRERA, 2009).

Os opositores da proposta também mencionam que o novo auditor é mais vulnerável a ser influenciado pela administração da empresa por receio de ser demitido nos primeiros anos de relacionamento. De acordo com Geiger e Raghunandan (2002) uma nova auditoria gera custos iniciais e o auditor tentará manter a empresa cliente por tempo suficiente para compensar esses custos. Além disso, a demissão precoce pode ser entendida pelo mercado como problemas com a firma de auditoria e não com o cliente, o que prejudica a reputação da firma de auditoria. (GEIGER; RAGHUNANDAN, 2002).

Davis, Soo e Trompeter (2009, p. 520) sintetizam alguns argumentos e afirmam que de acordo com os opositores do rodízio obrigatório “[...] as regulamentações atuais, o clima de litígio existente e os incentivos econômicos dos auditores para preservar suas reputações fazem o rodízio obrigatório desnecessário.”

De acordo com Gosh e Moon (2005) se os investidores percebem o longo relacionamento com a auditoria como um ganho de conhecimento específico e,

consequentemente, de qualidade da auditoria, as demonstrações contábeis tornam-se mais confiáveis para a tomada de decisão. Assim, o longo relacionamento entre a firma de auditoria e a empresa é visto pelos opositores do rodízio como ganho na qualidade da auditoria e não como perda de qualidade, como argumentam os apoiadores.

2.2.3 Rodízio de Auditoria no Cenário Internacional

As discussões sobre o rodízio de firma de auditoria estão longe de apresentar um consenso, bem como de serem encerradas. O rodízio de firma de auditoria, como uma abordagem possível para a manutenção da independência do auditor e para o aumento da qualidade da auditoria, foi e continua sendo discutido em muitos países.

Alguns países, como é o caso do Brasil, Espanha, Itália, Singapura e Coreia do Sul, adotaram o rodízio obrigatório de firma de auditoria. Destaca-se, contudo, que no Brasil e na Coreia do Sul o rodízio foi suspenso no período de convergência às normas internacionais de contabilidade. (IBRACON, 2014). Ainda de acordo com o Ibracon (2014), em Singapura suspendeu-se a exigência de rodízio de firma de auditoria para os bancos de capital aberto durante a recente crise financeira. E, por fim, a Espanha abandonou a prática após sete anos de obrigatoriedade.

Na Coreia do Sul, após a crise financeira asiática em 1997 e a edição da SOX em 2002, os reguladores propuseram o rodízio obrigatório de firma de auditoria para as entidades públicas listadas. (KWON; LIM; SIMNETT, 2014). Assim, a partir de 2006 foi implementado o rodízio de firma de auditoria a cada seis anos. Utilizando uma amostra de empresas públicas sul coreanas em um período anterior e outro posterior a obrigatoriedade do rodízio, Kwon, Lim e Simnett (2014) examinaram o efeito do rodízio obrigatório de firma de auditoria sob a qualidade da auditoria e sobre os honorários de auditoria. Os resultados do estudo de Kwon, Lim e Simnett (2014) demonstraram que a qualidade da auditoria não altera significativamente após a introdução da obrigatoriedade do rodízio, tanto em comparação com o período anterior a regulamentação, quanto em comparação ao rodízio voluntário após 2006.

Na Itália, o rodízio de firma de auditoria é obrigatório para todas as empresas listadas desde 1975, sendo estendido posteriormente para empresas não listadas

de alguns setores regulados. (CAMERAN *et al.*, 2013). Em um cenário de rodízio obrigatório regulamentado, Cameran *et al.* (2013) investigaram os benefícios e os custos do rodízio obrigatório. Os autores argumentam que a maioria dos estudos são realizados em países onde o rodízio de firma de auditoria não é obrigatório. Assim, torna-se interessante analisar a experiência italiana.

Em relação aos custos, Cameran *et al.* (2013) concluíram que o rodízio obrigatório leva à taxas de auditoria anormalmente elevadas no último ano antes do rodízio, bem como após o primeiro ano da troca. De acordo com os autores, as taxas elevadas poderiam ser aceitas se levassem a um aumento na qualidade da auditoria. Entretanto, o estudo concluiu que nos três anos subsequentes ao rodízio há um declínio na qualidade dos lucros e, há evidências de que a qualidade dos lucros aumenta a cada ano de relacionamento entre a firma de auditoria e a empresa.

Na Espanha, durante um período de sete anos o rodízio de firma de auditoria foi obrigatório, de 1988 a 1994. A legislação espanhola estabeleceu um sistema em que o contrato com a auditoria não poderia durar menos de três anos e nem mais que nove anos, devendo aguardar um período de três anos para recondução da firma. (RUIZ-BARBADILLO; GOMEZ-AGUILAR; CARRERA, 2009). Entretanto, o rodízio nunca ocorreu na prática, já que a legislação determinava um período de nove anos para a sua realização e a lei foi retirada após sete anos de vigência.

Ruiz-Barbadillo, Gomez-Aguilar e Carrera (2009) examinaram o impacto do rodízio de auditoria sobre a independência do auditor na Espanha, comparando um período de rodízio obrigatório com outro período pós-obrigatoriedade. Os autores argumentam que mesmo não ocorrendo o rodízio na prática, os incentivos econômicos e as decisões dos auditores estavam condicionados pela existência do rodízio obrigatório. A propensão em emitir um relatório com opinião modificado foi utilizada como *proxy* para a independência do auditor. Os autores não encontraram evidências que sugeriram que o rodízio obrigatório está associado a uma maior propensão em emitir um relatório modificado.

Recentemente, a União Europeia apresentou uma reforma da legislação de auditoria que, entre outras questões, trata do rodízio obrigatório de firma de auditoria. De acordo com Deloitte (2014) e PWC (2015) a nova legislação torna obrigatório o rodízio de firma de auditoria para entidades de interesse público e deve ser implementada pelos estados membros neste ano. Entretanto, o rodízio

obrigatório de firma de auditoria está sujeito a um período de transição e os requisitos para o rodízio serão introduzidos ao longo de um período mais longo. (DELOITTE, 2014; PWC, 2015).

O PCAOB, órgão regulador americano, levantou a discussão em diversas oportunidades. Em 2011, o órgão emitiu documento conceitual sobre o assunto e solicitou comentários sobre o rodízio de firma de auditoria e outras possíveis formas de aumentar a independência do auditor. Cerca de noventa por cento das respostas recebidas foram contrárias ao rodízio obrigatório. (IBRACON, 2014).

Nos Estados Unidos, o rodízio de firma de auditoria não é obrigatório. Como medida para aumentar a independência do auditor, a SOX determina que o sócio responsável pela auditoria deve ser substituído a cada cinco anos. Para Jenkins e Velury (2012) as disposições da SOX auxiliaram para restaurar a confiança pública sobre a qualidade da auditoria e das demonstrações contábeis. Assim, o sucesso da SOX no cenário americano pode indicar que o rodízio obrigatório de auditoria não se faz necessário.

Assim como os Estados Unidos, a Austrália também regulamentou e tornou obrigatório o rodízio do sócio de auditoria, na tentativa de contribuir com a manutenção da independência do auditor e da qualidade da auditoria e como resposta a falhas corporativas. Com base em empresas listadas na Australian S&P/ASX Top 500, Ball, Tyler e Wells (2015) testaram como o tempo de relacionamento entre o auditor e a empresa está associado à qualidade da auditoria e, por consequência, a qualidade das informações financeiras divulgadas. Duas perspectivas do relacionamento foram testadas: o tempo de relacionamento entre o sócio de auditoria e a empresa e, o tempo de relacionamento entre a firma de auditoria e a empresa.

Os resultados encontrados por Ball, Tyler e Wells (2015) sugerem que o longo relacionamento entre o sócio responsável pela auditoria e o CEO responsável pela empresa contribuem para a redução da independência do auditor. Por outro lado, o estudo demonstrou que a qualidade da auditoria aumenta conforme aumenta o tempo de relacionamento entre a firma de auditoria e a empresa. Assim, “enquanto os resultados dão suporte para a regulamentação que prescreve a rotação do sócio da auditoria, isto não se estende ao rodízio de firma de auditoria”. (BALL; TYLLER; WELLS, 2015, p. 168).

Paralelamente às discussões sobre a obrigatoriedade do rodízio de firma de auditoria, é importante ressaltar que o relacionamento entre a firma de auditoria e a empresa pode ser encerrado voluntariamente, por decisão das partes. Ou seja, o rodízio de firma de auditoria pode acontecer de forma voluntária a qualquer tempo.

O rodízio voluntário pode ocorrer em função de conflitos entre auditor e empresa auditada. Esses conflitos podem ocorrer quando ambos discordam sobre a aplicação apropriada das normas contábeis. Os auditores têm incentivos para reportar os resultados de forma conservadora, para evitar o risco de litígios futuros e os possíveis danos decorrentes do litígio. (DEFOUND; SUBRAMANYAM, 1998).

De acordo com DeFound e Subramanyam (1998) os auditores possuem diferentes níveis de conservadorismo, visto que o risco de litígio de um cliente envolve o julgamento profissional de cada auditor. Se os níveis de conservadorismo do auditor forem maiores do que a empresa espera, a empresa tem um incentivo para descartar o atual auditor, na expectativa de que o novo auditor apresente um nível de conservadorismo mais próximo às expectativas da empresa.

DeFound e Subramanyam (1998) examinaram o comportamento dos *accruals* discricionários em uma amostra de empresas que trocaram seus auditores para testar se o rodízio voluntário de auditoria está associado à preferência do auditor por escolhas contábeis mais conservadoras. Os autores demonstraram que os *accruals* discricionários reduzem os resultados divulgados no último ano antes da troca e, são insignificantes durante o primeiro ano do novo auditor. Também demonstraram que as empresas com maior risco de litígio apresentam um volume maior de *accruals* discricionários negativos. Assim, os autores concluíram que os riscos de litígio levam os auditores a escolhas contábeis mais conservadoras, bem como, que as empresas trocam de auditoria voluntariamente na esperança do novo auditor ser mais razoável.

Com base em literaturas anteriores Jackson, Moldrich e Roebuck (2008) argumentam que as empresas mudam de auditoria para evitar receber uma opinião modificada, sendo que a ocorrência de relatório modificado é uma significativa razão para que o cliente mude de auditor. Também acrescentam que empresas com dificuldades financeiras possuem maior propensão de trocar seus auditores.

Por fim, acredita-se que as empresas podem optar pelo rodízio voluntário de firma de auditoria em busca de redução de custos com os serviços de auditoria. Assim, as empresas podem trocar seus auditores por outros que apresentem uma proposta financeiramente mais vantajosa.

2.3 QUALIDADE DOS LUCROS

Myers, J., Myers, L. e Omer (2003) sugerem que o ponto central a ser considerado sobre a duração do relacionamento do auditor com o cliente é a qualidade dos resultados da empresa, e não a independência em si. A independência do auditor representa o meio para a consecução dos fins, ou seja, a divulgação de resultados financeiros de qualidade. Dessa forma, a mensuração dos efeitos do rodízio de auditoria sobre a qualidade dos lucros possibilita verificar se o rodízio contribui, ou não, para o aumento da qualidade dos lucros, ponto fundamental a ser considerado nas discussões sobre o rodízio de auditoria.

O lucro divulgado pelas empresas é informação de interesse para todos os usuários das demonstrações contábeis, principalmente os investidores, pois demonstra seu desempenho. Mas é importante lembrar que o lucro divulgado é resultado de um processo de contabilização, baseado em normas, que concedem poder discricionário a entidade ao longo de diversas etapas. (CHAN *et al.*, 2006).

A formação dos resultados de acordo com as normas contábeis contém provisões e diferimentos para que os resultados divulgados demonstrem o real desempenho da empresa, permitindo superar as limitações inerentes do fluxo de caixa. (JOHSON; KHURANA; REYNOLDS, 2002). Entretanto, tais provisões e diferimentos podem gerar incertezas e imprecisões na aplicação das normas contábeis, levando a erros de estimativas.

Além disso, a flexibilidade das normas contábeis pode ser utilizada de forma oportunista pela administração da empresa para maximizar os seus resultados, gerando demonstrações contábeis de qualidade inferior. (JENKINS; VELURY, 2012). Chan *et al.* (2006) acrescentam que a grande atenção dedicada ao lucro contábil pode incentivar os gestores a serem agressivos na aplicação das regras contábeis, a fim de não decepcionar os investidores.

Dechow, Ge e Schrand (2010) distinguem três aspectos do sistema de mensuração contábil que podem influenciar para que o desempenho da empresa

seja medido de forma imperfeita e, conseqüentemente, influenciar a qualidade dos lucros divulgados. Primeiro, a existência de múltiplos modelos de decisão. Como o sistema de contabilidade divulga um único número e os interesses e os modelos de decisões são diferentes entre as diversas partes interessadas, esse número divulgado não é igualmente relevante em todos os modelos de decisão. Segundo, a variação no desempenho financeiro não observável. As empresas escolhem entre princípios de mensuração pré-definidos pelas normas contábeis. Mas, não existe um padrão único capaz de medir perfeitamente o desempenho para todas as empresas. Terceiro, a implementação. Um sistema de contabilidade que mede o desempenho da empresa envolve estimativas e julgamentos e, portanto, tem o potencial de erros não intencionais e de erros intencionais.

Em síntese, a qualidade dos lucros divulgados pelas empresas depende tanto de seu desempenho, quanto da forma como o sistema contábil mede esse desempenho. (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). Destaca-se que a qualidade dos lucros desempenha papel fundamental para que as demonstrações contábeis cumpram com a sua função informativa, base para o processo decisório.

Dechow e Schrand (2004, p. 5) definem que “[...] lucro de alta qualidade é aquele que reflete com precisão o atual desempenho operacional da entidade, é um bom indicador de desempenho operacional futuro e é uma medida útil para avaliar o valor da empresa”. A elevada qualidade dos lucros fornece mais informações sobre as características do desempenho financeiro e econômico da empresa, que são relevantes para a tomada de decisão. (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010).

Por outro lado, a divulgação de lucros de baixa qualidade pode levar a assimetria de informação, uma vez que a capacidade de compreender as informações relacionadas ao lucro difere entre os *stakeholders*. (BHATTACHARYA; DESAI; VENKATARAMAN, 2013). Em seu estudo, os autores concluíram que lucros de baixa qualidade estão significativamente associados com a elevada assimetria de informação e que tanto os *accruals* discricionários extremos positivos quanto os *accruals* discricionários extremos negativos aumentam a assimetria da informação.

Lucros de baixa qualidade prejudicam a tomada de decisão sobre diversos aspectos: I) contratos baseados em resultados são prejudicados, levando a desembolsos de recursos inapropriados; II) a deterioração da solvência pode ser

mascarada, levando os credores a, erroneamente, continuar emprestando recursos; III) para investidores, podem sinalizar equivocadamente para um investimento inadequado; IV) reduzem o crescimento econômico pois podem levar o capital a ser mal alocado. (SCHIPPER, 2003).

Nesse sentido, a realização de auditoria independente relaciona-se com a qualidade dos lucros reportados, uma vez que cabe ao auditor afirmar que os resultados representam a real situação da entidade, ou seja, estão livres de distorções relevantes e foram apurados de acordo com as normas contábeis vigentes. Conseqüentemente o rodízio de auditoria pode influenciar a qualidade dos lucros, por intervir na relação entre o auditor e a empresa auditada. Para Bhattacharya, Desai e Venkataraman (2013) os aspectos determinantes, que podem influenciar na qualidade dos lucros são de interesse dos investidores, gestores e reguladores.

2.3.1 Medidas de Qualidade dos Lucros

Na literatura existem diversas medidas para capturar a qualidade dos lucros, sendo que não há uma que é considerada superior as demais. O Quadro 2, adaptado de Dechow, Ge e Schrand (2010) apresenta as *proxies* tradicionalmente utilizadas como medidas de qualidade dos lucros:

Quadro 2 - Resumo das *proxies* de qualidade dos lucros

Proxy Empírica	Teoria
Persistência	As empresas com lucros mais persistentes têm lucros/fluxo de caixa mais sustentáveis, que os tornará informações mais úteis para a avaliação das ações com base em fluxo de caixa.
Magnitude dos <i>Accruals</i>	<i>Accruals</i> extremos são de baixa qualidade porque representam um componente menos persistente dos lucros.
Resíduos dos Modelos dos <i>Accruals</i>	Resíduos dos modelos dos <i>accruals</i> representam gerenciamento de resultados ou erros de estimativas, sendo que ambos reduzem a utilidade da informação para tomada de decisão.
Suavização	Suavização transitória dos fluxos de caixa pode melhorar a persistência dos lucros e a capacidade de informação dos lucros. Contudo, a tentativa dos gestores de suavizar mudanças permanentes no fluxo de caixa conduzirá a divulgação de lucros menos oportunos e menos informativos.

Reconhecimento oportuno das perdas	Existe uma demanda pelo reconhecimento oportuno das perdas para combater o otimismo natural da gestão. O reconhecimento oportuno das perdas representa lucros de alta qualidade.
<i>Benchmarks</i>	Agrupamento incomum na distribuição dos lucros indica gerenciamento de lucros para atingir metas. Observações na meta ou ligeiramente acima da meta têm baixa qualidade dos lucros.
Coeficiente de resposta dos lucros	Investidores respondem à informação que tem implicações de valor. Uma maior correlação com valor implica que os resultados melhor refletem o desempenho fundamental da empresa.
Indicadores externos de distorções dos lucros	Empresas são suscetíveis de terem ocorrido erros nos seus sistemas de demonstrações financeiras, o que implica em baixa qualidade dos lucros.

Fonte: Adaptado pela autora com base em Dechow, Ge e Schrand (2010).

Dentre as diversas medidas disponíveis para capturar a qualidade dos lucros, os *accruals* destacam-se tanto na literatura nacional, quanto na internacional. De acordo com Dechow, Ge e Schrand (2010) a definição de *accruals* mudou ao longo do tempo. Antes da obrigatoriedade de divulgação da demonstração dos fluxos de caixa (DFC), os *accruals* eram definidos como capital de giro (exceto caixa), mais depreciação. Essa definição foi utilizada por Jones (1991) na construção do seu modelo. Ainda conforme Dechow, Ge e Schrand (2010), após a introdução da DFC, os *accruals* são mais frequentemente definidos como a diferença entre o lucro e o fluxo de caixa, onde os fluxos de caixa são obtidos a partir da DFC.

Chan *et al.* (2006) acrescentam que os *accruals* representam a diferença entre o lucro contábil e o seu fluxo de caixa subjacente. Os *accruals* são compostos por duas partes distintas, os *accruals* não discricionários e os *accruals* discricionários. Enquanto que o primeiro representa os ajustes que refletem o desempenho fundamental da entidade, o segundo captura as distorções induzidas pela aplicação das normas contábeis ou o gerenciamento de resultados. (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). De acordo com Dechow, Ge e Schrand (2010, p. 358) “A interpretação geral é que se o componente normal é modelado corretamente, então o componente anormal representa uma distorção que é de qualidade inferior”.

Assim como no estudo de Dechow, Ge, Schrand (2010) o termo *accruals* discricionário será utilizado nesse trabalho intercalado com o termo *accruals* anormais. Embora o primeiro possa parecer mais relacionado com ações intencionais

do que com erros de mensuração tanto intencionais quanto não intencionais, ambos serão utilizados como sinônimos.

De acordo com Jenkins e Velury (2008) os *accruals* discricionários contêm informação privada e ruído. Enquanto a informação privada permite que a empresa divulgue informações internas, o ruído reduz a qualidade das informações divulgadas. A auditoria independente contribui com a separação desses dois componentes e restringe a divulgação de *accruals* discricionários que contribuem para o ruído das informações divulgadas. (JENKINS; VELURY, 2008).

Os modelos tradicionais de cálculo dos *accruals* são utilizados para estimar os níveis normais de *accruals*, enquanto os resíduos desses modelos são utilizados como medida dos *accruals* anormais. (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). Nesse sentido, os *accruals* residuais podem capturar tanto o gerenciamento de resultados, quanto os erros de estimativas. Enquanto o primeiro surge de incentivos para gerenciar os resultados, o segundo surge de lapsos da gestão e das incertezas do ambiente. (FRANCIS *et al.*, 2005).

O benefício de utilizar os *accruals* residuais como medida de qualidade dos lucros deve-se ao fato de que a medida tenta isolar os erros de estimativas ou o gerenciamento de resultados, identificando a parcela discricionária dos *accruals*. (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). Sendo que ambos, erros ou gerenciamento, são inversos à qualidade dos lucros. (BAXTER; COTTER, 2009).

O gerenciamento de resultado é visto como uma medida inversa à qualidade dos lucros, por representar uma intervenção deliberada nas demonstrações contábeis, impactando negativamente a qualidade dos lucros. (BAXTER; COTTER, 2009). As normas contábeis permitem que os gestores façam uso de seus conhecimentos e da flexibilidade das normas para divulgar informações sobre o desempenho da empresa, aumentando, assim, o valor da contabilidade como uma forma de comunicação. (HEALY; WAHLEN, 1999). Entretanto, Healy e Wahlen (1999) acrescentam que os gestores podem utilizar-se dessa flexibilidade para gerenciar resultados. Nesse caso, os gestores optam por julgamentos, estimativas e métodos que não refletem precisamente o desempenho econômico da empresa.

Três aspectos do gerenciamento de resultados são destacados por Healy e Wahlen (1999). Primeiro, o julgamento e as escolhas de métodos contábeis são exercidos pelos gestores em inúmeras oportunidades. Por exemplo, na definição da vida útil e do valor recuperável de ativos de longo prazo ou na escolha do método

contábil de mensuração dos estoques. Segundo, se os gestores possuem acesso a informações que não estão disponíveis àqueles que se encontram fora da empresa, torna-se improvável que estes percebam o gerenciamento de resultados. Terceiro, o gerenciamento de resultados gera tanto custos quanto benefícios. Os custos estão relacionados à alocação inadequada de recursos em função do gerenciamento e os benefícios estão relacionados à comunicação de informações pela empresa.

Healy e Wahlen (1999, p. 368) apresentam a seguinte definição para gerenciamento de resultados:

Gerenciamento de resultados ocorre quando os gerentes usam julgamentos na elaboração dos relatórios financeiros e na estruturação de operações para alterar os relatórios financeiros, tanto para enganar algumas partes interessadas sobre o desempenho econômico da empresa, quanto para influenciar resultados contratuais que dependem dos números contábeis reportados.

Na extensa literatura sobre gerenciamento de resultados e qualidade dos lucros, as medidas de Jones e Jones modificado têm sido muito utilizadas para capturar o gerenciamento de resultados, que pode ser visto como uma medida inversa à qualidade dos lucros. (BAXTER; COTTER, 2009).

O modelo de Jones (1991) define os *accruals* como uma função do crescimento das vendas e do ativo imobilizado. As vendas são utilizadas no modelo porque representam uma medida das operações da empresa antes da manipulação dos gestores e o ativo imobilizado é utilizado para controlar a parte dos *accruals* relacionado com despesas de depreciação não discricionárias. (JONES, 1991). Para Jones (1991, p. 211) “*Accruals* totais incluem alterações em contas de capital de giro, como contas a receber, estoques e contas a pagar, que dependem em certa medida de mudanças nas receitas”.

Posteriormente, Dechow, Sloan e Sweeney (1995) modificaram o modelo de Jones para ajustar o modelo pelo crescimento nas vendas a prazo na tentativa de aprimorar o modelo original. De acordo com Dechow, Sloan e Sweeney (1995) o modelo original considera que as vendas não são gerenciáveis e, dessa forma, remove parte dos resultados gerenciados, uma vez que os gestores podem utilizar-se das vendas a prazo para alterar os resultados da empresa.

Sobre os erros de estimativas, Baxter e Cotter (2009) argumentam que erros de estimativa dos *accruals* e correções posteriores implicam na redução da qualidade dos lucros. Os *accruals* são utilizados para que seja respeitada a competência dos

fatos. “Tais *accruals* são baseados em estimativas e premissas que, se estiverem erradas, devem ser corrigidas nos *accruals* e nos resultados futuros”. (DECHOW; DICHEV, 2002, p. 36). Os autores complementam que os erros de estimativas e suas posteriores correções reduzem os benefícios da utilização dos *accruals*.

Dechow e Dichev (2002) exemplificam como os *accruals* são utilizados e como são corrigidos. Suponhamos que o valor de uma venda a prazo tenha sido registrado e que, no momento do recebimento, os valores líquidos são inferiores àqueles estimados. Nesse caso, ocorreu um erro de estimativa que deverá ser corrigido.

Diferentemente dos modelos de gerenciamento de resultados, os modelos de erros de estimativas não se preocupam em distinguir os erros intencionais daqueles não intencionais. Dechow e Dichev (2002) argumentam que mesmo na ausência do gerenciamento intencional dos resultados, a qualidade dos *accruals* será afetada pelas características da empresa e pelos erros de estimativa. Sobre essa distinção, os autores destacam a sua importância ao mencionar que enquanto o gerenciamento de resultados é geralmente não observável e esporádico, os erros de estimativas são observáveis e recorrentes. Em síntese, independente da intenção da gestão, a qualidade dos lucros é afetada pelos erros de estimativas. Ou seja, a fonte do erro é irrelevante nessa abordagem. (FRANCIS *et al.*, 2005).

Abordando uma perspectiva diferente daquela abordada por Jones (1991), Dechow e Dichev (2002) viram a relação entre os *accruals* e o fluxo de caixa como de extrema importância. Os *accruals* são utilizados para antecipar recebimentos e pagamento de fluxos de caixa futuro e revertidos quando os valores anteriormente provisionados são de fato recebidos e pagos. (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). Assim, modelaram os *accruals* como uma função do fluxo de caixa passado, presente e futuro, sendo o resíduo do modelo utilizado como *proxy* para a qualidade dos lucros. Destaca-se que o modelo não utiliza os sinais dos *accruals* (positivos ou negativos), bem como identifica as distorções apenas no curto prazo.

A medida de Dechow e Dichev se baseia no argumento que os erros de estimativas e suas posteriores correções diminuem a qualidade dos lucros, mas nesse caso, o modelo não se preocupa em separar o erro intencional daquele não intencional, já que ambos reduzem a qualidade dos lucros. (BAXTER; COTTER, 2009).

McNichols (2002) estendeu o modelo proposto por Dechow e Dichev (2002). De acordo com McNichols (2002) unir os modelos de Dechow e Dichev (2002) e Jones

(1991) tem o potencial de reforçar ambas as abordagens e de desenvolver uma abordagem mais poderosa para estimar a qualidade dos lucros. McNichols (2002) acrescenta que incluir o fluxo de caixa no modelo de Jones permite reduzir as variáveis omitidas que possuem relação com o desempenho da empresa. Da mesma forma, incluir as vendas e o imobilizado no modelo de Dechow e Dichev possibilita controlar fatores fundamentais que influenciam os *accruals*.

Baxter e Cotter (2009, p. 268) consolidam as diferenças entre as duas perspectivas ao afirmar que:

As medidas baseadas no modelo de gerenciamento de resultados de Jones normalmente são caracterizadas por capturar a intenção da administração em manipular os lucros, ao passo que as medidas baseadas no modelo de Dechow e Dichev de erros de estimativas dos *accruals* incluem erros de estimativas dos *accruals* decorrentes de lapsos de gestão ou incertezas do ambiente.

Sendo assim, fica evidente que tanto o gerenciamento de resultados quando os erros de estimativas reduzem a qualidade dos lucros divulgados. Entretanto, a abordagem difere entre as duas medidas de *accruals* residuais. Enquanto uma identifica a parcela gerenciada dos resultados, com base em dados do balanço patrimonial e da demonstração dos resultados do exercício, a outra não distingue o erro intencional daquele não intencional, utilizando dados da demonstração do fluxo de caixa.

2.4 ESTUDOS SOBRE RODÍZIO DE AUDITORIA E QUALIDADE DOS LUCROS

O rodízio de auditoria tem recebido a atenção tanto dos reguladores quanto dos pesquisadores. (DEFOND; SUBRAMANYAM, 1998). Na tentativa de contribuir com essa discussão diversos estudos foram elaborados buscando identificar e compreender a relação entre o rodízio de firma de auditoria e a qualidade dos lucros.

Johson, Khurana e Reynolds (2002) examinaram se o longo ou o curto relacionamento entre a firma de auditoria e a empresa estão relacionados com a emissão de demonstrações contábeis de qualidade inferior. Os autores identificaram em seu estudo que o curto mandato do auditor está associado com maiores *accruals* discricionários totais. Também observaram maior intervenção dos gestores nos lucros divulgados e qualidade inferior dos lucros nos relacionamentos curtos entre auditor e cliente. Por sua vez, os testes referentes ao longo mandato da auditoria não

produziram evidências de que o longo mandato está associado com maiores *accruals* discricionários, o que sugere que o longo mandato não reduz a qualidade dos lucros.

Em seu estudo, Myers, J., Myers, L. e Omer (2003) documentaram a relação entre a qualidade dos lucros e a duração do mandato do auditor, utilizando duas medidas de *accruals* como medidas de qualidade dos lucros: os *accruals* discricionários de Jones (1991) e os *accruals* correntes. Foram utilizados os valores absolutos, com sinais (positivos e negativos) e sem sinais. O estudo evidenciou que a magnitude dos *accruals* reduziu com o longo mandato da firma de auditoria, ou seja, revelou que o aumento no tempo de relacionamento do auditor com a empresa não leva a redução da qualidade dos lucros.

Os resultados de Myers, J., Myers, L. e Omer (2003) também demonstram que, conforme aumenta o tempo de relacionamento do auditor com a empresa, os auditores tendem a limitar o uso de *accruals* pela administração para aumentar o lucro do período corrente. Bem como tendem a limitar a capacidade da empresa em usar *accruals* para criar reservas para gerenciar lucros futuros.

Gul, Fung e Jaggi (2009) realizaram estudo com uma amostra de empresas relacionadas na Compustat no período de 1993 a 2004 e utilizaram os *accruals* discricionários, calculados por uma versão modificada do modelo de Ball e Shivakumar (2006), como *proxy* para a qualidade dos lucros. Os achados da pesquisa demonstraram que a qualidade dos lucros é menor quando o tempo de relacionamento do auditor com a empresa é mais curto. Também demonstraram que o auditor especialista reduz a associação entre o curto mandato de auditoria e os lucros de baixa qualidade. Dessa forma, Gul, Fung e Jaggi (2009) sugerem que a baixa qualidade dos lucros tradicionalmente vinculada ao curto mandato de auditoria pode não ser em função do pouco tempo de relacionamento em si, mas sim em função do novo auditor não ser especialista nas áreas necessárias para atender as necessidades de um cliente específico.

Utilizando uma amostra de empresas de Taiwan, Chen, Lin e Lin (2008) investigaram a relação entre a qualidade dos lucros e o rodízio de auditoria. Os autores demonstraram que os *accruals* discricionários, medidos com uma versão modificada do modelo de Jones, diminuíram significativamente com o aumento do tempo de relacionamento com a firma de auditoria. E, concluíram que os seus resultados são inconsistentes com o argumento de que o rodízio de auditoria pode aumentar a qualidade dos lucros.

Considerando um período pré e pós SOX, Jenkins e Velury (2012) examinaram a relação entre o tempo de mandato do auditor e a percepção do mercado quanto à qualidade das demonstrações contábeis, medida pelos *accruals* discricionários (calculados pelo modelo de Jones Modificado por Kothari *et al.* 2005). No período pré SOX a relação demonstrou-se não linear e refletiu os efeitos do conhecimento específico e da proximidade do auditor na qualidade da auditoria. A relação indicou que os *accruals* discricionários e, a qualidade percebida da auditoria e dos resultados divulgados, aumenta nos primeiros anos do mandato do auditor e diminui nas fases posteriores. No período pós SOX a relação demonstrou-se insignificante, permitindo inferir que no período pós SOX a percepção do mercado de que o mandato da auditoria está relacionado com a qualidade dos resultados divulgados diminuiu num ambiente mais fortemente regulamentado pela SOX. Assim, Jenkins e Velury (2012) concluíram que a regulamentação do rodízio obrigatório de firma de auditoria pode não ser necessária, uma vez que a SOX parece ter sido eficaz.

Para Chi, Lisic e Pevzner (2011) um importante lado da história está sendo esquecido pelos estudos anteriores, já que os estudos tradicionais observam o gerenciamento de resultados através dos *accruals* e não observam o gerenciamento real de resultados, ou seja, o gerenciamento das atividades da empresa. Utilizando uma medida de gerenciamento real de resultados, os autores evidenciaram que o longo mandato de auditoria está associado a um volume maior de gerenciamento real de resultados. Assim, sugerem que o rodízio obrigatório de firma de auditoria pode ter alguns méritos, já que o curto mandato de auditoria está relacionado com um volume menor de gerenciamento real de resultados e com uma maior qualidade dos lucros.

Ainda na tentativa de contribuir com a discussão sobre o rodízio de auditoria, diversos outros estudos empíricos ao redor do mundo foram elaborados, abordando diferentes perspectivas além da qualidade dos lucros. Muitos desses estudos abordaram a qualidade da auditoria como ponto central a ser discutido. Como poderá ser percebido, existem inúmeras *proxies* para mensurar a qualidade da auditoria, sendo utilizado, inclusive, os *accruals* discricionários como *proxy* de qualidade da auditoria. Outros estudos abordaram a relação do rodízio de auditoria com demonstrações contábeis fraudulentas e com a percepção dos investidores, dentre outros. Também salienta-se que tanto o rodízio de firma de auditoria, quanto o rodízio de sócio de auditoria foi discutido em estudos anteriores. Por considerar que outras

perspectivas interagem com a qualidade dos lucros, esses estudos são aqui apresentados.

O estudo experimental desenvolvido por Dopuch, King e Schwartz (2001) encontrou resultados que apoiam a ideia que o rodízio obrigatório pode aumentar a independência do auditor. Foram encontradas evidências que o rodízio obrigatório diminui a disposição do auditor de enviesar seus relatórios em favor dos gestores da empresa.

Em um cenário de escândalos corporativos, Carcello e Nagy (2004) investigaram a relação entre o tempo de mandato do auditor e demonstrativos contábeis fraudulentos, comparando as empresas fraudulentas com aquelas não fraudulentas. Os achados da pesquisa demonstram que a ocorrência de fraudes nos demonstrativos contábeis é mais provável de ocorrer nos primeiros três anos de relação entre o auditor e a empresa.

Ghosh e Moon (2005) analisaram como os investidores e intermediários de informações percebem a duração do relacionamento do auditor com a empresa. O objetivo dos autores foi identificar alterações na percepção dos investidores quanto à credibilidade dos lucros divulgados com o aumento do relacionamento entre a empresa e a firma de auditoria. Os resultados evidenciaram que os investidores e os intermediários de informações percebem a duração do relacionamento do auditor como aumento na qualidade da auditoria.

Carey e Simnett (2006) realizaram estudo sobre a relação entre a duração do mandato do sócio da auditoria com a empresa auditada e a qualidade da auditoria em empresas australianas listadas em bolsa. A qualidade da auditoria foi observada sobre três diferentes métricas: propensão para emitir um relatório com opinião modificada, atingimento das metas de lucros e o montante e a direção dos *accruals* anormais de capital de giro. As evidências encontradas indicam que a qualidade da auditoria reduz conforme aumenta o tempo de relação entre o sócio auditor e a empresa, quando utilizadas as duas primeiras métricas de qualidade da auditoria. Mas, não há evidências de associação entre o longo mandato do sócio de auditoria e as *accruals* anormais de capital de giro.

Chi *et. al* (2009) examinaram o efeito do rodízio obrigatório de sócio de auditoria sobre a qualidade da auditoria, utilizando *accruals* discricionários como *proxy* de qualidade da auditoria e com base em uma amostra de empresas de Taiwan. Nesse sentido, os autores não encontraram evidências de que o rodízio de sócio de auditoria

melhora a qualidade da auditoria. Chi *et al.* (2009) também estenderam a pesquisa à percepção dos investidores, utilizando o coeficiente de resposta dos lucros como *proxy* para a qualidade de auditoria percebida. Concluíram que a qualidade da auditoria percebida da amostra sujeita ao rodízio obrigatório não é significativamente diferente da amostra sem rodízio, entretanto é significativamente maior que da amostra de empresas de rodízio voluntário.

Davis, Soo e Trompeter (2009) investigaram a relação entre o mandato da auditoria e o uso de gerenciamento de resultados pelos gestores para atender ou superar metas de lucros no período pré e pós a sanção da SOX em 2002 nos Estados Unidos. Os achados indicam que tanto os relacionamentos de curto prazo, quanto os de longo prazo, estão associados com o aumento no uso de *accruals* discricionários para atender ou superar as metas de lucros no período pré SOX, mas os resultados não se mantêm no período pós SOX.

Os autores encontraram evidências no período pré SOX que o longo mandato da auditoria está associado tanto com efeitos positivos quanto negativos sobre a qualidade da auditoria, dependendo do número de anos de relacionamento considerados como longo prazo. Foram encontradas evidências de aumento do gerenciamento de resultados nos primeiros anos de relacionamento, bem como, evidências de que o longo prazo de relacionamento está associado com uma maior tolerância dos auditores em relação ao gerenciamento de resultados. Entretanto, essa relação no longo prazo só pode ser observada quando o tempo de relacionamento foi superior a quinze anos.

A pesquisa desenvolvida por Harris e Whisenant (2012) selecionou uma amostra de países que adotaram o rodízio obrigatório de firma de auditoria. Com base em dados do Brasil, Coréia do Sul e Itália o estudo investigou o efeito da regulamentação do rodízio sobre a qualidade dos mercados de auditoria. Os resultados indicaram que as empresas em um ambiente de rodízio obrigatório apresentam menor gerenciamento de resultados, menor gerenciamento para atingir metas de lucros e um reconhecimento mais oportuno das perdas. Assim, os autores concluíram que, em média, os mercados de auditoria apresentam maior qualidade após a adoção do rodízio obrigatório. Entretanto, também ficou evidente uma erosão na qualidade da auditoria nos anos que envolvem o rodízio de auditoria, ou seja, no ano anterior e posterior ao rodízio.

Recente estudo realizado por Kim, Lee e Lee (2015) investigou se o rodízio obrigatório da auditoria aumenta a qualidade da auditoria na Coreia. Consistente com os argumentos dos proponentes do rodízio, o estudo demonstrou que o novo auditor contratado em função do rodízio obrigatório é mais propenso a emitir um relatório de auditoria modificado, em comparação ao auditor que foi voluntariamente trocado pela empresa. Os resultados também evidenciaram que as empresas auditadas por auditores substituídos em função do rodízio obrigatório apresentam, no primeiro ano, menores *accruals* discricionários e maior qualidade dos *accruals* do que aquelas que realizaram rodízio voluntário. Em síntese, os resultados encontrados sugerem que o rodízio obrigatório de firma de auditoria produz melhor qualidade da auditoria do que o rodízio voluntário.

O Quadro 3 apresenta uma síntese das principais conclusões dos estudos apresentados neste subcapítulo:

Quadro 3 - Síntese dos estudos internacionais

(continua)

Autores	Ano	Principais Conclusões
Johson, Khurana e Reynolds	2002	O curto mandato do auditor está associado com maiores <i>accruals</i> discricionários totais, enquanto os testes referentes ao longo mandato não produziram evidências de associação.
Myers, J., Myers, L. e Omer	2003	A magnitude dos <i>accruals</i> reduz com o longo mandato da firma de auditoria.
Gul, Fung e Jaggi	2009	A qualidade dos lucros é menor quando o tempo de relacionamento do auditor com a empresa é mais curto. O auditor especialista reduz a associação entre o curto mandato de auditoria e os lucros de baixa qualidade.
Chen, Lin e Lin	2008	Os <i>accruals</i> discricionários diminuíram significativamente com o aumento do tempo de relacionamento da empresa com a auditoria.
Jenkins e Velury	2012	No período pré SOX os <i>accruals</i> discricionários aumentam nos primeiros anos de mandato do auditor e diminuem nas fases posteriores. Pós SOX a relação demonstrou-se insignificante.
Chi, Lisic e Pevzner	2011	O longo mandato de auditoria está associado a um volume maior de gerenciamento real de resultados.

Dopuch, King e Schwartz	2001	O rodízio obrigatório diminui a disposição do auditor de enviar seus relatórios em favor dos gestores da empresa.
Carcello e Nagy	2004	A ocorrência de fraudes nos demonstrativos contábeis é mais provável de ocorrer nos primeiros três anos de relação entre o auditor e a empresa.
Ghosh e Moon	2005	Os investidores e os intermediários de informações percebem a duração do relacionamento do auditor como aumento na qualidade da auditoria.
Carey e Simnett	2006	A qualidade da auditoria reduz conforme aumenta o tempo de relação entre o sócio auditor e a empresa quando utilizadas duas métricas. Mas, não há evidências de associação entre o longo mandato do sócio de auditoria e <i>accruals</i> anormais de capital de giro.
Chi et. al	2009	Não há evidências de que o rodízio de sócio de auditoria melhora a qualidade da auditoria. A qualidade da auditoria percebida da amostra sujeita ao rodízio obrigatório não é significativamente diferente da amostra sem rodízio, entretanto é significativamente maior que da amostra de empresas de rodízio voluntário.

(conclusão)

Davis, Soo e Trompeter	2009	Tanto os relacionamentos de curto prazo, quanto os de longo prazo, estão associados com o aumento no uso de <i>accruals</i> discricionários para atender ou superar as metas de lucros no período pré SOX, mas os resultados não se mantêm no período pós SOX.
Harris e Whisenant	2012	As empresas em um ambiente de rodízio obrigatório apresentam menor gerenciamento de resultados, menor gerenciamento para atingir metas de lucros e um reconhecimento mais oportuno das perdas.
Kim, Lee e Lee	2015	O novo auditor contratado em função do rodízio obrigatório é mais propenso a emitir um relatório de auditoria modificado, em comparação ao auditor que foi voluntariamente trocado pela empresa. As empresas auditadas por auditores substituídos em função do rodízio obrigatório apresentam, no primeiro ano, menores <i>accruals</i> discricionários e maior qualidade dos <i>accruals</i> do que aquelas que realizaram rodízio voluntário.

Fonte: Elaborado pela autora.

2.5 O CENÁRIO BRASILEIRO

No Brasil, a Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, que dispõem sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de capitais, tornou obrigatório o rodízio de firma de auditoria para todas as empresas listadas em bolsa de valores. Com a adoção do rodízio obrigatório de auditoria a CVM buscou garantir a independência do auditor frente à empresa auditada e a qualidade de sua auditoria. (ASSUNÇÃO; CARRASCO, 2008).

A Instrução CVM nº 308/99 determina que a firma de auditoria não pode prestar serviços para um mesmo cliente por prazo superior a cinco anos, exigindo um intervalo mínimo de três anos para a recontração. Segundo Martinez e Reis (2011) os órgãos reguladores acreditam que o rodízio de auditoria proporciona maiores incentivos para que o auditor não ceda às pressões da administração da empresa, mantendo-se independente e ético.

As normas contábeis sofreram profundas alterações com a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS). Com isso, a obrigatoriedade do rodízio de auditoria foi suspensa pela Deliberação CVM nº 549 de 2008 e Deliberação CVM nº 669 de 2011, durante o período de convergência às normas internacionais. A CVM reconheceu que “no período de adaptação as disposições da Lei 11.638 de 2007, o rodízio obrigatório de auditores poderia representar instabilidade indesejada, tanto para as entidades quanto para os auditores independentes”. (CVM, 2008).

Com base na data de vigência da instrução que obriga o rodízio da firma de auditoria, em 2009 se encerraria mais um ciclo de rodízio de auditores para a maioria das companhias abertas. A CVM facultou a não substituição dos auditores independentes até a data de emissão do relatório de auditoria independente para as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2011, para as companhias que encerram seu exercício social em data coincidente com o ano calendário, e 2012 para as demais.

Essa faculdade permitiu que as empresas que completariam o prazo regulamentado para a realização do rodízio pudessem substituir seus auditores apenas após o encerramento das demonstrações contábeis do exercício de 2011. (CVM, 2008). A CVM (2008) esclareceu também que as empresas que optassem pela não utilização da faculdade e substituíssem os seus auditores voluntariamente

durante esse período, deveriam contar normalmente o prazo de cinco anos a partir da data em que contratassem o novo auditor independente.

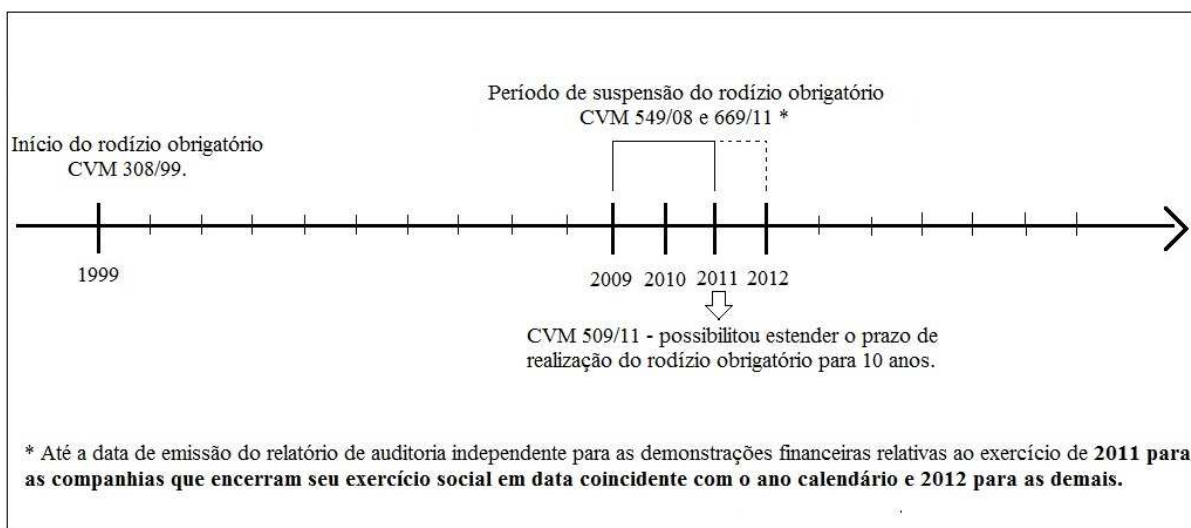
Adicionalmente, em 2011, a Instrução CVM nº 509, que acrescenta artigos a Instrução CVM nº 308/99, possibilitou estender o prazo de realização do rodízio obrigatório para dez anos. Para prolongar o prazo, a companhia auditada deve possuir Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) em funcionamento permanente e o auditor deve ser pessoa jurídica. Destaca-se que adotado o prazo de dez anos, o auditor deve proceder à rotação do integrante da equipe de auditoria com função de gerência em um prazo não superior a cinco anos, sendo necessário um intervalo de três anos para recondução.

Além disso, para que o prazo possa ser estendido devem ser atendidas uma série de determinações presentes na instrução. Dentre outros aspectos, a Instrução CVM nº 509/11 estabelece os deveres, a composição e as competências do CAE. O CAE deve ser previsto em estatuto, reunir-se pelo menos bimestralmente, possuir regimento interno próprio, possuir coordenador, dispor de meios para receber denúncias e de autonomia operacional e dotação orçamentária.

O CAE deverá ser composto por no mínimo três membros que exercerão seus cargos por no máximo dez anos, sendo que pelo menos um dos membros deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Dentre outras competências elencadas na normativa, cabe ao CAE supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência e a qualidade dos serviços prestados, bem como a adequação dos serviços às necessidades da empresa.

A Figura 1 apresenta uma síntese da regulamentação sobre o rodízio obrigatório de firma de auditoria no Brasil:

Figura 1 - Rodízio de firma de auditoria no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora.

Estudos realizados no Brasil verificaram se o rodízio de firma de auditoria influencia no gerenciamento de resultados e, conseqüentemente, na qualidade dos lucros e das demonstrações contábeis.

Silva e Bezerra (2010) realizaram pesquisa a fim de verificar se o rodízio da auditoria influencia no gerenciamento de resultados, medido pelo modelo de Kang e Sivaramakrishnan (1995). Foram utilizados os dados das três empresas com maior ativo de cada setor econômico que possuem papéis negociados na BM&FBOVESPA no exercício de 2008.

Os resultados encontrados por Silva e Bezerra (2010) evidenciaram que existe uma tendência do gerenciamento de resultado diminuir no ano da troca de firma de auditoria. Posteriormente, foram aplicados testes de coeficiente de correlação, mas estes não permitiram afirmar que o rodízio da auditoria independente está relacionado à diminuição do gerenciamento de resultados, embora alguns setores tenham apresentado tal tendência.

O estudo realizado por Martinez e Reis (2011) analisou o efeito do gerenciamento de resultados decorrente do rodízio de firma de auditoria, identificando o motivo da troca, se voluntário ou obrigatório. Foram investigadas as companhias abertas brasileiras no período de 1997 a 2007, utilizando o *Abnormal Working Capital Accruals* de DeFound e Park (2001) como medida de gerenciamento de resultados.

As evidências de Martinez e Reis (2011) demonstraram que o gerenciamento de resultados não apresenta diferença significativa em função do rodízio de firma de

auditoria. A análise dos dados mostrou que não existe uma relação de associação entre o gerenciamento de resultados e o rodízio de firma de auditoria, ou entre o gerenciamento e o motivo do rodízio (obrigatório ou voluntário). Entretanto, destaca-se que o gerenciamento de resultados das empresas auditadas por *Big Four* é significativamente menor, indicando que existe relação entre o gerenciamento e o tipo de firma de auditoria (*Big Four* ou *Não Big Four*).

A pesquisa realizada por Azevedo e Costa (2012) compreendeu as empresas listadas na BM&FBOVESPA no período de 1998 a 2005. Foram utilizadas como medida de gerenciamento de resultados cinco métricas de gerenciamento e mais dois modelos de estimação dos *accruals* discricionários, o modelo de Jones modificado por Dechow, Sloan e Sweeney (1995) e o modelo de Kang e Sivaramakrishnan (1995).

As evidências empíricas apresentadas por Azevedo e Costa (2012) indicam que o rodízio de firma de auditoria não impacta o nível do gerenciamento de resultado. Por consequência, os autores não puderam afirmar que o rodízio obrigatório resulta em aumento na qualidade das demonstrações contábeis. Mas, os resultados indicaram que os níveis de gerenciamento de resultados nos anos que antecedem a troca são diferentes entre as empresas que realizaram o rodízio obrigatório em comparação ao voluntário, indicando que os incentivos para a troca da auditoria são diferentes entre os dois grupos.

Outros estudos nacionais também abordaram o tema rodízio de firma de auditoria, considerando outras perspectivas.

Oliveira e Santos (2007) realizaram estudo sobre a experiência brasileira e as conclusões do mercado que, entre outras contribuições, apresentou a opinião de profissionais do mercado financeiro sobre os aspectos inerentes ao rodízio de firma de auditoria. O conhecimento específico acumulado pelo auditor foi considerado importante tanto pelos clientes da auditoria, quanto pelos auditores. Em síntese, o estudo não confirmou que o rodízio de firma de auditoria tem a capacidade de assegurar a independência do auditor, nem de diminuir erros contábeis e fraudes nas demonstrações contábeis.

Almeida e Almeida (2009) investigaram a relação entre a firma de auditoria e a sua capacidade para mitigar o gerenciamento de resultados. O estudo analisou a existência de diferenças nos *accruals* discricionários entre as empresas auditadas por *Big Four* e as empresas auditadas pelas demais firmas de auditoria. Utilizando o modelo Kang e Sivaramakrishnan (1995) para cálculo dos *accruals*, os autores

concluíram que as empresas auditadas por *Big For* possuem menor grau de *accruals* discricionários. Esses resultados sugerem que as firmas *Big Four* possuem capacidade para mitigar o gerenciamento de resultados.

O Quadro 4 apresenta uma síntese das conclusões dos estudos nacionais:

Quadro 4 - Síntese dos estudos nacionais

Autores	Ano	Principais Conclusões
Silva e Bezerra	2010	Existe uma tendência do gerenciamento de resultado diminuir no ano da troca de firma de auditoria. Mas, não se pode afirmar que o rodízio da auditoria está relacionado à diminuição do gerenciamento de resultados.
Martinez e Reis	2011	O gerenciamento de resultados não apresenta diferença significativa em função do rodízio de firma de auditoria.
Azevedo e Costa	2012	O rodízio de firma de auditoria não impacta o nível do gerenciamento de resultado.
Oliveira e Santos	2007	Não se confirmou que o rodízio de firma de auditoria tem a capacidade de assegurar a independência do auditor, nem de diminuir erros contábeis e fraudes nas demonstrações contábeis.
Almeida e Almeida	2009	As empresas auditadas por <i>Big For</i> possuem menor grau de <i>accruals</i> discricionários.

Fonte: Elaborado pela autora.

2.6 DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES

Conforme demonstrado, as pesquisas antecedentes impossibilitam que sejam feitas conclusões claras a cerca dos efeitos do rodízio de auditoria. Enquanto alguns estudos não demonstram significância nessa relação, outros apontam significância para sentidos opostos. Destaca-se também que a maioria dos estudos foram desenvolvidos em ambientes onde o rodízio de firma de auditoria não é obrigatório.

Sendo assim, as hipóteses do presente estudo foram elaboradas a partir da Teoria da Agência, considerando a importância da realização de auditoria independente na busca da redução da assimetria da informação, bem como, foram observados os argumentos apresentados para a regulamentação do rodízio obrigatório.

Considerando que o longo relacionamento entre auditor e empresa auditada pode comprometer a atuação do auditor, por complacência e familiaridade com o

cliente, acredita-se que a ocorrência do rodízio de auditoria pode aumentar a qualidade dos lucros reportados. A troca do auditor ocasiona a quebra do relacionamento existente e estabelece novas perspectivas de auditoria, o que pode levar ao aumento da qualidade da auditoria e da qualidade dos lucros.

Considerando a conjuntura brasileira, onde as empresas de capital aberto listadas em bolsa são obrigadas a realizar o rodízio da firma de auditoria independente a cada cinco anos, e buscando analisar o efeito do rodízio obrigatório sobre a qualidade dos lucros, desenvolveu-se a seguinte hipótese:

H1: A qualidade dos lucros divulgados pelas empresas aumenta com o rodízio obrigatório da firma de auditoria independente.

Como se sabe, o rodízio da firma de auditoria também pode ocorrer de forma voluntária. A hipótese a seguir foi desenvolvida considerando os efeitos do rodízio voluntário sobre a qualidade dos lucros:

H2: A qualidade dos lucros divulgados pelas empresas aumenta com o rodízio voluntário da firma de auditoria independente.

A construção de ambas as hipóteses permite identificar semelhanças ou diferenças entre o efeito do rodízio obrigatório e do rodízio voluntário sobre a qualidade dos lucros, contribuindo, assim, para a discussão sobre a manutenção do rodízio obrigatório.

3 METODOLOGIA

No capítulo três, são apresentados os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa, iniciando pela população e amostra e, na sequência, modelos de cálculo dos *accruals*, definição das variáveis, modelo de regressão e, por fim, limitações do método.

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população do presente estudo compreende todas as empresas de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA nos anos de 2008 a 2015. O período selecionado engloba tanto exercícios sociais de vigência da instrução normativa que obriga a realização do rodízio de firma de auditoria, quanto à fase de suspensão da obrigatoriedade. Dessa forma, foi possível identificar a ocorrência tanto do rodízio voluntário, quanto do rodízio obrigatório. A definição do período também ocorreu em função da disponibilidade dos dados. Foram necessários dados da Demonstração dos Fluxos de Caixa, sendo estes disponibilizados largamente apenas a partir de 2008, após a sua inclusão no conjunto completo de demonstrações contábeis obrigatórias, por força da Lei 11.638/07. Apesar da obrigatoriedade, os dados da Demonstração dos Fluxos de Caixa não estavam disponíveis para diversas empresas no período analisado, sendo que a ausência de dados da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi o principal fator que levou muitas empresas que compõem a população a não compor a amostra deste estudo.

Com o auxílio do *software* Economatica foram coletados dados do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Demonstração dos Fluxos de Caixa. Foram selecionadas as empresas que apresentaram todos os dados das demonstrações contábeis necessários para a pesquisa de forma ininterrupta no período analisado, independente de terem iniciado suas operações em período posterior a 2008 ou de terem encerrado suas atividades em período anterior a 2015. Assim, a seleção inicial da amostra contou com 222 empresas.

Foi identificado o setor de atuação de cada uma delas, de acordo com as vinte categorias de setor definidas pela Economatica (*setoreco*) e também da classificação internacional estruturada em diversos níveis (*setornaic*), disponibilizada pelo mesmo *software*. As empresas do setor “finanças e seguros” foram excluídas em função das

suas peculiaridades. Ficou evidente que os dados das empresas do setor financeiro diferem daqueles disponibilizados pelas empresas dos demais setores, em função das suas regras específicas. Igualmente, foram excluídas as empresas do setor “administração de empresas e empreendimentos” que, devido às características das suas atividades, não apresentam saldo para muitas das contas utilizadas nesta pesquisa. Também foram excluídas empresas que, embora registradas em outras classificações, tratavam-se de empresas de participações em outras empresas. Ao todo, foram excluídas dezenove empresas em razão do setor de atuação.

Outras duas empresas foram excluídas da amostra. A primeira, por apresentar valores extremamente elevados de patrimônio líquido negativo. A segunda, por apresentar valores extremamente elevados de prejuízos. Essas empresas foram excluídas em função de suas realidades econômicas e para não causarem distorções nos resultados.

Além dos dados das demonstrações contábeis, foram extraídos do site da BM&FBOVESPA dados do relatório de auditoria independente com base nas empresas da seleção inicial da amostra. Quinze empresas não possuíam dados de auditoria disponíveis, muitas em função de deixarem de operar na bolsa de valores, sendo excluídas da amostra. Após todos os ajustes, a amostra final contou com 186 empresas.

Por fim, acrescenta-se que alguns dados foram coletados também para o exercício de 2007 para otimizar a amostra. Como será demonstrado a seguir, são necessários os dados do ano $t-1$ para dois dos modelos de *accruals* utilizados (Jones e Jones modificado). Assim, foram coletados os dados do referido exercício para que os *accruals* residuais do ano de 2008 pudessem ser calculados, evitando que o exercício de 2008 fosse desperdiçado nesses dois modelos.

3.2 MODELOS DE CÁLCULOS DOS ACCRUALS

Os *accruals* residuais foram utilizados como medida de qualidade dos lucros, consistente com estudos anteriores (CHEN; LIN; LIN, 2008; GUL; FUNG; JAGGI, 2009; JENKINS; VELURY, 2012; JOHNSON; KHURANA; REYNOLD, 2002; KWON; LIM; SIMNETT, 2014. MYERS, J.; MYERS, L.; OMER, 2003). Os modelos de cálculo dos *accruals* estimam os níveis normais dos *accruals*, enquanto os resíduos dos modelos são utilizados como medida dos *accruals* anormais. (DECHOW; GE;

SCHRAND, 2010). Ou seja, os resíduos dos modelos representam os erros de estimativas e o gerenciamento de resultados e serão utilizados como medida de qualidade dos lucros por representarem elementos que reduzem a qualidade dos lucros. Assim, quanto maior os *accruals* residuais, menor a qualidade dos lucros divulgados.

Inúmeros modelos são propostos pela literatura, cada qual com suas vantagens e limitações. Nessa pesquisa, foram selecionados quatro diferentes modelos a fim de atender aos objetivos do estudo. A diversificação dos modelos permite que a qualidade dos lucros, medida pelos resíduos dos *accruals*, possa ser analisada com base em diferentes informações. Por exemplo, enquanto os modelos propostos por Jones (1991) e o modelo Jones modificado por Dechow, Sloan e Sweeney (1995) utilizam-se de dados do Balanço Patrimonial e da Demonstração dos Resultados e identificam o gerenciamento de resultados, o modelo proposto por Dechow e Dichev (2002) utiliza-se de dados da Demonstração dos Fluxos de Caixa e identifica os erros de estimativas, independente de serem ou não intencional.

Por sua vez, o modelo de Dechow e Dichev modificado por McNichols (2002) utiliza tanto o saldo de contas do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, quanto da Demonstração dos Fluxos de Caixa, mesclando as abordagens anteriores. Assim, a utilização dos quatro modelos permite atingir o objetivo geral e os objetivos específicos, evidenciando se os resultados são robustos a diferentes perspectivas.

Tradicionalmente, no cenário internacional, os pesquisadores estimam os *accruals* por setor e ano, mantendo os parâmetros de estimação para cada setor. Entretanto, tornou-se inviável a estimação por setor para a amostra dessa pesquisa em função do reduzido número de empresas registradas em cada setor. Dessa forma, os modelos foram estimados apenas por ano, para todas as empresas da amostra. Assim, os parâmetros de estimação dos *accruals* foram definidos para cada ano, para todas as empresas. Com os resíduos de cada modelo, foram criadas as variáveis de qualidade dos lucros, para cada empresa, em cada ano.

3.2.1 Modelo Jones (1991)

O modelo de Jones (1991) define os *accruals* como uma função do crescimento das vendas e do ativo imobilizado, sendo todas as variáveis dimensionadas pelo ativo

total em t-1. (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). Assim, foi utilizada a seguinte equação, dimensionada pelo ativo em t-1, para o cálculo dos *accruals*:

$$ACC_t = \alpha + \beta_1 \Delta Rev_t + \beta_2 PPE_t + \varepsilon_t$$

Onde, ACC_t = *accruals* totais; ΔRev_t = crescimento nas vendas, calculado pela receita líquida no ano t menos a receita líquida no ano t-1; PPE_t = ativo imobilizado bruto; ε_t = resíduos da regressão, que representam os *accruals* discricionários.

O valor dos *accruals* totais ACC_t é calculado conforme a seguinte equação:

$$ACC_t = \Delta CA_t - \Delta CL_t - \Delta Cash_t + \Delta STD_t - DEP_t$$

Onde: ACC_t = *accruals* totais; ΔCA_t = variação no ativo circulante; ΔCL_t = variação no passivo circulante; $\Delta Cash_t$ = variação em caixa e equivalentes de caixa; ΔSTD_t = variação em financiamento de curto prazo no passivo circulante; DEP_t = depreciação e amortização no período.

As receitas são utilizadas no modelo para controlar o ambiente econômico da empresa e o ativo imobilizado é incluído para controlar a porção dos *accruals* totais relacionados com as despesas de depreciação não discricionárias. (JONES, 1991).

As variáveis foram coletadas a partir do Balanço Patrimonial e da Demonstração dos Resultados, utilizando o *software* Economática. Destaca-se que a variável PPE foi construída a partir da soma das contas: ativo imobilizado, ativo intangível, depreciação e amortização, ativo diferido. Essa última conta apresentou saldo apenas nos primeiros anos para um número reduzido de empresas. As demais variáveis que representam a variação das contas, foram calculadas a partir do saldo em t menos o saldo em t-1. Assim, utilizando o modelo de Jones, os *accruals* foram calculados para os anos de 2008 a 2015, já que os dados de 2007 foram coletados para evitar a perda do ano de 2008.

3.2.2 Modelo Jones Modificado (Dechow; Sloan; Sweeney, 1995)

Dechow, Sloan e Sweeney (1995) propuseram modificação no modelo de Jones, a fim de aumentar o poder explicativo do modelo. O modelo modificado oferece melhorias em relação a certos aspectos, uma vez que exclui as vendas a prazo, por

considerar que estas são manipuladas (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010), conforme a seguinte equação:

$$ACC_t = \alpha + \beta_1(\Delta Rev_t - \Delta Rec_t) + \beta_2 PPE_t + \varepsilon_t$$

Onde, $\Delta Rev_t - \Delta Rec_t$ representa a variação na receita ajustada pela variação de recebíveis no período do evento, sendo essa a única alteração realizada em relação ao modelo original.

De acordo com Dechow, Sloan e Sweeney (1995) é mais fácil gerenciar os resultados no reconhecimento de uma receita a prazo do que no reconhecimento de uma receita a vista. Enquanto o modelo original apresentado por Jones assume que o gerenciamento de resultados não é exercido sobre as receitas, o modelo modificado assume que as vendas a prazo sofrem gerenciamento de resultados. (DECHOW; SLOAN; SWEENEY, 1995).

Em comparação ao modelo original, o modelo modificado reduz o erro de classificar um *accrual* como normal, quando na verdade ele não é; mas por outro lado, continua sofrendo do erro de classificar um *accrual* como anormal, quando na verdade ele representa o desempenho fundamental da empresa. (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). Por fim, destaca-se que, assim como no modelo anterior, os *accruals* foram estimados para os anos de 2008 a 2015 utilizando o presente modelo.

3.2.3 Modelo Dechow e Dichev (2002)

De acordo com o modelo proposto por Dechow e Dichev (2002), os *accruals* são calculados como uma função do fluxo de caixa passado, presente e futuro, dado o seu propósito de alterar o calendário de reconhecimento dos resultados no fluxo de caixa. (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). O modelo assume que as receitas e despesas muitas vezes diferem da tempestividade do seu respectivo fluxo de caixa e, nesse contexto, os *accruals* surgem na tentativa de ajustar esse problema de tempo. (DECHOW; DICHEV, 2002).

A abordagem proposta por Dechow e Dichev (2002) calcula os *accruals* conforme a equação a seguir, sendo todas as variáveis dimensionadas pelo ativo total médio:

$$\Delta WC_t = \alpha + \beta_1 CFO_{t-1} + \beta_2 CFO_t + \beta_3 CFO_{t+1} + \varepsilon_t$$

O modelo calcula os *accruals* com base nos fluxos de caixa operacional passado (CFO_{t-1}), presente (CFO_t) e futuro (CFO_{t+1}). De acordo com Dechow e Dichev (2002) dois eventos são importantes para a contabilidade: o recebimento ou pagamento no fluxo de caixa e o reconhecimento desse fluxo de caixa como receita ou despesa nos resultados.

O fluxo de caixa passado (CFO_{t-1}) indica que o fluxo de caixa ocorre depois do reconhecimento no resultado, por exemplo, as receitas de vendas a prazo. O fluxo de caixa presente (CFO_t) indica que os recebimentos e pagamentos registrados no fluxo de caixa ocorreram no mesmo período que o seu reconhecimento no resultado como receitas ou despesas. O fluxo de caixa futuro (CFO_{t+1}) representa recebimentos ou pagamentos realizados antes do seu reconhecimento no resultado.

Como não podemos identificar os componentes do fluxo de caixa como descritos anteriormente, o modelo utiliza o fluxo de caixa operacional total passado (ano t-1), presente (ano t) e futuro (ano t+1), como explicam Dechow e Dichev (2002).

A variação do capital de giro (ΔWC_t) é calculada utilizando a seguinte equação:

$$\Delta WC_t = \Delta AR_t + \Delta Inventory_t - \Delta AP_t - \Delta TP_t + \Delta OtherAssets_t$$

Onde: ΔAR_t = variação em contas a receber; $\Delta Inventory_t$ = variação em estoques; ΔAP_t = variação em contas a pagar; ΔTP_t = variação em impostos; $\Delta OtherAssets_t$ = variação em outros ativos líquidos.

Todas as variáveis do modelo foram coletadas diretamente da Demonstração dos Fluxos de Caixa com o auxílio do *software* Economática, sendo que o saldo das contas necessárias para o cálculo da (ΔWC_t) já representa a variação do período das respectivas contas. Ressalta-se que a variável “Impostos” foi substituída por “Impostos e Obrigações Trabalhistas” buscando adequar o modelo à disponibilidade dos dados no Brasil.

Os resíduos dos *accruals* (ε_t) representam os componentes que reduzem a qualidade dos lucros reportados, interesse do presente estudo. Dechow e Dichev (2002) explicam que os resíduos (ε_t) representam os *accruals* que não estão relacionados às realizações do fluxo de caixa. Assim, quanto maior o resíduo, menor

a qualidade dos lucros. Destaca-se, contudo, que o modelo foca nos *accruals* de curto prazo e não aborda os *accruals* de longo prazo (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010), limitando o modelo ao curto prazo.

Utilizando o presente modelo, os *accruals* foram calculados para os anos de 2009 a 2014, uma vez que são necessários dados do período t-1 e t+1 para o cálculo dos *accruals* do ano t. Assim, os dados do primeiro e do último ano da amostra foram utilizados para o cálculo dos *accruals* dos anos de 2009 e 2014. Ou seja, para o cálculo dos anos de 2008 e 2015 seriam necessários os dados de fluxo de caixa de 2007 e 2016, que não se encontram disponíveis.

3.2.4 Modelo Dechow e Dichev Modificado (McNichols, 2002)

McNichols (2002) propôs modificações no modelo de Dechow e Dichev para reforçar a abordagem do modelo. De acordo com McNichols (2002) mesclar o modelo de Dechow e Dichev com o modelo de Jones tem o potencial de calibrar ambas as medidas. A inclusão do fluxo de caixa no modelo de Jones pode reduzir a extensão em que o modelo omite variáveis que estão relacionadas às características econômicas da empresa. (MCNICHOLS, 2002). Do mesmo modo, o modelo de Dechow e Dichev pode impedir que fatores fundamentais que influenciam os *accruals* sejam considerados (MCNICHOLS, 2002), incluir as vendas e o imobilizado no modelo de Dechow e Dichev pode evitar a omissão desses fatores.

Assim, McNichols sugeriu acrescentar o crescimento das vendas, na tentativa de refletir o desempenho da empresa e acrescentar o imobilizado, para expandir o modelo a uma medida mais ampla de *accruals* que inclui depreciação (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010), conforme a seguinte equação:

$$\Delta WC_t = \alpha + \beta_1 CFO_{t-1} + \beta_2 CFO_t + \beta_3 CFO_{t+1} + \Delta Rev_t + \beta_2 PPE_t + \varepsilon_t$$

Onde: ΔWC_t é calculado como no modelo de Dechow e Dichev; CFO = fluxo de caixa operacional passado, presente e futuro; ΔRev_t = crescimento nas vendas, calculado pela receita líquida no ano t menos a receita líquida no ano t-1; PPE_t = ativo imobilizado bruto.

Para o modelo proposto por McNichols (2002) os *accruals* foram estimados para os anos de 2009 a 2014, assim como explicado para o modelo de Dechow e

Dichev (2002). Destaca-se que, deste ponto em diante o modelo será tratado apenas como modelo McNichols e não como modelo Dechow e Dichev modificado por McNichols, buscando facilitar a sua identificação.

3.3 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Nesse subcapítulo serão apresentadas as variáveis dependente e independente, bem como as variáveis de controle, que serão utilizadas no modelo de regressão.

3.3.1 Variável Dependente

A variável dependente, qualidade dos lucros (QL), assume o valor do resíduo dos *accruals* (ε_t), calculado conforme os modelos apresentados anteriormente. Foi criada uma variável para o resíduo de cada um dos modelos: *accrualJ*, *accrualJM*, *accrualDD* e *accrualMN* para receber o resíduo dos modelos Jones (1991), Jones modificado por Dechow, Sloan e Sweeney (1995), Dechow e Dichev (2002) e McNichols (2002), respectivamente, para cada empresa em cada ano. Assim como no estudo de Baxter e Cotter (2009) foram utilizados os valores absolutos do resíduo dos *accruals*, ou seja, o sinal positivo e negativo do resíduo dos *accruals* foi desconsiderado.

3.3.2 Variáveis Independentes

A variável independente rodízio foi acrescentada ao modelo para testar a hipótese H1. Para testar a hipótese H2, foi acrescentada a variável voluntário.

- Rodízio

Identifica se ocorreu o rodízio de firma de auditoria no ano em análise. Trata-se de uma variável *dummy* que assume o valor de 1 se ocorreu rodízio de firma de auditoria e 0 caso contrário. Ou seja, se a firma de auditoria do ano t for diferente daquela que auditou a empresa no ano t-1, a variável rodízio assume, para o ano t, o valor de 1.

- Voluntário

Identifica o motivo do rodízio da firma de auditoria, ou seja, obrigatório ou voluntário. Trata-se de uma variável *dummy* que assume o valor de 1 se o rodízio ocorreu de forma voluntária e 0 se obrigatória. Para a classificação do rodízio como obrigatório ou voluntário foi estabelecido um critério que permitiu distinguir uma circunstância da outra. O rodízio que ocorreu após cinco anos de relacionamento entre a firma de auditoria e o cliente foi considerado obrigatório, os demais foram considerados voluntários. Ressalta-se, entretanto, que no período de suspensão do rodízio obrigatório todos os rodízios foram considerados voluntários.

Esse critério de classificação foi estabelecido porque apenas a partir de 2010 as empresas passaram a divulgar o motivo da troca da firma de auditoria no formulário de referência. E, por tratar-se de uma ferramenta relativamente nova, muitas vezes o formulário de referência não apresenta adequadamente o motivo da troca de firma de auditoria ou, simplesmente, não justifica a sua ocorrência.

3.3.3 Variáveis de Controle

As variáveis de controle foram incluídas no modelo de regressão devido à probabilidade de haver outros determinantes que influenciam na qualidade dos lucros das empresas. Com base em estudos precedentes, foram incluídas outras características da auditoria que podem influenciar a qualidade dos lucros, bem como características da empresa.

As variáveis de controle relacionadas ao rodízio de firma de auditoria e às características da firma de auditoria são:

- Firma de Auditoria

Foi incluída como variável de controle porque Myers, J., Myers, L. e Omer (2003) baseados em pesquisas anteriores sugerem que as grandes empresas de auditoria tendem a ser mais conservadoras, limitando os *accruals* extremos. A variável firma de auditoria é uma variável *dummy*, que assume o valor de 1 se a empresa for auditada por firma *Big Four* e 0 caso contrário.

Foram classificadas como Big Four as firmas de auditoria Deloitte, Ernst & Young, KPMG e PricewaterhouseCoopers. As demais firmas de auditoria foram classificadas como Não *Big Four*. De acordo com Becker *et. al* (1998) as empresas auditadas por firmas Não *Big Four* relatam *accruals* discricionários significativamente maiores que aquelas auditadas por firmas de auditoria classificadas como Big Four.

- Mandato

Representa o número de anos consecutivos que a empresa manteve a mesma firma de auditoria. A variável mandato foi construída a partir dos dados do relatório de auditoria independente. Foi identificada a firma que realizou a auditoria em cada exercício e foi contado o número de anos consecutivos que a mesma firma foi responsável pela auditoria da empresa.

A variável mandato foi adicionada para controlar o efeito do tempo de relacionamento entre a firma de auditoria e a empresa. De acordo com Myers, J., Myers, L. e Omer (2003) se os oponentes do rodízio estiverem corretos, a relação entre os *accruals* residuais e o mandato deve ser negativa. Caso contrário, se essa relação for positiva, dará suporte para os argumentos dos proponentes do rodízio.

Em relação às características das empresas, as seguintes variáveis de controle foram propostas:

- Tamanho

Assim como em diversos estudos anteriores (CAREY; SIMNETT, 2006; JOHNSON; KHURANA; REYNOLD, 2002; KWON; LIM; SIMNETT, 2014; MYERS, J.; MYERS, L.; OMER, 2003) a variável tamanho da empresa foi incluída porque empresas maiores tendem a realizar operações mais previsíveis e estáveis e, portanto, o gerenciamento de resultados e os erros de estimativas devem ser menores e devem ocorrer com menor frequência. (DECHOW; DICHEV; 2002). A variável tamanho foi medida pelo log do ativo total.

- Idade

A variável idade da empresa foi incluída porque empresas mais velhas tendem a ser mais estáveis. (GOSH; MOON; 2005). A variável idade da empresa foi calculada pelo número de anos em que esta se encontra listada na bolsa de valores, sendo que essa informação foi extraída do site da BM&FBOVESPA.

- ROA

O retorno sobre o ativo (ROA) foi incluído para controlar as mudanças potenciais no desempenho da empresa. (JOHNSON; KHURANA; REYNOLDS, 2002). De acordo com Baxter e Cotter (2009) é possível que a mudança na qualidade dos lucros esteja associada à mudança no desempenho da empresa. Acredita-se que empresas com melhor desempenho tendem a apresentar menor volume de *accruals* residuais. A variável ROA resulta da seguinte equação:

$$ROA = \frac{\text{Lucro Líquido}_t}{\text{Ativo Total}_{t-1}}$$

- Alavancagem

Medida pelas dívidas sobre o total do ativo, a variável alavancagem foi incluída porque a situação financeira da empresa pode aumentar o incentivo ao gerenciamento dos lucros em empresas com dificuldades. (JOHNSON; KHURANA; REYNOLDS, 2002). Empresas mais alavancadas tendem a apresentar maiores *accruals* residuais. A seguinte equação foi utilizada para cálculo da alavancagem:

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Passivo Circulante}_t + \text{Passivo Não Circulante}_t}{\text{Ativo Total}_t}$$

- Fluxo de Caixa

Assim como no estudo de Myers, J., Myers, L. e Omer (2003) fluxo de caixa foi incluído porque empresas com elevado fluxo de caixa operacional são mais propensas

a apresentar melhor desempenho e porque, em média, os *accruals* e o fluxo de caixa estão negativamente relacionados. Fluxo de caixa foi medido pela seguinte equação:

$$\text{Fluxo de Caixa} = \frac{\text{Fluxo de Caixa Operacional}_t}{\text{Ativo Total Médio}_t}$$

- Crescimento

Foi incluído a fim de capturar a possível diferença no comportamento dos *accruals* entre as empresas com elevado e baixo crescimento. (GUL; FUNG; JAGGI, 2009). De acordo com Kim, Lee e Lee (2015) empresas em crescimento estão mais propensas a enfrentarem problemas internos como, por exemplo, nos controles internos e na equipe de trabalho, além de enfrentar um ambiente operacional mais complexo. O crescimento foi medido pela variação nas vendas da empresa:

$$\text{Crescimento} = \frac{\text{Receita Operacional Líquida}_t}{\text{Receita Operacional Líquida}_{t-1}} - 1$$

- Perda

Foi inserida para controlar pelas empresas com dificuldades financeiras (KIM; LEE; LEE, 2015), visto que estas empresas são mais propensas a utilizarem *accruals* discricionários. Essa variável controla se a empresa enfrentou uma perda no período. (BALL; TYLER; WELLS, 2015). Trata-se de uma variável *dummy* que assume o valor de 1 se a empresa apresentou prejuízo no período e 0 caso contrário.

- Margem Bruta

A variável margem bruta foi utilizada como medida de competitividade. Acredita-se que empresas em um mercado mais competitivo tendem a apresentar mais *accruals* residuais para evidenciar seu desempenho, enquanto empresas em

mercados com maior grau de monopólio tendem a apresentar um volume menor de *accruals* residuais, por possuírem um controle maior sobre os seus resultados. Assim, assume-se que em um ambiente competitivo, mais próximo será o custo do produto vendido da receita, enquanto em ambientes de maior monopólio, maior será a margem bruta. A margem bruta foi calculada utilizando a seguinte equação:

$$\text{Margem Bruta} = \frac{\text{Lucro Bruto}_t}{\text{Receita Operacional Líquida}_t}$$

- Ciclo Operacional

Dechow e Dichev (2002) identificaram vários fatores inatos que afetam a qualidade dos lucros, dentre eles o ciclo operacional. Empresas com ciclo operacional mais longo implicam em substanciais fluxos de caixa futuros que serão reconhecidos no resultado do exercício. (DECHOW; DICHEV, 2002). Assim, ciclos operacionais mais longos indicam mais incertezas, mais estimativas e erros de estimativas e, conseqüentemente, menor qualidade dos lucros. (DECHOW; DICHEV, 2002). O log do ciclo operacional foi utilizado como variável de ciclo operacional, calculado conforme a seguinte equação:

$$\text{Ciclo Operacional} = \frac{360}{\frac{\text{Receita Operacional Líquida}_t}{\text{Média das Contas a Receber}_t}} + \frac{360}{\frac{\text{Custo do Produto Vendido}_t}{\text{Média do Estoque}_t}}$$

Destaca-se que algumas empresas apresentaram saldo zero para a conta estoque, principalmente aquelas cuja atividade principal é a prestação de serviços, inviabilizando o cálculo do ciclo operacional. Assim, para essas empresas, o saldo da conta estoque foi substituído por 0,00000001. Dessa forma, foi possível realizar o cálculo do ciclo operacional também para essas empresas, evitando a perda de diversas observações.

- Setor

Foram incluídas variáveis de setor considerando que as características de cada setor diferem entre si e que essas características podem influenciar a medida de qualidade dos lucros. Também se considerou importante controlar o setor das empresas uma vez que os *accruals* não foram estimados a nível setor, mas por ano, conforme explicado anteriormente. A variável setor é uma variável *dummy*, criada a partir da classificação setorial disponibilizada pela Económica (setoreco), sendo criada uma *dummy* para cada setor. A Tabela 1 evidencia quais os setores que compõem a amostra, bem como o número de empresas por setor:

Tabela 1 - *Dummies* de setor

Setor	Nº. Empresas	Percentual	Acumulado
Minerais Não Metálicos	1	0.54%	0.54%
Mineração	2	1.08%	1.61%
Telecomunicações	2	1.08%	2.69%
Máquinas Industriais	3	1.61%	4.30%
Agro e Pesca	4	2.15%	6.45%
Química	4	2.15%	8.60%
Software e Dados	4	2.15%	10.75%
Petróleo e Gás	4	2.15%	12.90%
Eletroeletrônicos	4	2.15%	15.05%
Papel e Celulose	5	2.69%	17.74%
Alimentos e Bebidas	6	3.23%	20.97%
Siderurgia e Metalurgia	11	5.91%	26.88%
Veículos e Peças	11	5.91%	32.80%
Construção	11	5.91%	38.71%
Têxtil	14	7.53%	46.24%
Transporte Serviços	15	8.06%	54.30%
Comércio	15	8.06%	62.37%
Energia Elétrica	35	18.82%	81.18%
Outros	35	18.82%	100.00%
Total	186	100.00%	

Fonte: Elaborado pela autora.

Após apresentadas as variáveis de controle e com base em estudos precedentes, a Tabela 2 revela os sinais esperados para cada uma das variáveis de controle:

Tabela 2 - Sinal esperado das variáveis de controle

Variável	Sinal Esperado
Firma de Auditoria	-

Mandato	+ / -
Tamanho	-
Idade	-
ROA	-
Alavancagem	+
Fluxo de Caixa	-
Crescimento	+
Perda	+
Margem Bruta	-
Ciclo Operacional	+

Fonte: Elaborado pela autora.

3.4 MODELO DE REGRESSÃO

O teste principal do presente estudo foi realizado a fim de mensurar o efeito do rodízio de firma de auditoria sobre a qualidade dos lucros das empresas de capital aberto brasileiras. As variáveis foram incorporadas gradativamente, dando origem a quatro especificações, da mais simples a mais completa.

Inicialmente, foi testada a relação direta entre a qualidade dos lucros e o rodízio de firma de auditoria, utilizando uma versão simplificada do modelo de regressão, expressa na especificação 1:

$$QL_{it} = \alpha + \beta_1 \text{Rodízio}_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde: QL = qualidade dos lucros, medida pelo valor dos resíduos dos *accruals*, calculados conforme modelos apresentados; Rodízio= variável *dummy* que assume o valor de 1 se ocorreu rodízio de firma de auditoria e 0 caso contrário.

Posteriormente, buscando verificar se o motivo da troca influencia a qualidade dos lucros, foi adicionada a variável independente voluntário, dando origem à especificação 2:

$$QL_{it} = \alpha + \beta_1 \text{Rodízio}_{it} + \beta_2 \text{Voluntário}_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Onde: QL = qualidade dos lucros, medida pelo valor dos resíduos dos *accruals*, calculados conforme modelos apresentados; Rodízio= variável *dummy* que assume o valor de 1 se ocorreu rodízio de firma de auditoria e 0 caso contrário; Voluntário= variável *dummy* que assume o valor de 1 se o rodízio ocorreu de forma voluntária e 0 se obrigatória.

Na sequência, as variáveis de controle foram acrescentadas, conforme demonstrado na especificação 3:

$$\begin{aligned}
 QL_{it} = & \alpha + \beta_1 \text{Rodízio}_{it} + \beta_2 \text{Voluntário}_{it} + \beta_3 \text{Firma de Auditoria}_{it} + \beta_4 \text{Mandato}_{it} \\
 & + \beta_5 \text{Tamanho}_{it} + \beta_6 \text{Idade}_{it} + \beta_7 \text{ROA}_{it} + \beta_8 \text{Alavancagem}_{it} \\
 & + \beta_9 \text{Fluxo de Caixa}_{it} + \beta_{10} \text{Crescimento}_{it} + \beta_{11} \text{Perda}_{it} \\
 & + \beta_{12} \text{Margem Bruta}_{it} + \beta_{13} \text{Ciclo Operacional}_{it} + \varepsilon_{it}
 \end{aligned}
 \tag{3}$$

Onde, além das variáveis dependente e independente descritas anteriormente, temos: *Firma de Auditoria* = variável *dummy*, que assume o valor de 1 se a empresa for auditada por *Big Four* e 0 caso contrário; *Mandato* = número de anos consecutivos que a empresa manteve a mesma firma de auditoria; *Tamanho*= log do ativo total; *Idade*= número de anos em que a empresa se encontra listada na bolsa de valores; *ROA*= retorno sobre o ativo, relação entre o lucro e o ativo total; *Alavancagem*= dívidas sobre o total do ativo; *Fluxo de Caixa*= fluxo de caixa operacional da empresa, dividido pelo ativo total médio; *Crescimento*= vendas no ano t, dividido pelas vendas no ano t-1, menos 1; *Perda*= variável *dummy* que assume o valor de 1 se a empresa apresentou prejuízo no período e 0 caso contrário; *Margem Bruta*= lucro bruto dividido pela receita operacional líquida; *Ciclo Operacional*= 360/(vendas/média das contas a receber) + 360/(CPV/média do estoque).

Por fim, a especificação 4 representa a versão completa do modelo de regressão, sendo acrescentadas as variáveis *dummies* de setor:

$$\begin{aligned}
QL_{it} = & \alpha + \beta_1 \text{Rodízio}_{it} + \beta_2 \text{Voluntário}_{it} + \beta_3 \text{Firma de Auditoria}_{it} + \beta_4 \text{Mandato}_{it} \\
& + \beta_5 \text{Tamanho}_{it} + \beta_6 \text{Idade}_{it} + \beta_7 \text{ROA}_{it} + \beta_8 \text{Alavancagem}_{it} \\
& + \beta_9 \text{Fluxo de Caixa}_{it} + \beta_{10} \text{Crescimento}_{it} + \beta_{11} \text{Perda}_{it} \\
& + \beta_{12} \text{Margem Bruta}_{it} + \beta_{13} \text{Ciclo Operacional}_{it} \\
& + \beta_{14} \text{Setor}_{it} \dots \beta_{31} \text{Setor}_{it} + \varepsilon_{it}
\end{aligned}
\tag{4}$$

Com o auxílio do *Data Analysis and Statistical Software* (Stata), as variáveis do modelo foram organizadas em dados de painel. Dados em painel “são dados de diversas entidades em que cada uma delas é observada em dois ou mais períodos de tempo” (STOCK; WATSON, 2004, p. 8), exatamente como os dados dessa pesquisa. Antes de proceder qualquer cálculo para a construção das variáveis, buscando controlar o efeito dos valores extremos, todos os dados de valores foram submetidos ao procedimento de *winsorizing*. Nele, foram definidos os percentis máximo (0,99) e mínimo (0,01), sendo substituídos os valores acima do percentil máximo e abaixo do percentil mínimo, pelo maior e menor valor remanescente, respectivamente. Assim, os valores extremos da amostra foram limitados.

Foram calculados os *accruals* de acordo com os quatro modelos apresentados: Jones, Jones Modificado, Dechow e Dichev, e McNichols. De posse dos resíduos dos *accruals* para cada empresa em cada ano, foram estimadas as quatro especificações, da mais simples a mais completa, para cada medida de resíduo dos *accruals*, totalizando dezesseis estimativas. Cada uma das quatro especificações foi estimada por meio do método de mínimos quadrados ordinários e resíduos robustos. Os modelos foram estimados em formato de *pool* de *cross-section*, pois os *accruals* foram estimados por ano, o número de anos analisados é pequeno, e o conjunto de empresas varia marginalmente de um ano para outro. Os modelos poderiam ter sido estimados via painel, porém, isso implicaria em uma amostra menor. Além disso, como no Brasil existem poucas empresas por setor, a última especificação já captura algum possível efeito fixo no nível dos *accruals* que seria capturado em um modelo de painel com efeito fixo. Nos testes de robustez também se investiga eventual efeito da variabilidade setorial sobre os desvios-padrão dos coeficientes.

As especificações do modelo de regressão foram estimadas com a variável dependente no período contemporâneo e também para a mesma no período subsequente. Tradicionalmente, os estudos abordam o efeito do rodízio de auditoria

sobre a qualidade dos lucros considerando as informações das duas variáveis em relação ao mesmo ano (t). Ou seja, mede-se o efeito do rodízio de auditoria (rodízio no ano t) sobre a qualidade dos lucros referentes ao ano de ocorrência do rodízio (qualidade dos lucros do ano t). Entretanto, nesse estudo, além da abordagem tradicional, considerou-se pertinente analisar o efeito do rodízio de auditoria sobre a qualidade dos lucros do ano subsequente. Entende-se que, se o rodízio de firma de auditoria ocorre no ano t , os efeitos dessa mudança poderão ser evidenciados no ano subsequente, $t+1$.

Primeiro, porque se considerou que o ano da troca pode representar um período de transição e adaptação da firma de auditoria em relação às atividades da empresa, tendo em vista que neste período existe maior demanda por parte da firma de auditoria de se inteirar das operações da empresa. Acredita-se que no ano da troca a firma de auditoria estará conhecendo as atividades e operações da empresa. Dessa forma, ao analisar o efeito do rodízio de auditoria sobre a qualidade dos lucros do ano subsequente, espera-se minimizar a influência da falta de conhecimento sobre as atividades da empresa, tão mencionado na literatura. Assim, acredita-se que os resultados do período subsequente demonstram o efeito do rodízio de auditoria sobre a qualidade dos lucros após o período de transição e adaptação.

Segundo, porque se identificou no formulário de referência divulgado pelas empresas no site da BM&FBOVESPA que muitos dos contratos de auditoria não coincidem com o exercício social da empresa. Embora os auditores sejam contratados para emitir uma opinião sobre o conjunto das demonstrações contábeis do exercício, acredita-se que a contratação da firma de auditoria em momento posterior ao início do exercício social possa influenciar o registro das operações contábeis e, conseqüentemente, a qualidade dos lucros. Isso porque no período de registro das operações, a empresa não possui pleno conhecimento do posicionamento da auditoria em relação a determinadas práticas contábeis. Dessa forma, o efeito do novo auditor sobre a qualidade dos lucros pode ficar mitigado. Ao avaliar o período subsequente, entende-se que será avaliado o efeito do rodízio de auditoria sobre a qualidade dos lucros com base em um período de mandato completo do auditor.

Assim, todas as especificações do modelo de regressão foram estimadas também para a variável qualidade dos lucros no ano subsequente ($QL_{i,t+1}$). As demais variáveis foram mantidas em relação ao período contemporâneo, ano t .

3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A seleção da amostra pode ser considerada uma limitação. Os resultados que serão encontrados limitam-se as empresas e aos anos selecionados, não podendo ser generalizados para outras empresas e outros períodos.

A abordagem dada à qualidade dos lucros e a escolha dos *accruals* residuais como medida de qualidade limitam os resultados a apenas uma face da qualidade dos lucros, uma vez que diversas outras *proxies* existem na literatura. Os modelos utilizados para o cálculo dos *accruals* residuais também podem ser considerados uma limitação, já que não são capazes de incorporar todos os fatores que influenciam o valor dos *accruals* discricionários e, conseqüentemente, da qualidade dos lucros. Assim, os resultados estarão delimitados pelos modelos utilizados.

Ainda quanto à escolha dos modelos, outra limitação a ser considerada refere-se à falta de dados sobre o fluxo de caixa em exercícios anteriores a 2008. Os modelos propostos por Dechow e Dichev (2002) e modificado por McNichols (2002) baseiam-se nos fluxos de caixa para o cálculo dos *accruals*. Por sua vez, a obrigatoriedade de elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa passou a vigorar após a publicação da Lei 11.638/07, que acrescentou a Demonstração dos Fluxos de Caixa ao conjunto de demonstrações contábeis obrigatórias. Dessa forma, a escolha dos modelos limitou a análise aos exercícios de 2008 e posteriores. Além disso, quando utilizados os modelos com base em fluxo de caixa foram perdidos o primeiro e o último ano da amostra, em função da necessidade dos dados em t-1 e t+1 para cálculo dos *accruals* residuais.

Por fim, destaca-se que o método utilizado para estimar os modelos de cálculo dos *accruals* pode ser considerado outra limitação. Em função das limitações impostas pelas características do mercado brasileiro, que possui poucas empresas listadas em cada setor, optou-se por não estimar os *accruals* em nível de setor e ano, como realizado pelas pesquisas internacionais. Dessa forma, os *accruals* foram estimados definindo-se os parâmetros apenas por ano, para todas as empresas juntas, sendo essa considerada uma limitação do método.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No capítulo quatro, são apresentados e analisados os resultados do estudo, obtidos a partir da aplicação da metodologia descrita. Inicialmente são apresentadas as estatísticas descritivas dos dados. Em seguida, são apresentados os resultados das especificações do modelo de regressão para o período contemporâneo e também para o período subsequente. Por fim, são apresentados os testes de robustez.

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Neste subcapítulo, são apresentadas as estatísticas descritivas da amostra. A Tabela 3 demonstra o número de observações, média, desvio padrão e o valor máximo e mínimo de cada variável:

Tabela 3 - Estatística descritiva

Variável	Número de Observações	Média	Desvio Padrão	Valor Mínimo	Valor Máximo
accrualJ	1418	0.0776864	0.1192626	0.0000425	1.783887
accrualJM	1418	0.0794909	0.1215548	0.0000636	1.80542
accrualD	1046	0.0663311	0.0769704	0.0000238	0.6695541
accrualMN	1046	0.0636668	0.0728775	0.0003009	0.6584057
rodizio	1436	0.2172702	0.4125317	0	1
voluntario	1436	0.1330084	0.3397021	0	1
firma de auditoria	1436	0.764624	0.4243814	0	1
mandato	1436	3.12883	1.834088	1	9
tamanho	1604	14.47534	1.694791	9.965711	18.98451
idade	1436	20.05432	15.15991	1	78
roa	1418	0.0404895	0.1466491	-1.547621	1.109644
alavancagem	1436	0.6361214	0.4089747	0.0847335	6.37492
fluxo de caixa	1418	0.0755756	0.098466	-1.17195	0.5098779
crescimento	1418	0.2074714	1.407419	-0.9726202	48.02996
perda	1436	0.2228412	0.4162976	0	1
margem bruta	1436	0.32473	0.2051212	-0.5242457	1
ciclo operacional	1418	4.726572	0.8890365	-2.05606	10.21618
bigbig	1436	0.1253482	0.3312287	0	1
bignaobig	1436	0.0208914	0.1430705	0	1
naobigbig	1436	0.0271588	0.1626025	0	1
naobignaobig	1436	0.0438719	0.2048813	0	1
price	1436	0.1824513	0.3863505	0	1
ernst	1436	0.2061281	0.4046645	0	1
deloitte	1436	0.1970752	0.3979282	0	1
kpmg	1436	0.1789694	0.3834602	0	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se através da Tabela 3 que os *accruals* residuais calculados pelo modelo de Jones e Jones modificado apresentam uma média superior àqueles calculados através do modelo de Dechow e Dichev e modelo de McNichols, evidenciando as diferenças entre os modelos. Observa-se também que o *accrualJ* e *accrualJM* possuem número de observações superior em comparação ao *accrualDD* e *accrualMN* em função do modelo de cálculo, como descrito na metodologia.

As variáveis de auditoria evidenciam que em média 21,72% das observações do período referem-se a exercícios em que ocorreu rodízio de auditoria, sendo que em média 13,30% do total de observações referem-se à troca voluntária. Outro aspecto que chama a atenção refere-se à presença maciça das empresas denominadas *BigFour*, responsáveis por 76,46% das auditorias.

Além das variáveis de controle relacionadas à auditoria, a Tabela 3 também evidencia o comportamento das variáveis de controle referentes às características da empresa. Por fim, foram acrescentadas na estatística descritiva outras variáveis referentes à auditoria, que foram utilizadas para os testes de robustez. Quatro variáveis foram inseridas para identificar o sentido da troca de firma de auditoria: I) de firma *Big Four* para firma *Big Four*, II) de firma *Big Four* para firma Não *Big Four*, III) de firma Não *Big Four* para firma *Big Four*, IV) de firma Não *Big Four* para firma Não *Big Four*. Observa-se que a maioria das trocas de firma de auditoria ocorre entre empresas *Big Four*. Outras quatro variáveis foram inseridas para identificar a firma responsável pela auditoria: I) PricewaterhouseCoopers, II) Ernst & Young, III) Deloitte, IV) KPMG. As médias das quatro variáveis evidenciam que as firmas de auditoria possuem parcelas semelhantes de atuação no mercado, sendo que a diferença entre as médias da firma com maior participação e menor participação no mercado é de 0,027159.

Para testar a força do relacionamento entre duas variáveis, foram realizados testes de correlação entre as variáveis. Os resultados demonstram que existe forte correlação entre *accrualJ* e *accrualJM*, de 0,9674 e também entre *accrualDD* e *accrualMN*, de 0,8534. Esses resultados evidenciam que os modelos originais e seus respectivos modelos modificados são altamente correlacionados. Por outro lado, observando-se os resultados das correlações entre as variáveis *accrualDD* e *accrualJ*, *accrualDD* e *accrualJM*, *accrualMN* e *accrualJ*, *accrualMN* e *accrualJM*, identifica-se uma fraca correlação entre as variáveis, variando entre 0,2747 e 0,2956. Esses resultados evidenciam que existe baixa correlação entre os modelos que capturam o

gerenciamento de resultados e os modelos que capturam os erros de estimativas. Os demais resultados do teste de correlação estão evidenciados no Apêndice A.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PERÍODO CONTEMPORÂNEO

Inicialmente, foram estimadas todas as especificações do modelo de regressão para o período contemporâneo. Ou seja, a variável qualidade dos lucros assumiu o valor dos resíduos dos *accruals* do ano *t*, assim como as demais variáveis, que também se referem ao ano *t*. Cada uma das especificações foi estimada utilizando os resíduos dos quatro modelos de cálculo dos *accruals*: *accrualJ* (modelo Jones), *accrualJM* (modelo Jones modificado), *accrualDD* (modelo Dechow e Dichev) e *accrualMN* (modelo McNichols).

A Tabela 4 evidencia os resultados das especificações do modelo de regressão para a qualidade dos lucros calculada a partir dos modelos de Jones (1991), no painel A, e de Jones modificado por Dechow, Sloan e Sweeney (1995), no painel B:

Tabela 4 - Período contemporâneo: modelos Jones e Jones modificado

(continua)

PAINEL A				
Especificação	(1)	(2)	(3)	(4)
Modelo de Accrual	<i>accrualJ</i>	<i>accrualJ</i>	<i>accrualJ</i>	<i>accrualJ</i>
rodizio	0.0123 (0.00868)	-0.0213*** (0.00707)	-0.0228** (0.00952)	-0.0225** (0.00939)
voluntario		0.0549*** (0.0137)	0.0406*** (0.0135)	0.0389*** (0.0134)
firma de auditoria			0.0208** (0.00834)	0.0243*** (0.00837)
mandato			-0.00237 (0.00217)	-0.00228 (0.00216)
tamanho			-0.0122*** (0.00210)	-0.0125*** (0.00227)
idade			-0.000172 (0.000206)	-0.0000779 (0.000253)
roa			0.0979 (0.113)	0.0967 (0.119)

(continuação)

PAINEL A				
Especificação	(1)	(2)	(3)	(4)
Modelo de Accrual	accrualJ	accrualJ	accrualJ	accrualJ
alavancagem			0.0863*** (0.0333)	0.0836** (0.0341)
fluxo de caixa			-0.104 (0.0672)	-0.0965 (0.0679)
crescimento			0.00196 (0.00455)	0.00182 (0.00424)
perda			-0.00463 (0.0144)	-0.00238 (0.0138)
margem bruta			-0.00271 (0.0151)	-0.00833 (0.0197)
ciclo operacional			0.00235 (0.00339)	-0.0105** (0.00490)
setor	Não	Não	Não	Sim
constante	0.0750*** (0.00337)	0.0750*** (0.00337)	0.190*** (0.0444)	0.259*** (0.0478)
Número de Observações	1418	1418	1418	1418
R2 Ajustado	0.001	0.011	0.111	0.132
Estatística F	1.996	9.210	5.576	4.156
PAINEL B				
Especificação	(1)	(2)	(3)	(4)
Modelo de Accrual	accrualJM	accrualJM	accrualJM	accrualJM
rodizio	0.0140 (0.00895)	-0.0184** (0.00743)	-0.0206** (0.00954)	-0.0201** (0.00934)
voluntario		0.0528*** (0.0143)	0.0378*** (0.0139)	0.0356*** (0.0136)
firma de auditoria			0.0242*** (0.00845)	0.0284*** (0.00856)
mandato			-0.00275 (0.00217)	-0.00259 (0.00216)
tamanho			-0.0133*** (0.00217)	-0.0135*** (0.00232)
idade			-0.000209 (0.000213)	-0.0000855 (0.000255)
roa			0.110 (0.106)	0.108 (0.111)
				(conclusão)

PAINEL B				
Especificação	(1)	(2)	(3)	(4)
Modelo de Accrual	accrualJM	accrualJM	accrualJM	accrualJM
alavancagem			0.0862*** (0.0324)	0.0836** (0.0331)
fluxo de caixa			-0.129* (0.0666)	-0.120* (0.0671)
crescimento			0.00217 (0.00376)	0.00205 (0.00349)
perda			-0.00310 (0.0141)	-0.000367 (0.0136)
margem bruta			-0.0121 (0.0148)	-0.0186 (0.0189)
ciclo operacional			0.00282 (0.00353)	-0.0108** (0.00484)
setor	Não	Não	Não	Sim
constante	0.0764*** (0.00341)	0.0764*** (0.00341)	0.208*** (0.0458)	0.282*** (0.0486)
Número de Observações	1418	1418	1418	1418
R2 Ajustado	0.002	0.011	0.117	0.139
Estatística F	2.430	7.400	6.458	4.925

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Desvio padrão entre parênteses

*Significativo a 10% **Significativo a 5% ***Significativo a 1%

A Tabela 4 demonstra que a variável rodízio é negativa e significativa ao nível de 1% e 5% para três das quatro especificações do modelo de regressão, especificações (2), (3) e (4). Observa-se essa relação tanto quando a qualidade dos lucros é calculada pelo modelo de Jones, quanto para a qualidade dos lucros calculada pelo modelo de Jones modificado, lembrando que ambos capturam os *accruals* residuais relacionados ao gerenciamento de resultados. A relação negativa e significativa entre a variável rodízio e a variável qualidade dos lucros evidencia que o rodízio de firma de auditoria contribui para a redução do volume de *accruals* discricionários e, conseqüentemente, aumenta a qualidade dos lucros.

Por sua vez, a variável voluntário apresentou sinal positivo e significativo ao nível de 1% para todas as especificações do modelo de regressão apresentadas na Tabela 4, utilizando as duas medidas de qualidade dos lucros, *accrualJ* e *accrualJM*. Essa relação demonstra que a troca voluntária de firma de auditoria aumenta os

accruals discricionários, reduzindo a qualidade dos lucros. Assim, como concluído no estudo de DeFound e Subramanyam (1998), pode-se concluir que as empresas realizam troca voluntária de firma de auditoria na tentativa de contratar nova auditoria que seja mais complacente com as práticas contábeis adotadas pela empresa. Uma vez que, como demonstrado na Tabela 4, à ocorrência de troca voluntária aumenta o gerenciamento de resultados.

Tomando em conjunto os resultados das variáveis rodízio e voluntário, temos que a ocorrência do rodízio de firma de auditoria reduz os *accruals* discricionários, entretanto, a ocorrência de troca de firma de auditoria voluntariamente aumenta os *accruals* discricionários. Em síntese, pode-se concluir que o rodízio obrigatório de firma de auditoria contribui para o aumento da qualidade dos lucros, enquanto a troca voluntária da firma de auditoria contribui para a redução da qualidade dos lucros.

Quanto as variáveis de controle relacionadas às características da auditoria, a variável mandato não se demonstrou estatisticamente significativa, o que não permitiu conclusões sobre o efeito do relacionamento da empresa com o auditor ao longo do tempo. A variável firma de auditoria demonstrou-se positiva e estatisticamente significativa, contrariando a expectativa. A relação evidenciada sugere que as empresas auditadas por firma *Big Four* gerenciam mais os seus resultados do que aquelas auditadas por firma Não *Big Four*. A literatura sugere que as empresas *Big Four* tendem a ser mais conservadoras e, conseqüentemente, limitar os *accruals* extremos (MYERS, J.; MYERS, L.; OMER, 2003), entretanto, essa relação não foi encontrada ao utilizar o *accrualJ* e *accrualJM* nessa pesquisa.

Quanto as variáveis de controle referentes às características da empresa, destaca-se que as variáveis tamanho e alavancagem demonstraram-se estatisticamente significativas e com sinal esperado para todos as especificações da Tabela 4. Esses resultados indicam que empresas maiores apresentam volume menor de *accruals* discricionários, enquanto empresas mais alavancadas apresentam volume maior de *accruals* discricionários. A variável fluxo de caixa demonstrou-se estatisticamente significativa apenas para o *accrualJM*, apresentando sinal negativo para as duas especificações e indicando que empresas com fluxo de caixa mais elevado apresentam menor volume de *accruals* discricionários e maior qualidade dos lucros. As demais características da empresa demonstraram-se significativas apenas em alguns momentos, ou não demonstraram nenhuma significância estatística.

Por fim, acrescenta-se que os resultados não apresentados na Tabela 4 referente às *dummies* de setor demonstraram-se estatisticamente significativos para os dois modelos de *accruals* apenas para quatro dos dezoito setores. Construção e Telecomunicações apresentaram sinal positivo, enquanto Energia Elétrica e Transporte e Serviços apresentaram sinal negativo.

As especificações do modelo de regressão também foram estimadas utilizando os resíduos dos *accruals* dos modelos baseados no fluxo de caixa, que evidenciam os erros de estimativas contábeis. A Tabela 5 apresenta os resultados das especificações do modelo de regressão para a qualidade dos lucros medida pelos resíduos dos modelos de Dechow e Dichev (2002), no painel A, e McNichols (2002), no painel B:

Tabela 5 - Período contemporâneo: modelos Dechow e Dichev e McNichols

(continua)				
PAINEL A				
Especificação	(1)	(2)	(3)	(4)
Modelo de Accrual	accrualDD	accrualDD	accrualDD	accrualDD
rodizio	-0.00252 (0.00575)	-0.0170** (0.00666)	-0.00782 (0.00747)	-0.00444 (0.00733)
voluntario		0.0254*** (0.00966)	0.0112 (0.00872)	0.00563 (0.00884)
firma de auditoria			-0.0174** (0.00750)	-0.0168** (0.00778)
mandato			0.00112 (0.00161)	0.00149 (0.00156)
tamanho			-0.00808*** (0.00158)	-0.00908*** (0.00193)
idade			-0.000137 (0.000148)	0.000166 (0.000168)
roa			0.104** (0.0492)	0.104** (0.0451)
alavancagem			0.0399*** (0.00978)	0.0345*** (0.00905)
fluxo de caixa			-0.000361 (0.0409)	-0.00519 (0.0392)

(continuação)

PAINEL A

Especificação	(1)	(2)	(3)	(4)
Modelo de Accrual	accrualDD	accrualDD	accrualDD	accrualDD
crescimento			0.00328 (0.00239)	0.00314 (0.00210)
perda			0.0142* (0.00757)	0.0167** (0.00710)
margem bruta			-0.0338*** (0.0123)	-0.0388*** (0.0148)
ciclo operacional			0.00786** (0.00354)	0.00408 (0.00427)
setor	Não	Não	Não	Sim
constante	0.0669*** (0.00270)	0.0669*** (0.00270)	0.137*** (0.0324)	0.153*** (0.0385)
Número de Observações	1046	1046	1046	1046
R2 Ajustado	-0.001	0.004	0.137	0.181
Estatística F	0.192	4.258	7.602	4.940
PAINEL B				
Especificação	(1)	(2)	(3)	(4)
Modelo de Accrual	accrualMN	accrualMN	accrualMN	accrualMN
rodizio	-0.00287 (0.00518)	-0.0128* (0.00676)	-0.00244 (0.00732)	0.00134 (0.00712)
voluntario		0.0174** (0.00881)	0.00567 (0.00805)	-0.000918 (0.00822)
firma de auditoria			-0.0199*** (0.00697)	-0.0188*** (0.00711)
mandato			0.00164 (0.00153)	0.00208 (0.00147)
tamanho			-0.00650*** (0.00140)	-0.00684*** (0.00169)
idade			-0.000155 (0.000140)	0.000151 (0.000151)
roa			0.162*** (0.0423)	0.160*** (0.0417)
alavancagem			0.0502*** (0.0108)	0.0467*** (0.00962)
fluxo de caixa			-0.0339 (0.0357)	-0.0264 (0.0339)
crescimento			-0.00138 (0.00156)	-0.00146 (0.00137)
perda			0.0130* (0.00711)	0.0158** (0.00695)
margem bruta			-0.0457*** (0.0115)	-0.0500*** (0.0139) (conclusão)
PAINEL B				

Especificação	(1)	(2)	(3)	(4)
Modelo de Accrual	accrualMN	accrualMN	accrualMN	accrualMN
ciclo operacional			0.00687** (0.00292)	-0.000108 (0.00359)
setor	Não	Não	Não	Sim
constante	0.0643*** (0.00260)	0.0643*** (0.00260)	0.115*** (0.0271)	0.138*** (0.0325)
Número de Observações	1046	1046	1046	1046
R2 Ajustado	-0.001	0.001	0.182	0.230
Estatística F	0.306	2.261	8.195	5.842

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Desvio padrão entre parênteses

*Significativo a 10% **Significativo a 5% ***Significativo a 1%

Diferentemente dos resultados anteriores, que evidenciaram a relação entre o rodízio de firma de auditoria e a qualidade dos lucros em três das quatro especificações, os resultados da Tabela 5 não permitem afirmar que o rodízio de firma de auditoria afeta a qualidade dos lucros, quando a qualidade é medida pelo *accrualDD* e *accrualMN*. Isso em função da variável rodízio ter apresentado resultado estatisticamente significativo apenas para a especificação (2) e resultados não estatisticamente significativos para as demais. Contudo, destaca-se que quando significativa, a variável rodízio possui o mesmo sinal apresentado pelos resultados da Tabela 4. Assim como descrito em relação a variável rodízio, o mesmo ocorreu com a variável voluntário, que se demonstrou significativa apenas na especificação (2).

As diferenças entre os resultados da Tabela 4 e da Tabela 5, em relação às variáveis dependentes, evidenciam as diferenças entre as medidas de cálculo dos *accruals*. Dessa forma, pode-se inferir que o rodízio de auditoria contribui para restringir o gerenciamento de resultados, medido pelo *accrualJ* e *accrualJM*, mas não para reduzir os erros de estimativas, medido pelo *accrualDD* e *accrualMN*. Em síntese, quando utilizados os resíduos dos *accruals* que identificam os erros intencionais, a variável rodízio e a variável voluntária demonstram-se significativas, enquanto quando utilizado medida de erros de estimativas, independente de ser ou não intencional, essa relação não é evidenciada.

A Tabela 5 demonstra que a variável firma de auditoria é estatisticamente significativa ao nível de 1% e 5%. Nesse caso, firma de auditoria assume coeficiente negativo, conforme esperado com base na literatura precedente. Conclui-se que as firmas de auditoria denominadas *Big Four* reduzem os erros de estimativas contábeis,

quando esses não são segregados entre intencionais ou não intencionais. Já, quando abordada apenas a perspectiva dos erros intencionais, *accrualJ* e *accrualJM*, o efeito da firma de auditoria sobre a qualidade dos lucros é contrário.

Em relação às demais variáveis de controle, tamanho, ROA, alavancagem, perda e margem bruta apresentaram resultados estatisticamente significativos para todas as especificações da Tabela 5. Atendendo a expectativa, a variável tamanho demonstrou que empresas maiores estão negativamente relacionadas com os *accruals* anormais. A variável alavancagem apresentou sinal positivo, corroborando com a expectativa de que empresas com dificuldade financeira apresentam maiores *accruals* anormais. Também em relação à situação financeira da empresa, a variável perda apresentou sinal positivo, indicando que empresas que enfrentam perdas estão mais suscetíveis a falhar nos seus registros contábeis. A variável margem bruta também apresentou sinal negativo conforme a expectativa, indicando que quanto maior o poder de monopólio da empresa, menor os *accruals* anormais. O ROA, foi a única variável que apresentou significância estatística com sinal diferente daquele previsto pela literatura. Enquanto esperava-se que empresas com melhor desempenho apresentassem menor volume de *accruals* anormais, os resultados evidenciaram que quanto melhor o desempenho da empresa, maior o uso de *accruals* anormais. As demais características da empresa demonstraram-se significativas apenas em alguns momentos, ou não demonstraram nenhuma significância estatística.

As *dummies* de setor, acrescentadas na especificação (4) e não apresentadas na Tabela 5, apresentaram resultados estatisticamente significativos para os dois modelos de *accruals* apenas para três setores: Comércio, Construção e Petróleo e Gás, todos com sinal positivo.

4.2.1 Conclusões do Período Contemporâneo

Tomando em conjunto os resultados apresentados pela Tabela 4 e Tabela 5 com base no período contemporâneo, conclui-se que o rodízio de firma de auditoria afeta a qualidade dos lucros, quando essa é mensurada a partir da perspectiva do gerenciamento de resultados, através dos modelos de Jones e Jones modificado. Entretanto, esse efeito não fica evidente quando a qualidade dos lucros é mensurada a partir da perspectiva do erro de estimativa contábil. Isso sugere que o rodízio

obrigatório de firma de auditoria pode ser considerado um mecanismo que contribui para a redução do gerenciamento de resultado, mas não o erro de estimativa.

Assim, com base na análise dos resultados do período contemporâneo, não se rejeita a hipótese H1 de que a qualidade dos lucros divulgados pelas empresas aumenta com o rodízio obrigatório da firma de auditoria independente. Entretanto, os resultados ficam limitados aos modelos de *accruals* que capturam o gerenciamento de resultados, *accrualJ* e *accrualJM*. Por outro lado, com base nos resultados apresentados, rejeita-se a hipótese H2 de que a qualidade dos lucros divulgados pelas empresas aumenta com o rodízio voluntário da firma de auditoria independente. Isso porque, para ambos os modelos de *accruals*, os resultados demonstraram que as empresas que realizam troca voluntária de firma de auditoria apresentam maiores *accruals* discricionários e menor qualidade dos lucros.

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PERÍODO SUBSEQUENTE

Na sequência, foram estimadas todas as especificações do modelo de regressão para o período subsequente. Ou seja, a variável qualidade dos lucros assumiu o valor dos resíduos dos *accruals* do ano $t+1$, enquanto as demais variáveis mantiveram-se em relação ao ano t . Dessa forma, foi analisado o efeito do rodízio de firma de auditoria sobre a qualidade dos lucros do ano subsequente a realização do rodízio. Assim como para o período contemporâneo, também foram estimadas as regressões para o período subsequente utilizando o resíduo dos *accruals* de cada um dos quatro modelos de cálculo dos *accruals*: *accrualJ* (modelo Jones), *accrualJM* (modelo Jones modificado), *accrualDD* (modelo Dechow e Dichev) e *accrualMN* (modelo McNichols).

A Tabela 6 evidencia os resultados das regressões para a qualidade dos lucros calculada a partir dos modelos de Jones (1991), painel A, e de Jones modificado por Dechow, Sloan e Sweeney (1995), painel B:

Tabela 6 - Período subsequente: modelos Jones e Jones modificado

(continua)

PAINEL A

Especificação	(1)	(2)	(3)	(4)
Modelo de Accrual	accrualJ	accrualJ	accrualJ	accrualJ
rodizio	0.0102	-0.0242***	-0.0177**	-0.0158*
	(0.00942)	(0.00728)	(0.00814)	(0.00822)
voluntario		0.0578***	0.0358***	0.0321***
		(0.0150)	(0.0123)	(0.0124)
firma de auditoria			0.0114	0.0139
			(0.00999)	(0.0102)
mandato			-0.000817	-0.000741
			(0.00184)	(0.00180)
tamanho			-0.0133***	-0.0139***
			(0.00217)	(0.00239)
idade			-0.000237	-0.000179
			(0.000221)	(0.000269)
roa			0.0987***	0.0988***
			(0.0355)	(0.0359)
alavancagem			0.123***	0.122***
			(0.0282)	(0.0284)
fluxo de caixa			-0.0368	-0.0322
			(0.0412)	(0.0377)
crescimento			-0.000653	-0.000855
			(0.00134)	(0.00104)
perda			0.00167	0.00434
			(0.0102)	(0.0105)
margem bruta			-0.00159	-0.00186
			(0.0141)	(0.0172)
ciclo operacional			0.00320	-0.00916**
			(0.00327)	(0.00450)
setor	Não	Não	Não	Sim
constante	0.0757***	0.0757***	0.173***	0.244***
	(0.00373)	(0.00373)	(0.0409)	(0.0435)
Número de Observações	1250	1250	1232	1232
R2 Ajustado	0.000	0.011	0.214	0.236
Estatística F	1.171	9.634	8.048	5.028

(conclusão)

PAINEL B				
Especificação	(1)	(2)	(3)	(4)

Modelo de Accrual	accrualJM	accrualJM	accrualJM	accrualJM
rodizio	0.00942 (0.00924)	-0.0250*** (0.00731)	-0.0171** (0.00831)	-0.0152* (0.00840)
voluntario		0.0578*** (0.0145)	0.0350*** (0.0118)	0.0308** (0.0120)
firma de auditoria			0.0101 (0.0105)	0.0126 (0.0107)
mandato			-0.000514 (0.00194)	-0.000335 (0.00189)
tamanho			-0.0139*** (0.00220)	-0.0144*** (0.00243)
idade			-0.000289 (0.000232)	-0.000215 (0.000274)
roa			0.106*** (0.0374)	0.105*** (0.0395)
alavancagem			0.119*** (0.0279)	0.118*** (0.0283)
fluxo de caixa			-0.0433 (0.0448)	-0.0354 (0.0415)
crescimento			-0.000708 (0.00123)	-0.000898 (0.000966)
perda			0.00653 (0.0107)	0.00973 (0.0110)
margem bruta			-0.00793 (0.0141)	-0.00733 (0.0170)
ciclo operacional			0.00348 (0.00350)	-0.00998** (0.00452)
setor	Não	Não	Não	Sim
constante	0.0777*** (0.00387)	0.0777*** (0.00388)	0.186*** (0.0407)	0.265*** (0.0438)
Número de Observações	1250	1250	1232	1232
R2 Ajustado	0.000	0.010	0.207	0.230
Estatística F	1.040	10.188	8.638	5.376

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Desvio padrão entre parênteses

*Significativo a 10% **Significativo a 5% ***Significativo a 1%

A Tabela 6 demonstra que, ao analisarmos o período subsequente, a variável rodízio mantém-se negativa e estatisticamente significativa a diferentes níveis de significância nas especificações (2), (3) e (4), tanto para o *accrualJ*, quanto para o *accrualJM*. Da mesma forma, a variável voluntário mantém o sinal positivo e

demonstra-se estatisticamente significativa em todas as especificações. Assim, as conclusões a cerca do efeito do rodízio de auditoria sobre a qualidade dos lucros feitas em relação ao período contemporâneo podem ser estendidas ao período subsequente.

Em relação às demais características da auditoria, destaca-se que a variável firma de auditoria deixa de ser significativa, indicando que, o fato de a empresa ser auditada por uma firma *Big Four* não afeta a qualidade dos lucros do período subsequente. Quanto às características da empresa, o tamanho e a alavancagem continuam demonstrando-se fatores que afetam a qualidade dos lucros, indicando que empresas maiores tendem a apresentar menores *accruals* discricionários, enquanto empresas mais alavancadas tendem a apresentar maiores *accruals* discricionários. Destaca-se que, em relação ao período subsequente, a variável ROA passa a apresentar coeficiente positivo e estatisticamente significativo para *accrualJ* e *accrualJM*, diferentemente do período contemporâneo que não apresentou significância estatística. O resultado apresentado pela variável ROA contraria a expectativa formulada com base em estudos precedentes, mas vai ao encontro dos resultados evidenciados para *accrualDD* e *accrualMN* no período contemporâneo, indicando que o desempenho da empresa afeta positivamente os *accruals* discricionários, reduzindo a qualidade dos lucros. As demais características da empresa demonstraram-se significativas apenas em alguns momentos, ou não demonstraram nenhuma significância estatística.

As *dummies* de setor demonstram-se estatisticamente significativas nos dois modelos de *accruals* para os mesmos setores do período contemporâneo: Construção e Telecomunicações, com sinal positivo e, Energia Elétrica e Transporte e Serviços, com sinal negativo.

Destaca-se que, quando utilizado o *accrualJ* e *accrualJM*, a especificação mais completa do modelo de regressão no período subsequente explica melhor a variabilidade dos *accruals* discricionários em comparação ao período contemporâneo. O R² ajustado passa de cerca de 0,13 no período contemporâneo para cerca de 0,23 no período subsequente.

No período subsequente, as especificações do modelo de regressão também foram estimadas para a qualidade dos lucros medida pelos resíduos dos modelos de Dechow e Dichev (2002) e McNichols (2002). A Tabela 7 evidencia os resultados das especificações para Dechow e Dichev (2002), no painel A, e McNichols, no painel B:

Tabela 7 - Período subsequente: modelos Dechow e Dichev e McNichols

(continua)

PAINEL A				
Especificação	(1)	(2)	(3)	(4)
Modelo de Accrual	accrualDD	accrualDD	accrualDD	accrualDD
rodizio	0.00312 (0.00571)	-0.0141*** (0.00538)	-0.0109* (0.00640)	-0.00827 (0.00643)
voluntario		0.0288*** (0.00896)	0.0131* (0.00773)	0.00950 (0.00776)
firma de auditoria			-0.0147** (0.00671)	-0.0144** (0.00679)
mandato			-0.000760 (0.00148)	-0.000336 (0.00145)
tamanho			-0.00778*** (0.00151)	-0.00873*** (0.00190)
idade			-0.0000856 (0.000152)	0.000219 (0.000170)
roa			0.0948* (0.0486)	0.0979** (0.0455)
alavancagem			0.0409*** (0.0121)	0.0373*** (0.0103)
fluxo de caixa			-0.0147 (0.0375)	-0.0100 (0.0388)
crescimento			0.00140 (0.00247)	-0.000291 (0.00217)
perda			0.0240*** (0.00886)	0.0287*** (0.00831)
margem bruta			-0.0259* (0.0147)	-0.0267 (0.0170)
ciclo operacional			0.00621** (0.00312)	0.00385 (0.00364)
setor	Não	Não	Não	Sim
constante	0.0656*** (0.00270)	0.0656*** (0.00270)	0.140*** (0.0312)	0.145*** (0.0345)
Número de Observações	1046	1046	1046	1046
R2 Ajustado	-0.001	0.006	0.140	0.188
Estatística F	0.298	6.042	6.909	4.687
(conclusão)				
PAINEL B				
Especificação	(1)	(2)	(3)	(4)
Modelo de Accrual	accrualMN	accrualMN	accrualMN	accrualMN
rodizio	0.00564 (0.00561)	-0.0120** (0.00507)	-0.00407 (0.00604)	-0.00125 (0.00610)
voluntario		0.0294*** (0.00886)	0.0135* (0.00765)	0.00894 (0.00762)

firma de auditoria			-0.0155**	-0.0144**
			(0.00626)	(0.00627)
mandato			0.000966	0.00152
			(0.00142)	(0.00140)
tamanho			-0.00711***	-0.00717***
			(0.00138)	(0.00171)
idade			-0.000133	0.000187
			(0.000142)	(0.000150)
roa			0.0248	0.0173
			(0.0370)	(0.0347)
alavancagem			0.0406***	0.0380***
			(0.00830)	(0.00733)
fluxo de caixa			-0.0156	-0.000363
			(0.0309)	(0.0309)
crescimento			0.00608*	0.00462
			(0.00356)	(0.00284)
perda			0.00394	0.00748
			(0.00812)	(0.00781)
margem bruta			-0.0289**	-0.0306**
			(0.0119)	(0.0149)
ciclo operacional			0.00577**	0.000158
			(0.00273)	(0.00344)
setor	Não	Não	Não	Sim
constante	0.0623***	0.0623***	0.132***	0.144***
	(0.00251)	(0.00251)	(0.0291)	(0.0335)
Número de Observações	1046	1046	1046	1046
R2 Ajustado	0.000	0.008	0.133	0.182
Estatística F	1.011	6.045	8.064	5.255

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Desvio padrão entre parênteses

*Significativo a 10% **Significativo a 5% ***Significativo a 1%

Os resultados da Tabela 7 evidenciam que, no período subsequente, duas especificações do modelo de regressão apresentam sinal negativo e estatisticamente significativo para a variável rodízio quando a qualidade dos lucros é mensurada pelo *accrua/DD*. Utilizando o mesmo modelo de *accrua*, a variável voluntário apresenta sinal positivo e estatisticamente significativo nas especificações (2) e (3). Dessa forma, quando utilizado o *accrua/DD*, a relação entre o rodízio de auditoria e o motivo da troca, com o qualidade dos lucros, fica mais evidente no período subsequente do que no período contemporâneo.

Para o *accrua/DD* as variáveis de controle firma de auditoria, tamanho, ROA, alavancagem e perda demonstram-se estatisticamente significativas para todas as

especificações do modelo de regressão. Os resultados indicam que firma de auditoria e tamanho estão negativamente relacionadas com os *accruals* anormais, o que significa que empresas auditadas por firmas *Big Four* e empresas maiores apresentam maior qualidade dos lucros. Por sua vez, ROA, alavancagem e perda estão positivamente relacionadas aos *accruals* anormais, indicando que empresas com elevado desempenho, elevada alavancagem e que tiveram perda no período anterior apresentam menor qualidade dos lucros.

Para o *accrual*MN, rodízio demonstrou-se significativo apenas para a especificação (2), limitando as conclusões sobre essa variável. Já voluntário demonstrou-se estatisticamente significativo para as especificações (2) e (3).

As variáveis de controle firma de auditoria, tamanho, alavancagem e margem bruta mostraram-se significativas para todos as especificações utilizando *accrual*MN. Firma de auditoria, tamanho e margem bruta apresentaram relação negativa com os *accruals* anormais. Isso indica que a auditoria *Big Four*, empresas maiores e empresas com maior margem bruta estão relacionadas com lucros de melhor qualidade. Já a variável alavancagem apresentou sinal positivo, indicando que empresas mais alavancadas estão associadas a menor qualidade dos lucros.

Destaca-se que apenas as *dummies* dos setores Comércio e Construção apresentaram resultados estatisticamente significativos para os dois modelos de *accrual*, *accrual*DD e *accrual*MN.

4.3.1 Conclusões do Período Subsequente

Tomando em conjunto os resultados da Tabela 6 e Tabela 7 com base no período subsequente, fica evidente que o rodízio de firma de auditoria afeta positivamente a qualidade dos lucros. Entretanto, o motivo da troca demonstra-se elemento fundamental, uma vez que, quando realizada de forma voluntária, gera efeito contrário, reduzindo a qualidade dos lucros. Complementa-se afirmando que o efeito do rodízio de firma de auditoria fica mais evidente em relação às métricas que capturam o gerenciamento de resultado, do que em relação às métricas que capturam os erros de estimativas.

Por fim, salienta-se que os períodos contemporâneo e subsequente apresentaram resultados que convergem, permitindo que as conclusões feitas no período contemporâneo em relação às hipóteses H1 e H2 sejam estendidas para o

período subsequente. Acredita-se que os resultados do período subsequente concedem robustez aos achados da pesquisa, evidenciados no período contemporâneo.

4.4 TESTES DE ROBUSTEZ

Além dos testes principais apresentados, foram realizados outros testes para verificar se os resultados são robustos e para identificar o efeito de outras variáveis no modelo de regressão. Os testes de robustez foram todos realizados para o período contemporâneo, ou seja, com a variável qualidade dos lucros referente ao mesmo período que as demais variáveis. Destaca-se que os testes de robustez foram realizados a partir da especificação (4), com as alterações propostas em cada teste.

4.4.1 Sentido da Troca de Firma de Auditoria

No primeiro teste, buscou-se identificar o sentido da troca de firma de auditoria e o seu efeito sobre a qualidade dos lucros. Ou seja, foi identificado se a troca de firma de auditoria ocorreu de uma firma *Big Four* para outra firma *Big Four*, de uma firma *Big Four* para uma firma Não *Big Four*, de uma firma Não *Big Four* para uma firma *Big Four* ou, de uma firma Não *Big Four* para outra firma Não *Big Four*. As variáveis que evidenciam o sentido da troca de firma de auditoria foram acrescentadas ao modelo de regressão e os resultados dos testes estão demonstrados na Tabela 8:

Tabela 8 - Sentido da troca de firma de auditoria

Modelo de Accrual	accrualJ	accrualJM	accrualDD	accrualMN
rodizio	-0.0196 (0.0263)	-0.0230 (0.0254)	0.0158 (0.0226)	0.0164 (0.0190)
bigbig	-0.000813 (0.0282)	0.00621 (0.0273)	-0.0213 (0.0215)	-0.0163 (0.0179)
bignaobig	-0.0271 (0.0301)	-0.0265 (0.0289)	-0.0328 (0.0232)	-0.0198 (0.0189)
naobigbig	0.0122 (0.0391)	0.0309 (0.0399)	-0.0135 (0.0260)	-0.00209 (0.0195)
voluntario	0.0365*** (0.0130)	0.0320** (0.0138)	0.000787 (0.00964)	-0.00658 (0.00930)

firma de auditoria	0.0204** (0.00927)	0.0219** (0.00947)	-0.0158* (0.00863)	-0.0181** (0.00809)
mandato	-0.00223 (0.00218)	-0.00252 (0.00217)	0.00147 (0.00156)	0.00206 (0.00148)
tamanho	-0.0121*** (0.00236)	-0.0130*** (0.00242)	-0.00885*** (0.00192)	-0.00665*** (0.00168)
idade	-0.000107 (0.000262)	-0.000129 (0.000265)	0.000150 (0.000168)	0.000131 (0.000151)
roa	0.0944 (0.119)	0.106 (0.112)	0.105** (0.0436)	0.161*** (0.0410)
alavancagem	0.0833** (0.0342)	0.0835** (0.0331)	0.0343*** (0.00903)	0.0467*** (0.00961)
fluxo de caixa	-0.0948 (0.0681)	-0.117* (0.0672)	-0.00463 (0.0391)	-0.0250 (0.0337)
crescimento	0.00163 (0.00426)	0.00168 (0.00353)	0.00305 (0.00210)	-0.00164 (0.00137)
perda	-0.00246 (0.0137)	-0.000273 (0.0136)	0.0168** (0.00706)	0.0159** (0.00691)
margem bruta	-0.00836 (0.0200)	-0.0184 (0.0191)	-0.0395*** (0.0149)	-0.0506*** (0.0140)
ciclo operacional	-0.0107** (0.00498)	-0.0110** (0.00494)	0.00397 (0.00431)	-0.000118 (0.00360)
setor	Sim	Sim	Sim	Sim
constante	0.259*** (0.0481)	0.282*** (0.0488)	0.150*** (0.0382)	0.135*** (0.0322)
Número de Observações	1418	1418	1046	1046
R2 Ajustado	0.131	0.140	0.181	0.230
Estatística F	3.807	4.464	4.524	5.448

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Desvio padrão entre parênteses

*Significativo a 10% **Significativo a 5% ***Significativo a 1%

De acordo com os resultados da Tabela 8 o sentido da troca não é estatisticamente significativo para nenhum dos modelos de cálculo dos *accruals*. Logo, não se pode concluir que o sentido da troca de firma de auditoria afeta a qualidade dos lucros.

Em relação às variáveis dependentes de interesse desse estudo, rodízio deixou de apresentar significância estatística quando acrescentadas as variáveis de sentido da troca. A variável voluntário, por sua vez, manteve-se estatisticamente significativa para o *accualJ* e *accruaJIM*, assim como nos testes principais.

As demais variáveis de controle, quando significativas, apresentaram o mesmo sinal que aquele encontrado nos testes principais. Assim, firma de auditoria, tamanho

e alavancagem demonstraram-se significativas para as quatro medidas de *accruals*. ROA, perda e margem bruta apresentaram resultado significativo apenas para o *accrualDD* e *accrualMN*, corroborando com os testes principais. A variável ciclo operacional, que nos testes principais apresentou significância em alguns momentos e em outros não, demonstrou-se estatisticamente significativa para *accrualJ* e *accrualJM*, mas com sinal diferente daquele previsto pela literatura.

4.4.2 Segregação das Firmas de Auditoria

No segundo teste de robustez, a variável firma de auditoria foi substituída por outras quatro variáveis que identificam o nome da firma de auditoria de maneira individualizada. As novas variáveis são: Price, Ernst, Deloitte e KPMG. A Tabela 9 apresenta os resultados das regressões:

Tabela 9 - Segregação das firmas de auditoria

(continua)				
Modelo de Accrual	accrualJ	accrualJM	accrualDD	accrualMN
rodizio	-0.0228** (0.00965)	-0.0205** (0.00957)	-0.00475 (0.00737)	0.000897 (0.00714)
voluntario	0.0388*** (0.0133)	0.0355*** (0.0135)	0.00603 (0.00885)	-0.000465 (0.00823)
price	0.0195** (0.00945)	0.0236** (0.00956)	-0.0152* (0.00859)	-0.0181** (0.00780)
ernst	0.0294*** (0.00980)	0.0335*** (0.0102)	-0.0210** (0.00829)	-0.0232*** (0.00791)
deloitte	0.0335*** (0.0118)	0.0383*** (0.0119)	-0.0145* (0.00842)	-0.0160** (0.00801)
(conclusão)				
Modelo de Accrual	accrualJ	accrualJM	accrualDD	accrualMN
kpmg	0.0151* (0.00859)	0.0186** (0.00896)	-0.0158* (0.00892)	-0.0168** (0.00759)
mandato	-0.00265 (0.00228)	-0.00299 (0.00228)	0.00142 (0.00157)	0.00197 (0.00147)
tamanho	-0.0124*** (0.00229)	-0.0135*** (0.00236)	-0.00916*** (0.00193)	-0.00693*** (0.00168)
idade	-0.0000705 (0.000256)	-0.0000790 (0.000259)	0.000153 (0.000168)	0.000139 (0.000152)
roa	0.0947 (0.119)	0.106 (0.112)	0.104** (0.0452)	0.160*** (0.0417)
alavancagem	0.0834**	0.0835**	0.0348***	0.0468***

	(0.0344)	(0.0334)	(0.00918)	(0.00971)
fluxo de caixa	-0.0967	-0.120*	-0.00500	-0.0260
	(0.0682)	(0.0674)	(0.0392)	(0.0339)
crescimento	0.00171	0.00193	0.00311	-0.00150
	(0.00429)	(0.00354)	(0.00211)	(0.00137)
perda	-0.00234	-0.000349	0.0164**	0.0155**
	(0.0138)	(0.0137)	(0.00711)	(0.00697)
margem bruta	-0.00885	-0.0191	-0.0384***	-0.0498***
	(0.0200)	(0.0191)	(0.0148)	(0.0139)
ciclo operacional	-0.00976**	-0.00996**	0.00436	0.000248
	(0.00481)	(0.00474)	(0.00430)	(0.00360)
setor	Sim	Sim	Sim	Sim
constante	0.258***	0.281***	0.153***	0.139***
	(0.0476)	(0.0484)	(0.0386)	(0.0325)
Número de Observações	1418	1418	1046	1046
R2 Ajustado	0.132	0.140	0.179	0.229
Estatística F	3.878	4.637	4.581	5.403

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Desvio padrão entre parênteses

*Significativo a 10% **Significativo a 5% ***Significativo a 1%

A Tabela 9 evidencia que quando as empresas de auditoria são tratadas separadamente, o resultado é significativo em todos os modelos de *accruals* para as variáveis que identificam cada firma de auditoria. Assim como ocorreu com a variável firma de auditoria nos testes principais, as variáveis segregadas das firmas de auditoria apresentaram, para todas as firmas, sinal positivo em relação ao *accrualJ* e *accrualJM* e sinal negativo em relação ao *accrualDD* e *accrualMN*. Levando em consideração o que cada um dos resíduos dos modelos de *accruals* captura, pode-se concluir que as firmas de auditoria evidenciadas na Tabela 9 reduzem o erro de estimativa, mas não o gerenciamento de resultados, já que para o *accrualJ* e *accrualJM* os resultados indicam uma relação de aumento dos *accruals* discricionários e para o *accrualDD* e *accrualMN* uma redução dos *accruals* anormais.

As variáveis dependentes rodízio e voluntário se demonstraram significativas para o *accrualJ* e *accrualJM*, com o mesmo sinal dos testes principais. Já as mesmas variáveis não apresentaram significância estatística para o *accrualDD* e *accrualMN*. Assim, com base na Tabela 9, conclui-se que o rodízio de firma de auditoria e o motivo da troca afetam a qualidade dos lucros em relação ao uso do gerenciamento de resultados, mas essa mesma afirmação não pode ser feita em relação ao erro de estimativa.

Acrescenta-se que, em relação às demais variáveis de controle, tamanho e alavancagem demonstraram-se significativas para os quatro modelos de *accruals*, mantendo os sinais encontrados nos testes principais. Ciclo operacional demonstrou-se significativo ao nível de 5% para o *accrualJ* e *accrualJM*. Enquanto ROA, perda e margem bruta demonstraram-se significativas ao nível de 1% e 5% para o *accrualDD* e *accrualMN*.

4.4.3 Percentis

O terceiro teste de robustez foi realizado para identificar se existem diferenças no efeito do rodízio de firma de auditoria sobre a qualidade dos lucros entre as empresas que compõem os quartis extremos, inferior e superior. Para isso, foram definidos os percentis 25% e 75% com base nos valores dos resíduos dos *accruals*, considerando o sinal positivo e negativo dos resíduos, para segregar os dois grupos de empresas. Por um lado, as empresas que compõem o percentil 25%, representam aquelas que possuem os maiores *accruals* residuais negativos. Por outro lado, as empresas que compõem o percentil 75% representam aquelas que possuem maiores *accruals* residuais positivos. A Tabela 10 apresenta os resultados dos testes, sendo que o painel A evidencia os resultados para o *accrualJ* e *accrualJM*, enquanto o painel B evidencia os resultados para o *accrualDD* e *accrualMN*:

Tabela 10 – Percentis

(continua)

Painel A				
Percentil	Inferior	Superior	Inferior	Superior
Modelo de Accrual	<i>accrualJ</i>	<i>accrualJ</i>	<i>accrualJM</i>	<i>accrualJM</i>
rodizio	-0.00541 (0.0171)	-0.0493*** (0.0180)	-0.00145 (0.0186)	-0.0453 (0.0344)
voluntario	0.0321 (0.0237)	0.0661** (0.0257)	0.0174 (0.0256)	0.0771** (0.0352)
firma de auditoria	0.0111 (0.0122)	0.0291** (0.0136)	0.00999 (0.0182)	0.0416* (0.0243)
mandato	-0.00390	-0.00723	-0.00138	-0.00862

	(0.00278)	(0.00475)	(0.00362)	(0.00719)
tamanho	-0.0156***	-0.0116***	-0.0116**	-0.00786
	(0.00432)	(0.00391)	(0.00466)	(0.00673)
Idade	0.000287	0.0000831	0.000339	-0.000795
	(0.000336)	(0.000462)	(0.000497)	(0.000747)
roa	-0.00362	0.128	-0.265*	0.433***
	(0.0411)	(0.148)	(0.135)	(0.0822)
alavancagem	0.0330*	0.0962**	0.0649**	0.102***
	(0.0183)	(0.0488)	(0.0314)	(0.0270)
fluxo de caixa	-0.00341	-0.146	0.157*	-0.337***
	(0.0804)	(0.100)	(0.0946)	(0.101)
crescimento	0.0101	-0.000409	0.00299	-0.00535**
	(0.00975)	(0.00357)	(0.00998)	(0.00219)
perda	-0.0149	-0.00670	-0.0149	0.0182
	(0.0153)	(0.0225)	(0.0220)	(0.0318)
margem bruta	-0.0329	-0.0105	0.0484	-0.0355
	(0.0375)	(0.0339)	(0.0386)	(0.0426)
ciclo operacional	-0.00148	-0.0156*	-0.00637	-0.0111
	(0.00808)	(0.00869)	(0.00663)	(0.0135)
setor	Sim	Sim	Sim	Sim
constante	0.264***	0.278***	0.271***	0.261*
	(0.0731)	(0.0832)	(0.0929)	(0.144)
Número de Observações	236	646	354	355
R2 Ajustado	0.142	0.135	0.295	0.177
Estatística F	.	2.217	.	.

(conclusão)

Painel B				
Percentil	Inferior	Superior	Inferior	Superior
Modelo de Accrual	accrualDD	accrualDD	accrualIMN	accrualIMN
rodizio	-0.00215	0.00740	0.0112	-0.00171
	(0.0231)	(0.0161)	(0.0183)	(0.0184)
voluntario	-0.0178	0.0309	-0.0237	0.0143
	(0.0205)	(0.0208)	(0.0180)	(0.0189)
firma de auditoria	-0.0187	-0.0148	-0.0191	-0.0201
	(0.0134)	(0.0192)	(0.0117)	(0.0179)
mandato	-0.000872	0.00448	0.00236	0.00280
	(0.00301)	(0.00423)	(0.00273)	(0.00401)

tamanho	-0.0119*** (0.00365)	-0.00731 (0.00572)	-0.00940*** (0.00251)	-0.00626 (0.00622)
idade	0.000816** (0.000330)	-0.000537 (0.000370)	0.000823*** (0.000305)	-0.000461 (0.000374)
roa	-0.0168 (0.0578)	0.116** (0.0509)	0.100 (0.0623)	0.178*** (0.0499)
alavancagem	0.0172 (0.0203)	0.0183 (0.0171)	0.0291** (0.0137)	0.0218 (0.0183)
fluxo de caixa	0.0372 (0.0562)	-0.0833 (0.0644)	0.0426 (0.0506)	-0.0477 (0.0632)
crescimento	0.00481 (0.00455)	0.00166 (0.00172)	0.0110*** (0.00394)	0.00874 (0.0191)
perda	-0.0106 (0.0118)	0.0162 (0.0188)	0.00730 (0.0107)	0.0247 (0.0183)
margem bruta	-0.0519* (0.0268)	0.00978 (0.0536)	-0.0427** (0.0203)	-0.0598 (0.0458)
ciclo operacional	0.0190** (0.00775)	-0.0178 (0.0110)	0.0122 (0.00785)	-0.00767 (0.00945)
setor	Sim	Sim	Sim	Sim
constante	0.181** (0.0713)	0.271*** (0.0891)	0.137** (0.0606)	0.234** (0.102)
Número de Observações	262	261	261	262
R2 Ajustado	0.209	0.165	0.248	0.227
Estatística F	.	.	6.670	.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Desvio padrão entre parênteses

*Significativo a 10% **Significativo a 5% ***Significativo a 1%

Quando os testes são realizados por percentis, identifica-se que apenas as empresas que compõem o percentil superior no *accruaIJ* apresentam resultados estatisticamente significativos para a variável rodízio. Em relação a variável voluntário, temos resultados estatisticamente significativos para *accruaIJ* e *accruaJM* nos percentis superiores. Esses resultados indicam que, para o *accruaIJ*, a realização de rodízio de firma de auditoria afeta a qualidade dos lucros das empresas que apresentam maiores *accruals* residuais positivos, bem como, indicam que a troca voluntária de firma de auditoria também afeta a qualidade dos lucros dessas empresas, para o *accruaIJ* e *accruaJM*. Em relação ao *accruaIDD* e *accruaMMN* os resultados não demonstraram significância estatística para nenhuma das variáveis dependentes.

Em relação às variáveis de controle, firma de auditoria demonstrou-se positiva e significativa apenas para os quartis superiores, no *accruaIJ* e *accruaJM*. Esse resultado permite concluir que as firmas de auditoria *Big Four* afetam positivamente os *accruals* discricionários daquelas empresas que apresentam maiores *accruals* residuais positivos. Isso significa que, em empresas que se utilizam mais intensamente dos *accruals* discricionários positivos, a presença de auditorias *Big Four* não inibe essa prática, pelo contrário, visto que essas empresas auditadas por *Big Four* são as que apresentam maiores *accruals* residuais.

A variável tamanho demonstrou-se negativa e estatisticamente significativa para os quartis inferiores em todos os modelos de *accruals* e para o quartil superior apenas para o *accruaIJ*. Isso indica que o tamanho da empresa afeta a qualidade dos lucros principalmente para aquelas empresas que possuem valores extremos de *accruals* residuais negativos. A variável idade apresentou sinal positivo e significativo para os quartis inferiores para o *accruaIDD* e *accruaMNN*, contrariando a expectativa e indicando que, nesses quartis, empresas mais velhas afetam positivamente os *accruals* anormais. Já nos testes principais, a variável idade não demonstrou significância estatística em nenhum momento. A variável ROA apresentou sinal positivo e significativo para os quartis superiores do *accruaJMM*, *accruaIDD* e *accruaMNN* e apresentou sinal negativo e significativo para o quartil inferior do *accruaJMM*. Esses resultados permitem inferir que em empresas que apresentam maiores *accruals* residuais positivos, o desempenho econômico superior contribui para o aumento dos *accruals* residuais. Enquanto que, como demonstrado pelo *accruaJMM*, em empresas que apresentam maiores *accruals* residuais negativos, o desempenho econômico superior contribui para a redução dos *accruals* residuais.

A variável alavancagem demonstrou-se positiva e significativa em alguns modelos de *accruals*, tanto para os percentis inferiores, quanto para os percentis superiores. Margem bruta demonstrou-se negativa e significativa para os modelos de *accruaIDD* e *accruaMNN* para os quartis inferiores, indicando que para as empresas dos quartis inferiores a margem bruta afeta negativamente os *accruals* residuais. Fluxo de caixa, crescimento e ciclo operacional apresentaram resultados estatisticamente significativos em alguns momentos, mas inconsistentes, como pode ser observado na Tabela 10.

4.4.4 Desvios-Padrão *Clusterizado*

O quarto e último teste foi realizado para verificar se a forma de estimação do desvio-padrão afeta a significância dos resultados. Para tanto, foi realizado a *clusterização* do desvio-padrão por setores e utilizada a especificação (4) para a realização do teste. O objetivo foi verificar se não existe um padrão de variabilidade dos resíduos da regressão que seja comum às mesmas empresas de um setor e que esteja impactando a significância dos resultados apresentados anteriormente, seja aumentando ou diminuindo a significância dos parâmetros estimados. A Tabela 11 apresenta os resultados do teste:

Tabela 11 – Desvios-padrão *clusterizado*

(continua)				
Modelo de Accrual	accrualJ	accrualJM	accrualDD	accrualMN
rodizio	-0.0225*	-0.0201*	-0.00444	0.00134
	(0.0104)	(0.0103)	(0.00766)	(0.00697)
voluntario	0.0389***	0.0356***	0.00563	-0.000918
	(0.00683)	(0.00871)	(0.00987)	(0.00863)
firma de auditoria	0.0243**	0.0284**	-0.0168	-0.0188
	(0.00881)	(0.00848)	(0.0128)	(0.0118)
mandato	-0.00228	-0.00259	0.00149	0.00208
	(0.00139)	(0.00146)	(0.00132)	(0.00129)
tamanho	-0.0125***	-0.0135***	-0.00908***	-0.00684***
	(0.00203)	(0.00197)	(0.00103)	(0.000900)
(conclusão)				
Modelo de Accrual	accrualJ	accrualJM	accrualDD	accrualMN
idade	-0.0000779	-0.0000855	0.000166	0.000151
	(0.000331)	(0.000299)	(0.000144)	(0.000177)
roa	0.0967**	0.108***	0.104***	0.160***
	(0.0297)	(0.0251)	(0.0158)	(0.0437)
alavancagem	0.0836***	0.0836***	0.0345**	0.0467**
	(0.0106)	(0.00999)	(0.0115)	(0.0156)
fluxo de caixa	-0.0965	-0.120	-0.00519	-0.0264
	(0.0679)	(0.0708)	(0.0273)	(0.0362)
crescimento	0.00182	0.00205	0.00314	-0.00146**
	(0.00479)	(0.00378)	(0.00179)	(0.000633)

perda	-0.00238 (0.00621)	-0.000367 (0.00679)	0.0167** (0.00646)	0.0158* (0.00784)
margem bruta	-0.00833 (0.0182)	-0.0186 (0.0177)	-0.0388** (0.0152)	-0.0500** (0.0212)
ciclo operacional	-0.0105** (0.00357)	-0.0108** (0.00378)	0.00408 (0.00361)	-0.000108 (0.00257)
setor	Sim	Sim	Sim	Sim
constante	0.259*** (0.0260)	0.282*** (0.0270)	0.153*** (0.0194)	0.138*** (0.0247)
Número de Observações	1418	1418	1046	1046
R2 Ajustado	0.132	0.139	0.181	0.230
Estatística F

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Desvio padrão entre parênteses

*Significativo a 10% **Significativo a 5% ***Significativo a 1%

A Tabela 11 evidencia que com a nova forma de estimação dos desvios-padrão a significância de algumas variáveis sofre alteração. A variável rodízio passa a ser estatisticamente significativa ao nível de 10% para *accruaIJ* e *accruaIJM*, sendo que anteriormente a significância era de 5%. A variável voluntário mantém-se significativa ao nível de 1% para o *accruaIJ* e *accruaIJM*.

Observa-se na Tabela 11 que a variável firma de auditoria passa a ser significativa ao nível de 5% para o *accruaIJ* e *accruaIJM*, sendo que no teste principal a variável apresentou resultado significativo ao nível de 1%. Em relação ao *accrua/DD* e *accrua/MN*, a variável firma de auditoria deixa de ser significativa. As variáveis tamanho e ciclo operacional não alteram a sua significância estatística em relação ao teste principal em nenhum momento, permanecendo significativas ao nível de 1% e 5%, respectivamente.

A variável ROA passa a ser estatisticamente significativa para o *accruaIJ* e *accruaIJM*, apesar de não ter demonstrado resultados significativos no teste principal. Para o *accrua/DD*, a variável passa a ser significativa ao nível de 1% e não altera a sua significância para o *accrua/MN*. A variável alavancagem continua significativa para os quatro modelos de *accruals*, mas o nível de significância altera entre os modelos em relação ao teste principal. A variável margem bruta passa a ser significativa ao nível de 5% para o *accrua/DD* e *accrua/MN*, antes significativa ao nível de 1%. A variável fluxo de caixa deixa de ser significativa para o *accruaIJM*, enquanto a variável crescimento passa a ser significativa para o *accrua/MN*. Por fim, a variável

perda mantem-se com o mesmo nível de significância para o *accrua/DD* e altera para 10% para o *accrua/MN*.

Assim, conclui-se que a forma de estimação dos desvios-padrão das variáveis influencia a significância estatística das mesmas, alterando a significância de algumas variáveis, excluindo a significância de outras e concedendo significância a outras que não haviam apresentado anteriormente. Entretanto, em relação às variáveis dependentes de interesse desse estudo, mesmo com o novo método de estimação do desvio padrão, os resultados mantêm-se significativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente pesquisa foi analisar o efeito do rodízio da firma de auditoria sobre a qualidade dos lucros das empresas de capital aberto brasileiras. A qualidade dos lucros foi abordada sob a perspectiva dos *accruals* residuais, estimados a partir de dois modelos que capturam o gerenciamento de resultados e outros dois modelos que capturam os erros de estimativas. Com uma amostra de empresas listadas na BM&FBOVESPA no período de 2008 a 2015, foram estimadas diferentes especificações do modelo de regressão que permitiram analisar o efeito do rodízio de firma de auditoria, tanto obrigatório, quanto facultativo, sobre a qualidade dos lucros, para o período contemporâneo e para o período subsequente.

Os resultados do período contemporâneo demonstraram que o rodízio de firma de auditoria reduz o volume de *accruals* residuais, quando esses são mensurados a partir da perspectiva do gerenciamento de resultados, através dos modelos de Jones e Jones modificado. Entretanto, o efeito do rodízio de firma de auditoria sobre a qualidade dos lucros não ficou evidente quando os *accruals* residuais foram mensurados a partir da perspectiva dos erros de estimativas contábeis, através dos modelos de Dechow e Dichev e McNichols. Isso sugere que o rodízio obrigatório de firma de auditoria pode ser considerado um mecanismo que contribui para a redução do gerenciamento de resultados, mas não os erros de estimativas.

Além disso, o motivo da troca demonstrou-se uma importante característica do rodízio, uma vez que os resultados evidenciaram que a troca voluntária de firma de auditoria aumenta os *accruals* discricionários. Isso significa que, diferentemente do que ocorre com o rodízio obrigatório, a troca de firma de auditoria realizada de forma voluntária reduz a qualidade dos lucros reportados. Pode-se concluir que as empresas realizam troca voluntária de firma de auditoria na tentativa de contratar nova auditoria que seja mais complacente com as práticas contábeis adotadas pela empresa.

Os testes realizados para o período subsequente corroboraram com os achados do período contemporâneo. Assim como no período contemporâneo, o efeito do rodízio de firma de auditoria ficou mais evidente em relação às métricas que capturam o gerenciamento de resultado, do que em relação às métricas que capturam os erros de estimativas. Entretanto, no período subsequente as métricas de erros de estimativas demonstraram-se mais significativas do que no período contemporâneo.

Com base nos resultados encontrados, não se rejeita a hipótese H1 de que a qualidade dos lucros divulgados pelas empresas aumenta com o rodízio obrigatório de firma de auditoria independente. Isso porque o rodízio de firma de auditoria contribui para a redução dos *accruals* discricionários e, conseqüentemente, aumenta a qualidade dos lucros. Entretanto, os resultados ficam limitados aos modelos de *accruals* que capturam o gerenciamento de resultados. Por outro lado, rejeita-se a hipótese H2 de que a qualidade dos lucros divulgados pelas empresas aumenta com o rodízio voluntário da firma de auditoria independente. Isso porque os resultados demonstraram que as empresas que realizam troca voluntária de firma de auditoria apresentam maiores *accruals* discricionários e, conseqüentemente, menor qualidade dos lucros.

A presente pesquisa foi elaborada em um cenário de rodízio de firma de auditoria regulamentado e com foco na ocorrência do rodízio e na sua motivação, obrigatório ou voluntário. Diferentemente, a maioria das pesquisas internacionais foram realizadas em cenários não regulamentados e sob a perspectiva do tempo de mandato da auditoria. Os resultados da presente pesquisa permitem conclusões diferentes daquelas feitas por Chen, Lin e Lin (2008); Johson, Khurana e Reynolds (2002); Myers, J., Myers, L. e Omer (2003) que concluíram que o aumento no tempo de relacionamento entre firma de auditoria e empresa não leva a redução da qualidade dos lucros, ou seja, seus resultados são inconsistentes com o argumento de que o rodízio de auditoria pode aumentar a qualidade dos lucros.

Por outro lado, os achados da presente pesquisa apresentam evidências favoráveis ao rodízio obrigatório de firma de auditoria, assim como na pesquisa de Kim, Lee e Lee (2015). De acordo com os autores, as empresas que realizaram rodízio de auditoria apresentaram valores menores de *accruals* discricionários e melhor qualidade dos lucros, em comparação aquelas empresas que não trocaram seus auditores. Os resultados de Kim, Lee e Lee (2015) também evidenciaram que as empresas auditadas por auditores substituídos em função do rodízio obrigatório apresentaram, no primeiro ano, menores *accruals* discricionários e maior qualidade dos *accruals* do que aquelas que realizaram rodízio voluntário.

Considerando os estudos nacionais, a presente pesquisa apresenta novos resultados, diferentes daqueles evidenciados por Azevedo e Costa (2012); Martinez e Reis (2011); Silva e Bezerra (2010) que concluíram que não existem evidências da associação entre o gerenciamento de resultados e o rodízio de auditoria. Entretanto,

embora Silva e Bezerra (2010) tenham concluído que a troca de firma de auditoria não está diretamente relacionada à diminuição do gerenciamento de resultados, alguns setores da pesquisa apresentaram uma tendência para tal.

Complementarmente, testes adicionais evidenciaram que: I) o sentido da troca de firma de auditoria não afeta a qualidade dos lucros; II) as firmas de auditoria, quando analisadas em conjunto ou analisadas de forma segregada, reduzem os erros de estimativas contábeis, mas não o gerenciamento de resultados; III) apenas os percentis superiores apresentaram resultados estatisticamente significativos para as variáveis dependentes do estudo e apenas quando abordadas a partir da perspectiva do gerenciamento de resultados; IV) a forma de estimação dos desvios-padrão influencia a significância estatística das variáveis, mas os resultados das variáveis dependentes do estudo mantêm-se significativos mesmo com um novo método de estimação dos desvios-padrão.

Espera-se que os achados da presente pesquisa possam contribuir com a literatura e com as discussões sobre o rodízio obrigatório de firma de auditoria. Mas, destaca-se que os resultados devem ser encarados com cuidado, uma vez que são limitados à métrica de qualidade dos lucros definida e aos modelos de *accruals* residuais utilizados.

Para futuras pesquisas, sugere-se a análise da qualidade dos lucros em um período pré e um período pós a adoção do rodízio obrigatório de firma de auditoria no Brasil. Essa análise permitirá a comparação entre os períodos e poderá demonstrar se a qualidade dos lucros foi afetada pela regulamentação do rodízio de firma de auditoria.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Michael B. Agency theory and the internal audit. **Managerial Auditing Journal**, [S.l.], v. 9, n. 8, p. 8-12, 1994.
- AKERLOF, George A. The market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**, [S.l.], v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.
- ALMEIDA, José Elias Feres de; ALMEIDA, Juan Carlos Goes de. Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 62-74, 2009.
- ASSUNÇÃO, Juliano; CARRASCO, Vinicius. **Avaliação da rotatividade dos auditores independentes**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.
- AZEVEDO, Filipe Bressanelli; COSTA, Fábio Moraes da. Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 13, n. 5, 2012.
- BALL, Fiona; TYLER, Jonathan; WELLS, Peter. Is audit quality impacted by auditor relationships? **Journal of Contemporary Accounting & Economics**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 166-181, 2015.
- BAXTER, Peter; COTTER, Julie. Audit committees and earnings quality. **Accounting & Finance**, [S.l.], v. 49, n. 2, p. 267-290, 2009.
- BECKER, Connie L. et al. The effect of audit quality on earnings management. **Contemporary Accounting Research**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 1-24, 1998.
- BHATTACHARYA, Nilabhra; DESAI, Hemang; VENKATARAMAN, Kumar. Does earnings quality affect information asymmetry? Evidence from trading costs. **Contemporary Accounting Research**, [S.l.], v. 30, n. 2, p. 482-516, 2013.
- CAMERAN, Mara et al. Are there adverse consequences of mandatory auditor rotation? Evidence from the Italian experience. **Auditing: a journal of practice & theory**, [S.l.], v. 34, n. 1, p. 1-24, 2013.
- CARCELLO, Joseph V.; NAGY, Albert L. Audit firm tenure and fraudulent financial reporting. **Auditing: a journal of practice & theory**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 55-69, 2004.
- CAREY, Peter; SIMNETT, Roger. Audit partner tenure and audit quality. **The Accounting Review**, [S.l.], v. 81, n. 3, p. 653-676, 2006.
- CHAN, Konan et al. Earnings quality and stock returns. **The Journal of Business**, [S.l.], v. 79, n. 3, p. 1041-1082, 2006.

CHEN, Chih Ying; LIN, Chan Jane; LIN, Yu Chen. Audit partner tenure, audit firm tenure, and discretionary accruals: does long auditor tenure impair earnings quality? **Contemporary Accounting Research**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 415-445, 2008.

CHI, Wuchun et al. Mandatory audit-partner rotation, audit quality and market perception: Evidence from Taiwan. **Contemporary Accounting Research**, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 359-391, 2009.

CHI, Wuchun; LISIC, Ling Lei; PEVZNER, Mikhail. Is enhanced audit quality associated with greater real earnings management?. **Accounting Horizons**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 315-335, 2011.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Deliberação n. 549, 10 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a rotatividade dos auditores independentes na prestação de serviços de auditoria independente de demonstrações contábeis para um mesmo cliente, no âmbito do mercado de valores mobiliários. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Deliberação n. 669, de 21 de setembro de 2011**. Altera o inciso I da Deliberação CVM n. 549, de 10 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deli/anexos/0600/deli669.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Instrução n. 308, 14 de maio de 1999**. Registro e Exercício da Atividade de Auditoria Independente. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Instrução n. 509, de 16 de novembro de 2011**. Acrescenta artigos à Instrução CVM n. 308, de 14 de maio de 1999, e altera artigos e anexo da Instrução CVM n. 480, de 7 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/inst/anexos/500/inst509.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC PA 290 (R1), de 28 de maio de 2014**. Independência – Trabalhos de Auditoria e Revisão. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/NBC_PA_02092015.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TA 700, de 17 de junho de 2016**. Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2012/12/NBC_TA_05112012.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2016.

DAVIS, Larry R.; SOO, Billy S.; TROMPETER, Gregory M. Auditor tenure and the ability to meet or beat earnings forecasts. **Contemporary Accounting Research**, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 517-548, 2009.

DECHOW, Patricia M.; DICHEV, Ilia D. The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. **The Accounting Review**, [S.l.], v. 77, n. s-1, p. 35-59, 2002.

DECHOW, Patricia M.; SCHRAND, Catherine M. Earnings quality. **The Research Foundation of CFA Institute**, United States of America, 2004.

DECHOW, Patricia M.; SLOAN, Richard G.; SWEENEY, Amy P. Detecting earnings management. **Accounting Review**, [S.l.], p. 193-225, 1995.

DECHOW, Patricia; GE, Weili; SCHRAND, Catherine. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, [S.l.], v. 50, n. 2, p. 344-401, 2010.

DEFOND, Mark L. The association between changes in client firm agency costs and auditor switching. **Auditing**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 16, 1992.

DEFOND, Mark L.; SUBRAMANYAM, K. R. Auditor changes and discretionary accruals. **Journal of accounting and Economics**, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 35-67, 1998.

DELOITTE. **Governance in brief**: EU position on auditor rotation goes further than UK rules. London, 2014. Disponível em: <<https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/uk/Documents/audit/deloitte-uk-audit-governance-in-brief-eu-position-on-auditor-rotation-goes-further-than-uk-rules.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

DOPUCH, Nicholas; KING, Ronald R.; SCHWARTZ, Rachel. An experimental investigation of retention and rotation requirements. **Journal of Accounting Research**, [S.l.], v. 39, n. 1, p. 93-117, 2001.

EISENHARDT, Kathleen M. Agency theory: An assessment and review. **Academy of Management Review**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 57-74, 1989.

FAMA, Eugene F.; JENSEN, Michael C. Separation of ownership and control. **The Journal of Law & Economics**, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 301-325, 1983.

FRANCIS, Jennifer et al. The market pricing of accruals quality. **Journal of Accounting and Economics**, [S.l.], v. 39, n. 2, p. 295-327, 2005.

GEIGER, Marshall A.; RAGHUNANDAN, Kannan. Auditor tenure and audit reporting failures. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 67-78, 2002.

GHOSH, Alok; MOON, Doocheol. Auditor tenure and perceptions of audit quality. **The Accounting Review**, [S.l.], v. 80, n. 2, p. 585-612, 2005.

GUL, Ferdinand A.; FUNG, Simon Yu Kit; JAGGI, Bikki. Earnings quality: Some evidence on the role of auditor tenure and auditors' industry expertise. **Journal of Accounting and Economics**, [S.l.], v. 47, n. 3, p. 265-287, 2009.

HARRIS, Kathleen; WHISENANT, Scott. **Mandatory audit rotation**: an international investigation. University of Houston, 2012.

HEALY, Paul M.; WAHLEN, James M. A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. **Accounting Horizons**, [S.l.], v. 13, n. 4, p. 365-383, 1999.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL (IBRACON). **O rodízio de firmas de auditoria**. São Paulo, 20 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=1626>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

JACKSON, Andrew B.; MOLDRICH, Michael; ROEBUCK, Peter. Mandatory audit firm rotation and audit quality. **Managerial Auditing Journal**, [S.l.], v. 23, n. 5, p. 420-437, 2008.

JENKINS, David S.; VELURY, Uma K. Auditor tenure and the pricing of discretionary accruals in the post-SOX era. **Accounting and the Public Interest**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 1-15, 2012.

JENKINS, David S.; VELURY, Uma. Does auditor tenure influence the reporting of conservative earnings?. **Journal of Accounting and Public Policy**, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 115-132, 2008.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, [S.l.], v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JOHNSON, Van E.; KHURANA, Inder K.; REYNOLDS, J. Kenneth. Audit Firm Tenure and the Quality of Financial Reports. **Contemporary Accounting Research**, [S.l.], v. 19, n. 4, p. 637-660, 2002.

JONES, Jennifer J. Earnings management during import relief investigations. **Journal of Accounting Research**, [S.l.], p. 193-228, 1991.

KIM, Hakwoon; LEE, Hyoik; LEE, Jong Eun. Mandatory audit firm rotation and audit quality. **Journal of Applied Business Research**, [S.l.], v. 31, n. 3, p. 1089-1106, 2015.

KRISHNAN, Gopal V. Audit quality and the pricing of discretionary accruals. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 109-126, 2003.

KWON, Soo Young; LIM, Youngdeok; SIMNETT, Roger. The effect of mandatory audit firm rotation on audit quality and audit fees: Empirical evidence from the Korean audit market. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, [S.l.], v. 33, n. 4, p. 167-196, 2014.

LIM, Chee Yeow; TAN, Hun Tong. Does auditor tenure improve audit quality? Moderating effects of industry specialization and fee dependence. **Contemporary Accounting Research**, [S.l.], v. 27, n. 3, p. 923-957, 2010.

MARTINEZ, Antonio Lopo; REIS, Graciela Mendes Ribeiro. Rodízio das firmas de auditoria e o gerenciamento de resultados no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [S.l.], v. 4, n. 10, p. 48-64, 2011.

MCNICHOLS, Maureen F. Discussion of the quality of accruals and earnings: the role of accrual estimation errors. **The Accounting Review**, [S.l.], v. 77 (Supplement), p. 61-69, 2002.

MILGROM, Paul; ROBERTS, John. **Economics, organization and management**. ISBN 0-13-224659-3, Prentice Hall, New Jersey, 1992.

MYERS, James N.; MYERS, Linda A.; OMER, Thomas C. Exploring the term of the auditor-client relationship and the quality of earnings: A case for mandatory auditor rotation? **The Accounting Review**, [S.l.], v. 78, n. 3, p. 779-799, 2003.

OLIVEIRA, Alexandre Queiroz de; SANTOS, Neusa Maria Bastos Fernandes dos. Rodízio de firmas de auditoria: A experiência brasileira e as conclusões do mercado. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, v. 18, n. 45, p. 91-100, 2007.

PIOT, Charles. Agency costs and audit quality: evidence from France. **European Accounting Review**, [S.l.], v. 10, n. 3, p. 461-499, 2001.

PRICEWATERHOUSECOOPERS (PWC). **EU audit reform – mandatory firm rotation**, New York, Feb. 2015. Disponível em: < <http://www.pwc.com/gx/en/audit-services/publications/assets/pwc-fact-sheet-1-summary-of-eu-audit-reform-requirements-relating-to-mfr-feb-2015.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

ROSS, Stephen A. The economic theory of agency: The principal's problem. **The American Economic Review**, [S.l.], v. 63, n. 2, p. 134-139, 1973.

RUIZ-BARBADILLO, Emiliano; GOMEZ-AGUILAR, Nieves; CARRERA, Nieves. Does mandatory audit firm rotation enhance auditor independence? Evidence from Spain. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, [S.l.], v. 28, n. 1, p. 113-135, 2009.

SAAM, Nicole J. Asymmetry in information versus asymmetry in power: Implicit assumptions of agency theory?. **The Journal of Socio-Economics**, [S.l.], v. 36, n. 6, p. 825-840, 2007.

SCHIPPER, Katherine; VINCENT, Linda. Earnings quality. **Accounting Horizons**, [S.l.], v. 17, p. 97, 2003.

SILVA, Júlio Orestes da; BEZERRA, Francisco Antonio. Análise do gerenciamento de resultados e o rodízio de firmas de auditoria nas empresas de capital aberto. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 12, n. 36, p. 304, 2010.

STOCK, James H.; WATSON, Mark W.; tradução Monica Rosemberg; revisão técnica Eliezer Martins Diniz. **Econometria**. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

APÊNDICE A - CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS

(continua)

Variáveis	accrual J	accrualJ M	accrualD D	accrualM N	rodizio	voluntari o	firma auditori a	mandat o	tamanh o	idade	roa	alavancage m	fluxo caixa
accrualJ	1												
accrualJM	0.9674	1											
accrualDD	0.2871	0.2747	1										
accrualMN	0.2956	0.2972	0.8534	1									
rodizio	0.0667	0.0712	-0.021	-0.0241	1								
voluntario	0.1446	0.1403	0.0318	0.0175	0.7087	1							
firma auditoria	-0.0769	-0.0703	-0.2131	-0.232	-0.0241	-0.0932	1						
mandato	-0.0734	-0.0786	0.0057	0.0085	-0.6217	-0.4406	0.0907	1					
tamanho	-0.2004	-0.2082	-0.2585	-0.2477	-0.0076	-0.0888	0.4534	0.0077	1				
idade	0.0128	0.0066	0.0702	0.0601	0.0376	0.0469	-0.2789	-0.0386	-0.1415	1			
roa	0.076	0.066	0.0322	0.1161	-0.0551	-0.0737	0.1508	0.0621	0.0832	-0.1116	1		
alavancagem	0.2563	0.2565	0.238	0.2421	0.0111	0.0392	-0.2341	-0.1018	-0.1432	0.131	-0.3256	1	
fluxo caixa	-0.1585	-0.1787	-0.0885	-0.1165	-0.0459	-0.0671	0.2038	0.0793	0.1367	-0.0424	0.295	-0.2066	1
crescimento	0.163	0.1285	0.1085	0.0473	0.0033	0.0176	0.0597	0.0279	0.0328	-0.0917	-0.0086	-0.0698	-0.0398
perda	0.0713	0.0837	0.142	0.1107	0.0783	0.1082	-0.2252	-0.1064	-0.1831	0.0751	-0.5228	0.3749	-0.2991
margem bruta	-0.0439	-0.0632	-0.1064	-0.1329	-0.0204	-0.0247	0.104	0.0149	0.0759	-0.2181	0.3207	-0.2367	0.2445
ciclo operac.	0.0598	0.0668	0.108	0.1129	0.0224	0.0481	-0.1364	-0.0252	-0.1546	0.1535	-0.0719	0.0024	-0.2582
bigbig	-0.0198	-0.0102	-0.0908	-0.0971	0.7355	0.3217	0.2312	-0.4573	0.1287	-0.068	0.0236	-0.0414	0.0465
bignaobig	-0.0312	-0.0384	-0.0066	0.0199	0.262	0.211	-0.274	-0.1629	-0.0201	0.0384	-0.0498	0.0224	-0.0528
naobigbig	0.0992	0.1215	0.0055	0.0112	0.3314	0.4495	0.1042	-0.206	-0.0131	0.0318	-0.0216	-0.0181	-0.066
naobignaobig	0.1144	0.0911	0.1201	0.0996	0.3537	0.3964	-0.3698	-0.2199	-0.2261	0.1494	-0.1074	0.1009	-0.0851
price	-0.0603	-0.0574	-0.0544	-0.0694	0.0426	0.0016	0.2629	-0.0802	0.1836	-0.0416	0.0061	-0.1232	0.0571
ernst	0.0479	0.0469	-0.0809	-0.0823	0.0016	0.0179	0.2908	-0.0132	0.0974	-0.1405	0.0605	-0.0613	0.0683
deloitte	-0.0167	-0.0138	-0.0246	-0.0215	-0.0625	-0.1104	0.2639	0.1619	0.1027	-0.0796	0.0909	-0.0644	0.0596

kpmg | -0.0585 -0.0562 -0.0673 -0.0745 -0.0079 -0.011 0.2518 0.0309 0.1031 -0.032 0.0015 -0.0003 0.0319
(conclusão)

Variáveis	crescimento	perda	margem bruta	ciclo operac.	bigbig	bignaobig	naobigbig	naobignaobig	price	ernst	deloitte	kpmg
crescimento	1											
perda	0.0061	1										
margem bruta	0.1127	-0.3024	1									
ciclo operac.	-0.0952	0.1639	-0.0561	1								
bigbig	-0.0147	-0.0146	0.0066	-0.0251	1							
bignaobig	-0.0187	0.0681	-0.0323	-0.0056	-0.0633	1						
naobigbig	0.0312	0.0207	0.0053	0.0225	-0.0801	-0.0285	1					
naobignaobig	0.0191	0.1295	-0.0379	0.0786	-0.0855	-0.0305	-0.0385	1				
price	-0.0031	-0.0278	-0.0292	-0.0099	0.1472	-0.072	-0.0261	-0.0972	1			
ernst	0.0158	-0.0929	0.0704	0.0272	0.0507	-0.0797	0.0829	-0.1075	-0.2543	1		
deloitte	0.0459	-0.067	0.1024	-0.1005	0.0377	-0.0723	-0.0591	-0.0976	-0.2309	-0.2553	1	
kpmg	0.005	-0.0512	-0.0367	-0.0674	0.0116	-0.069	0.1131	-0.0931	-0.2203	-0.2436	-0.2211	1